

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ESCOLA OPERÁRIA DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL DE PARACAMBI:  
REMINISCÊNCIAS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

**GILMARA RODRIGUES DA CUNHA PEREIRA**

**PETRÓPOLIS**  
**2014**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS  
CENTRO DE TEOLOGIA E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi: reminiscências de  
educação e trabalho**

Gilmara Rodrigues da Cunha Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado) da Universidade Católica de Petrópolis como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Professora Doutora Maria Celi Chaves Vasconcelos

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS  
CENTRO DE TEOLOGIA E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi: reminiscências de  
educação e trabalho**

Autora: Gilmara Rodrigues da Cunha Pereira

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celi Chaves Vasconcelos

Petrópolis, \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Maria Celi Chaves Vasconcelos – UCP

---

Prof. Dr. Pedro Benjamim Garcia – UCP

---

Prof. Dr. Ramofly Bicalho dos Santos - UFRRJ

Dedico esta dissertação ao meu filho amado Régis, meu Pequeno Príncipe, que foi, é e sempre será inspiração para que eu continue na caminhada, acreditando em sonhos. Quando as dificuldades surgiam eram os seus olhos cor de mel que me iluminavam para eu realizar esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

À Deus e a Nossa Senhora Aparecida, porque a fé é que me impulsionou para manter minha determinação e nunca perder a esperança para enfrentar as dificuldades ao desenvolver este estudo.

Ao meu pai seu Oswaldo, homem forte, humano e sábio, exemplo de vida, exemplo para minha vida, que com os seus 90 anos me abençoa para que eu alcance meus objetivos.

À minha mãe, que aos 85 anos e acamada há 26 me ensinou, através da sua batalha pela sobrevivência, que apesar de toda a limitação e sofrimento vale a pena viver e lutar pela vida.

Ao Eduardo, amigo que conheci no meu trabalho, que, mesmo me conhecendo há pouco tempo, demonstrou que amizade não se mede pelo tempo de convivência, e sim pela intensidade da mesma. Foi um dos maiores incentivadores para eu me inscrever no processo seletivo do Mestrado.

Ao Carlos, Eliane e Mariângela, pelas conversas no horário de almoço, pela amizade construída, que favoreceu para que o nosso ambiente de trabalho se tornasse mais agradável. À Neide, sempre gentil e prestativa, pela colaboração com a formatação deste trabalho.

À Larissa e Daniele, amigas que conquistei no Mestrado. A essas queridas meninas eu agradeço pelo privilégio de tê-las presentes nesta caminhada e ter podido compartilhar os estudos, angústias e felicidades até a conclusão deste curso. Agradeço também a minha turma do Mestrado, pelos momentos de aprendizagens e descontração fundamentais para minha formação, em especial à Soraya, Itieni, Jader, Enoghallington e Marcela.

Aos meus amigos e amigas Gilmarinha, Sandra, Ary, Danieli, Tobias e Dora. Amigos da infância, dos tempos de faculdade, do “peito” e que estarão sempre comigo.

Ao meu irmão Joel, minha cunhada Ermelinda e minha sobrinha Gislaine, pessoas queridas que torcem pela minha felicidade.

À Zilda, Cristina e Suzeli, amigas e companheiras, que ajudam a cuidar do meu lar, dos meus pais e do meu filho.

Ao Dr. Gerson e à Nutricionista Lys, amigos que eu conheci e que cuidam dos meus pais como se fossem os seus próprios pais. Exemplos de dedicação. Exemplos de amor e profissionalismo. Exemplos para mim.

À Eliana que, com a sua experiência profissional, contribuiu imensamente para o meu autoconhecimento, me ajudando a reconhecer as limitações e fortalecer a minha determinação para enfrentar com sabedoria os obstáculos que surgiram na minha vida durante o período de produção deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCP. Em especial ao Professor Antonio Flávio Barbosa Moreira pela maneira como conduz este curso.

À Professora Maria Celi Chaves Vasconcelos pela confiança, incentivo e paciência. Suas orientações foram fundamentais para a realização deste trabalho. A ela, todo o meu respeito e admiração.

Aos professores Pedro Benjamin Garcia e Ramofly Bicalho dos Santos, pelas riquíssimas contribuições neste estudo.

À Mariana e Simone, que sempre se mostraram atenciosas e prestativas nas minhas solicitações junto à Secretaria.

Ao Paulo Fernandes Keller e Ana Isabel Aguiar Cabral, pelas conversas sobre o tema da minha pesquisa e, principalmente, pela aprendizagem compartilhada.

Ao professor Marcelo Armond Costa, o Marcelinho (*in memoriam*) que contribuiu positivamente na minha formação de ensino médio com seus passeios pedagógicos, com suas aulas, com seu exemplo. À Dona Glades, sua esposa, que foi diretora da Escola em que eu cursei as séries iniciais e que se sensibilizava com as peculiaridades de cada aluno. Eu tive a oportunidade de reencontrá-los na minha pesquisa de Mestrado e agradeço ao casal pelas conversas, pela consideração, pela ajuda oferecida.

À Patrícia e ao Rafael, funcionários da Biblioteca da FAETERJ - Paracambi, que funciona no antigo prédio da Companhia Brasil Industrial. Agradeço pelos sorrisos que me recebiam quando eu chegava para desenvolver o meu trabalho.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho.

## HINO À PARACAMBI

“Dentro da Pátria maior,  
há um pedaço melhor  
que outras terras não têm...  
Este recanto adorado  
é o manto sagrado  
que queremos bem...  
Onde o amor fez morada  
e a luz da alvorada  
viu nosso nascer.  
É este solo bendito  
que eu amo, que eu grito  
de tanto querer...  
É minha terra natal  
Todo amor fraternal  
Paracambi...

Há progresso e fé.  
Há trabalho e paz  
tudo em meu Paracambi...  
Tenho orgulho e amor, tudo sou capaz  
pela terra em que nasci...

Rios e montes, cascatas  
e o verde das matas  
em seu derredor...  
Povo que acorda bem cedo,  
lutando sem medo  
por algo melhor...  
E sob a luz das estrelas,  
que só sabe vê-las  
quem fala de amor...  
Toda a cidade adormece,  
na luz de uma prece  
que sobe ao Senhor.  
Terra em nela nasci  
não existe outra igual

Paracambi...”



PEREIRA, Gilmara Rodrigues da Cunha. Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi: reminiscências de educação e trabalho. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Católica de Petrópolis, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Petrópolis, 2014.

## RESUMO

O presente trabalho investiga a criação e a trajetória da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial e sua finalidade para a formação de novos operários. Esta Companhia, situada em Macacos, atual município de Paracambi, localizado no estado do Rio de Janeiro, foi fundada no final do século XIX, período em que a indústria têxtil estava em crescimento, surgindo mais oportunidades de trabalho, e, assim, a necessidade de criar políticas assistencialistas para fixar a mão-de-obra operária. Para análise da Escola Operária, foram utilizados documentos adquiridos por ex-operários, entrevistas colhidas em dissertações de Mestrado, além de fontes históricas pesquisadas no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Baseado principalmente nos estudos de Paulo Fernandes Keller (1997), Sonia Camara (2010), Ana Isabel Aguiar Cabral (1994) e Maria Ciavatta (2007;2008), o estudo visa compreender os motivos que levaram os proprietários da Companhia a implantar uma Escola Operária nas suas instalações e como era pensada a educação para os seus operários. Uma das hipóteses comprovadas é de que a educação oferecida pela Escola Operária servia somente para efetivar a contratação dos operários, porque no momento em que o candidato se submetia a concorrer a uma vaga, verificava-se se o mesmo possuía educação elementar, ou seja, se sabia ler, escrever e se conhecia as quatro operações matemáticas. A partir da análise dos dados coletados foi possível constatar que na Escola Operária da Companhia Brasil Industrial, a educação era voltada somente para o trabalho, ou seja, apenas a educação estritamente elementar era oferecida, para fornecer ao operário a instrução mínima necessária para a execução do ofício fabril.

**Palavras-chave:** Escola Operária da Companhia Brasil Industrial - Escola Operária - Corpo de Aprendiz

PEREIRA, Gilmara Rodrigues da Cunha. Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi: reminiscências de educação e trabalho. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Católica de Petrópolis, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Petrópolis, 2014.

### **ABSTRACT**

This paper investigates the creation and historical development of the Worker's School of the Brasil Industries Company and its purpose to train new workers. This company, located in Macacos, Paracambi city, located in the state of Rio de Janeiro, was founded in the late nineteenth century, a period when the textile industry was growing, fact that led to the raise of job opportunities, and thus the need to create welfare policies to secure the manpower working. For analysis of the Worker School, were used documents acquired by former workers, interviews collected in Master's Theses, aswell to historical sources researched at the National Archives and the National Library. Based primarily on studies of Paulo Fernandes Keller (1997), Sonia Camara (2010), Ana Isabel Aguiar Cabral (1994) and Maria Ciavatta (2007; 2008), the study aims to understand the reasons that led the owners of the Company to implement a Worker's School in their facilities and how was thought the education for their workers. One of the hypotheses is that the education offered by the Worker School served only to effect the hiring of workers, because at the time the applicant submitted himself for the selection, they verified if the same had elementary education, and that means, if he could read, write and use the four mathematical operations. From the collected data analysis it was found that the Worker's School of the Brasil Industries Company education was entirely devoted to work, which meant that strictly elementary education was offered, in order to provide the workers the minimum instruction necessary to the execution of the manufacturing labor.

Key words: Workers, Textile Industry, Manufacturing Labour, Education, Shool,

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BN – Biblioteca Nacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CBI – Companhia Brasil Industrial

CDIN - Coordenadoria de Inspeção Escolar

CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

CETEP – Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante

CETIQT – Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil

EUA – Estados Unidos da América

FAETERJ – Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro

IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIFT – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem

UCP – Universidade Católica de Petrópolis

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

USS – Universidade Severino Sombra

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Companhia Brasil Industrial, 1908 – Mirante da Fábrica.....	15
<b>Figura 2</b> – O Globo, 1882.....	16
<b>Figura 3</b> - Operariado da Companhia Brasil Industrial, 1912.....	19
<b>Figura 4</b> – Carta Topográfica e Administrativa da Província do Rio de Janeiro e do Município Neutro.....	33
<b>Figura 5</b> - Companhia Brazil Industrial, 1881.....	35
<b>Figura 6</b> - Complexo fabril da Companhia Brasil Industrial, 1908.....	37
<b>Figura 7</b> - Procissão de Nossa Senhora da Conceição.....	40
<b>Figura 8</b> - Casamento no Cassino, 1910.....	42
<b>Figura 9</b> – Diretor-presidente Dominique Level.....	43
<b>Figura 10</b> – Fábrica do Conhecimento, antiga Companhia Brasil Industrial, 2014.....	46

## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO A</b> - Primeiro relatório da Companhia Brasil Industrial, 1874.....	81
<b>ANEXO B</b> – Quarto relatório da Companhia Brazil Industrial, 1877.....	83
<b>ANEXO C</b> – Quinto relatório da Companhia Brasil Industrial, 1878.....	86
<b>ANEXO D</b> – Nono relatório da Companhia Brazil Industrial, 1882.....	88
<b>ANEXO E</b> – Décimo oitavo relatório da Companhia de Fiação e Tecelagem Brazil Industrial, 1891.....	91
<b>ANEXO F</b> – Vigésimo segundo relatório da Companhia Brazil Industrial, 1895.....	93
<b>ANEXO G</b> – Vigésimo quarto relatório da Companhia Brazil Industrial, 1897.....	96
<b>ANEXO H</b> – Trigésimo terceiro relatório da Companhia Brazil Industrial, 1906.....	98
<b>ANEXO I</b> – Petição da Companhia Brazil Industrial ao Corpo Legislativo, 10 de junho de 1875.....	100
<b>ANEXO J</b> – O Globo Ilustrado, 8 de janeiro de 1882.....	102
<b>ANEXO L</b> – Diário de Notícias, 4 de novembro de 1885.....	104
<b>ANEXO M</b> – Gazeta de Notícias, 6 de junho de 1891.....	105
<b>ANEXO N</b> – Minas Gerais, 2 de outubro de 1895.....	106
<b>ANEXO O</b> – A Reforma, 9 de junho de 1874.....	108
<b>ANEXO P</b> – A Reforma, 19 de março de 1872.....	110
<b>ANEXO Q</b> – O Malho, 19 de setembro de 1903.....	112
<b>ANEXO R</b> – O Globo, 5 de abril de 1875.....	114

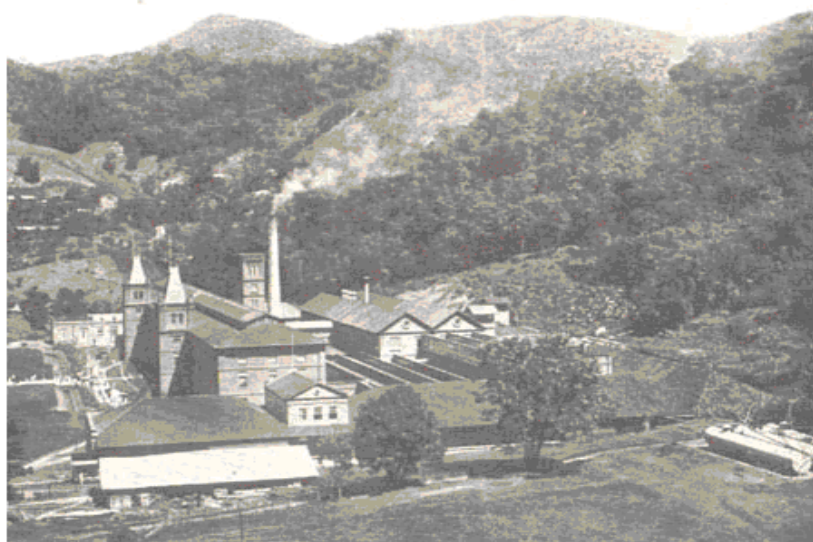
## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1. CAMINHOS / REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	20
<b>2. A INDUSTRIALIZAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO E NOVAS FORMAS DE VIDA NO BRASIL.....</b>	<b>27</b>
2.1 A CRIAÇÃO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	32
<b>3. A ESCOLA OPERÁRIA DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL.....</b>	<b>47</b>
3.1 A CRIANÇA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO E NO DISTRITO DE MACACOS.....	51
3.2. O PROJETO EDUCACIONAL DA ESCOLA OPERÁRIA.....	59
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>81</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga a implantação e a trajetória da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial (CBI), desde 1874, ano que foi criado o Corpo de Aprendizes, até 1921, quando a Fábrica comemorou os seus 50 anos de fundação e organizou o 48º Relatório anual apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas.<sup>1</sup>

A ideia inicial do presente estudo surgiu a partir do primeiro contato com a obra de Paulo Fernandes Keller, intitulada “Fábrica e Vila Operária: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi”. O tema despertou meu interesse pelo fato de eu ser nascida e criada no município de Paracambi o que motivou o desejo de eu conhecer um pouco mais sobre a história, principalmente da educação, da minha cidade natal. Eu nunca tive contato direto com a Fábrica, apesar de alguns parentes, tios e primos, terem exercido ofício neste espaço. De qualquer forma, eu sempre soube da existência da Fábrica e tinha certa noção da estrutura grandiosa que a abrigava, como mostra a Figura 1, e também de sua importância para o meu município natal. Além disso, o tema desta pesquisa chama atenção por vários motivos, dentre eles, pode-se destacar o fato de a Companhia Brasil Industrial ter sido considerada, até o final de década de 1880, a maior fábrica de tecidos de algodão do Brasil.



**Figura 1 – Companhia Brasil Industrial, 1908 – Mirante da Fábrica**

**Fonte: SOUZA, 2011, p. 5**

---

<sup>1</sup> Documento elaborado pela diretoria da Companhia Brasil Industrial em 1921, com o objetivo de resumir os relatórios realizados desde a sua fundação, em 1871. Adquirido através de contato pessoal com Prof. Dr. Paulo Fernandes Keller.

A relevância desta Fábrica para o Brasil e, especialmente, para a província do Rio de Janeiro era noticiada em jornais de circulação da época como retrata a Figura 2. O Jornal *O Globo Illustrado* exibe o prédio da Companhia Brasil Industrial, que recebeu destaque neste periódico ao ser considerada uma “verdadeira indústria nacional”.



**Figura 2 – O GLOBO ILLUSTRADO, 1882, p.1**

**Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional**

Uma vez estabelecido o tema e o recorte temporal da pesquisa, 1874 a 1921, comecei a buscar referenciais bibliográficos no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), além de livros, artigos e demais periódicos de autores que abordavam o tema. Procurei também moradores do município de Paracambi que se interessavam pela história do município, na esperança de que pudessem fornecer alguma informação relevante sobre período em questão neste estudo. Embora tenha conseguido contato com o administrador dos bens do último dono da Companhia Brasil Industrial e também com Perci Otaviano, que foi gerente durante



muitos anos na Companhia, ambos não forneceram informações verbais ou documentais consistentes sobre a Fábrica. Também não foi possível realizar entrevistas com ex-operários da Fábrica devido ao recorte temporal eleito para este estudo. Desta forma, utilizei entrevistas realizadas por outros pesquisadores durante seus estudos, pois estas apresentam significativa relevância para maior detalhamento desta pesquisa. Outra questão que dificultou a apreensão de dados foi o fato de que Paracambi não possui nenhum espaço que registre a memória da cidade.

Ao contrário, localizar Paulo Fernandes Keller, atualmente Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão, foi de grande valia para o andamento da pesquisa. O mesmo disponibilizou suas anotações, bibliografias, memórias, experiências e a cópia do 48º Relatório da Companhia Brasil Industrial que foram fundamentais para eu prosseguir com meus estudos.

Localizei também Ana Isabel Aguiar Cabral, pesquisadora que dividiu com Keller o mesmo campo de estudo, na época de produção de sua dissertação de mestrado, intitulada: “Entre o discurso e a prática: a educação da infância em escolas de fábrica com Vila Operária”.

A partir do levantamento bibliográfico e da análise documental, foi possível definir os objetivos deste estudo que são: investigar os motivos que levaram os proprietários da Companhia Brasil Industrial a implantar uma Escola Operária nas suas instalações e analisar como era planejada a educação para os seus operários. A hipótese inicial seria a preocupação com a transmissão de conhecimento voltada para garantir, exclusivamente, a reprodução da força do trabalho, pelo fato de não haver entrega de uma certificação aos operários e do operário aprender dos conhecimentos matemáticos, leitura e escrita, somente o indispensável para o trabalho fabril.

A partir desta hipótese, surgiu o questionamento que norteia esta pesquisa: Quais os motivos que levaram a construção da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial e como era pensada a educação nesta instituição?

Segundo Aguiar (1994), apenas a Língua Portuguesa e a Matemática eram disciplinas oficialmente lecionadas na escola. Porém aspectos históricos e geográficos eram eventualmente abordados na instituição.

Nota-se, também, uma significativa relação entre a educação com a religião católica, porque algumas professoras da Escola Operária eram também catequistas. Era na

Escola que se ensaiavam os cânticos para a procissão da festividade de Nossa Senhora da Conceição. As crianças que nela não estudavam, sentiam vontade de frequentar a Escola Operária para poder participar do evento religioso, conforme entrevista dada a Keller (1997).

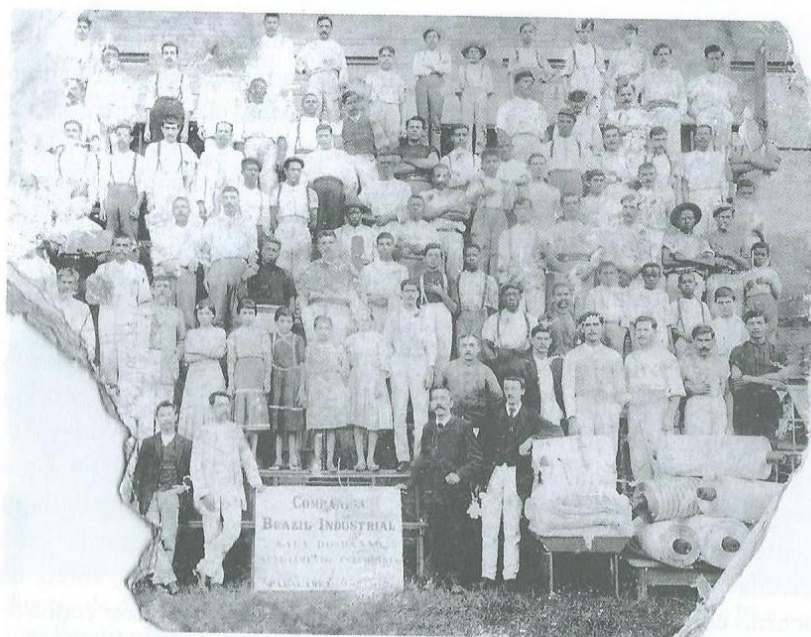
Ah, quando eu era pequena eu via a procissão, via aquela criançada toda com aquelas bandeirinhas, com aquelas faixinhas, cantando, ah meu Deus, que vontade, mas era só a criançada do colégio só que saía na procissão, aí quando se deu a oportunidade eu já entrei na fábrica para poder estudar nesse colégio que pertencia à fábrica (...) (p. 80).

Esse encantamento pode estar vinculado ao fato de que as crianças daquela época não alimentavam outras expectativas além de trabalhar e estudar. Desta forma, a Escola Operária se mostrava como uma atraente alternativa diante das restritas possibilidades disponíveis.

Assim como diversos conceitos, o conceito de criança também foi se modificando ao longo do tempo e por certo período nem havia um conceito realmente formado, o que existiam eram discussões a respeito da temática.

A respeito disso, basta verificarmos que desde o século XII até início do século XX, a sociedade vem criando conceitos e modelos para infância, além de mecanismos que a valorizem, principalmente a infância pobre e desvalida, pois de acordo com a obra de Ariès, o sentimento sobre a infância se dá nas camadas mais nobres da sociedade. Já a criança pobre continua a não conhecer o verdadeiro significado da infância, ficando assim a mercê da própria sorte (BARBOSA E MAGALHÃES, 2008, p.2)

Na época de funcionamento da Fábrica não havia uma preocupação com o futuro das crianças nem por parte dos pais e muito menos por parte dos patrões, pelo contrário, seu destino parecia já estar definido de acordo com a realidade social na qual estivesse inserida no momento do nascimento. Desta forma, se esperava que filhos de operários se tornassem, o mais breve possível, em operários e nada além disso. A Figura 3 retrata esta realidade a partir de uma fotografia do operariado da Fábrica, na qual é possível observar a presença de crianças, jovens e adultos entre eles.



Acervo de d. América Zanella, Paracambi, autor desconhecido, 9 de agosto de 1912 – “Operários e contramestres da seção do pano da Companhia Têxtil Brasil Industrial”.

**Figura 3- Operariado da Companhia Brasil Industrial em 1912.**

**Fonte: CIAVATTA, 2007, p.51.**

Esta realidade transformava o trabalho na Fábrica em uma opção atraente tanto para os pais como para as crianças, pois o trabalho dava o direito à educação gratuita. No caso da criança estudar na escola, mas não trabalhar na fábrica, seria descontado um percentual do salário dos pais.

Para ingressar na Escola Operária era necessário ser operário ou filho de operário. No caso do aluno não trabalhar na fábrica era descontada uma taxa da folha de pagamento do responsável (AGUIAR, 1994, p. 171).

É neste contexto em que se insere a presente investigação que objetiva contribuir para a recomposição da história da educação brasileira, em âmbito local, da Província ao Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente a localidade denominada Macacos, Distrito de Itaguaí e Vassouras durante o período de 1871 a 1921, quando a Companhia Brasil Industrial completou 50 anos de existência.

O Estudo demonstra que a educação proposta na Escola da Companhia Brasil Industrial era diferente do que os educadores do século XIX pretendiam, que era acompanhar as tendências nacionalistas da época e formar a consciência nacional e

patriótica do cidadão. Até então, a educação tinha um caráter geral e universal (ARANHA, 2006).

### 1.1. CAMINHOS / REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O caminho que percorre esta investigação para alcançar os objetivos relativos à análise do projeto de escolarização dos filhos dos operários da Companhia Brasil Industrial, parte de um panorama da Educação e Trabalho na “virada” do século XIX para o XX com as mudanças advindas do processo de industrialização.

Para a realização do estudo, foi necessário buscar referenciais metodológicos que norteassem uma investigação essencialmente bibliográfica e documental, cujas fontes se encontravam dispersas entre as mais diversas manifestações escritas do final do século XIX ao início do século XX. Isto porque, trata-se de uma pesquisa com caráter histórico-documental, que tem documentos históricos como a maior fonte de dados para a investigação.

Uma das maiores dificuldades em qualquer pesquisa histórica refere-se à localização e o acesso às fontes de pesquisa. Como não se dispõe, ainda, de uma rede integrada de consulta a arquivos e acervos, a única forma de localizar e mapear as possibilidades institucionais de investigação é a visita a cada uma delas e a busca em seus catálogos, sejam manuais ou virtuais (VASCONCELOS, 2010, p. 27).

Segundo Gil (2008), apesar de este tipo de pesquisa apresentar a desvantagem da subjetividade dos documentos, esta também apresenta diversos aspectos positivos por se tratar de uma fonte de dados rica e estável e não necessitar do contato direto do pesquisador com o sujeito da pesquisa.

[...] Convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes, não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão deste problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios (GIL, 2008, p. 47).

Para a apreensão de dados deste estudo utilizei documentos encontrados na Biblioteca Nacional (BN) como fontes primárias escritas e não escritas - documentos de arquivos públicos e privados, iconografias<sup>2</sup> e fotografias. Mas também se fez necessária à

---

<sup>2</sup> Abrange a documentação por imagem, compreendendo gravuras, estampas, desenhos, pinturas, etc (LAKATOS, 2003, p. 182)

utilização de fontes secundárias - estudo histórico recorrendo aos documentos originais e pesquisas usando as correspondências de outras pessoas – para que através das entrevistas concedidas a Aguiar (1994), fosse possível um melhor detalhamento do momento histórico ao qual se refere esta pesquisa.

Utilizando essas três variáveis – fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas – [...] É evidente que dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e tese, cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias (LAKATOS, 2003, p. 176).

As imagens, fotografias e iconografias, foram utilizadas com o objetivo de identificar de forma detalhada os sujeitos e a realidade observada na época do recorte temporal pesquisado. De acordo com Ciavatta (2008), a análise de imagens vai além de uma simples figura retratada, remetendo o observador/pesquisador a uma interpretação mais abrangente da imagem.

Tratar a fotografia como fonte histórica supõe tratá-la como uma mediação, como uma produção social cujo conhecimento não se esgota na aparência imediata da imagem. Implica sua interpretação a partir da sua própria visão de mundo e dos conceitos utilizados. Os objetos incluídos, sua forma de aparecer, a conotação percebida nas imagens, as legendas e informações “compõem um painel educativo que estrutura uma determinada memória e participa da escrita de uma ‘verdade’ histórica” (CIAVATTA, 2008, p. 13).

As fontes históricas pesquisadas foram recolhidas em diversas Instituições de guarda de documentos históricos, além de documentos particulares adquiridos referentes a ex-operários. Dessa forma, as análises procedidas têm como referência relatórios anuais da Companhia Brasil Industrial, documentos oficiais e periódicos tomados como fontes de pesquisa.

O referencial teórico utilizado refere-se a pesquisas já realizadas sobre a mesma temática, com destaque para Ciavatta (2007; 2008), Keller (1997), Aguiar (1994) e Câmara (2010).

Ciavatta (2007) busca recuperar, por intermédio de fotografias e da história contada por moradores de Paracambi, a memória do trabalho, dos trabalhadores e da vida de um município que se formou ao redor da Companhia Brasil Industrial. A autora prossegue sua pesquisa utilizando a análise fotográfica como fonte de pesquisa histórica. Ciavatta (2008) investiga fotografias relacionadas às primeiras décadas do século XX que

retratam trabalhadores e operários fabris que compõe, segundo a autora, uma grande “família da fábrica”.

A pesquisa de Keller (1997) investiga e apresenta conclusões sobre a vida cotidiana do operariado da Companhia Brasil Industrial e da S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida, ambas localizadas na Cidade de Paracambi/RJ, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Com foco na questão social, o autor aborda não só o trabalho em si, mas também todo o aparato institucional envolvido para estimular a permanência do operariado na Fábrica. Além disso, Keller (1997) procura desvendar aspectos até então não aprofundados sobre o mundo operário.

A obra de Aguiar (1994) aborda a educação da infância operária em escolas de fábrica com Vila Operária e sua influência na política assistencialista predominante no seu período do estudo. As escolas pesquisadas são Escola Carioca e Escola Operária, pertencentes respectivamente a Companhia América Fabril e Companhia Brasil Industrial. Aguiar (1994) analisou o Código de Menores para verificar se o que ele definia na teoria, efetivamente acontecia na prática, tendo em vista que os empresários da época se mostravam resistentes ao que o Código de Menores, em vigor, propunha.

O referencial teórico de Câmara (2010), que estuda a infância minorizada no Rio de Janeiro dos anos 1920, foi essencial para compreender a realidade da criança que vivia, neste período de estudo, na Província do Rio de Janeiro, e, principalmente, os seus reflexos na educação.

Para ter acesso às fontes históricas precisei solicitar à Coordenação do meu curso de Mestrado uma carta para me apresentar como estudante do referido Programa e especificar o tema da minha dissertação. Visitei várias Instituições com a finalidade de buscar informações sobre a Escola Operária da Companhia Brasil Industrial. Na Biblioteca Nacional (BN) encontrei muita dificuldade em localizar documentos referentes à instituição, pois a forma como estavam catalogados dificultava o acesso através do banco de dados. Depois de algumas visitas, tive contato com um bibliotecário que me auxiliou na busca e me permitiu o acesso a relevantes fontes primárias utilizadas na pesquisa de Paulo Keller, como alguns relatórios anuais apresentados à Assembléia Geral dos Acionistas. Os Relatórios pesquisados foram: Primeiro Relatório da Companhia Brasil Industrial – 1874; Quarto Relatório da Companhia Brasil Industrial – 1877; Quinto Relatório da Companhia Brasil Industrial – 1878; Nono Relatório da Companhia Brasil Industrial – 1882; Décimo Oitavo Relatório da Companhia de Fiação e Tecelagem Brazil

Industrial – 1891; Vigésimo Segundo Relatório da Companhia Brazil Industrial – 1895; Vigésimo Quarto Relatório da Companhia Brazil Industrial – 1897 e Trigésimo Terceiro Relatório da Companhia Brazil Industrial – 1906. Este mesmo bibliotecário, além de autorizar a fotografar parte desses relatórios, sugeriu fazer uma busca de informações sobre o assunto no Ministério da Fazenda.

No Ministério da Fazenda verifiquei na coleção *Leis do Império do Brasil*, que nos atos do Poder Executivo na época do Império, as indústrias possivelmente seriam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Desta forma, me interessei em procurar a biblioteca da Superintendência Regional do Ministério da Agricultura. Eu acreditava que os Relatórios não serviam somente para prestar contas aos acionistas, e sim para que fossem encaminhados para algum órgão que fiscalizasse o funcionamento das indústrias têxteis. Infelizmente, não tive êxito na busca, pois, possivelmente, os Relatórios eram confeccionados somente para controle interno. Consegui acesso somente aos Relatórios que já estavam em meu poder.

Na cidade do Rio de Janeiro fui também ao Arquivo Nacional, ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e a Coordenadoria de Inspeção Escolar (CDIN), nos quais não consegui nenhuma informação ou documento relevante. Na CDIN sugeriram procurar informações sobre a Escola Operária no próprio município de Paracambi. Minha dificuldade é que na época a que se refere à pesquisa, Paracambi era considerado um distrito pertencente tanto ao município de Itaguaí quanto ao de Vassouras<sup>3</sup>. Desse modo, foi necessário que eu buscasse informações nos municípios de Paracambi, Vassouras e Itaguaí.

Em Paracambi fui ao Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves, que além de ser o colégio estadual mais antigo do município, já abrigou em seu espaço uma Agência da Secretaria Estadual de Educação. Os profissionais com os quais tive contato nessa instituição, apesar de não conseguir documentos que contribuíssem para a pesquisa, forneceram contatos da Inspeção Escolar de Itaguaí e da Regional Centro Sul, que fica em Vassouras.

---

<sup>3</sup> De acordo com Natal & Natal (1987), a divisão se dava a partir do Rio dos Macacos. À margem esquerda, localizava-se a parte industrial, pertencente ao 3º distrito do município de Itaguaí; à direita, localizava-se a parte comercial, pertencente ao 7º distrito do município de Vassouras.

Minha primeira providência em Itaguaí foi tentar o contato telefônico com a Inspeção escolar. Através deste contato fui informada que não havia nada lá sobre a Escola Operária da Companhia Brasil Industrial, pois era uma instituição muito antiga e sugeriram voltar a procurar em Paracambi. Na esperança de conseguir alguma informação, visitei a Casa de Cultura de Itaguaí. Neste espaço consegui acesso a um livro de memórias de Itaguaí elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura do município, porém este não apresentava informações adicionais que pudessem contribuir para a pesquisa.

Em Vassouras busquei informações documentais no Museu Casa da Hera, no Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra (USS), na Casa de Cultura e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Infelizmente, não obtive informações relevantes para a minha pesquisa com as visitas realizadas neste município.

Após o meu exame de Qualificação reiniciei a procura por informações sugeridas pela banca examinadora. Sendo assim, visitei o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem (SIFT), no qual consegui somente o número da matrícula de registro da Companhia Brasil Industrial, que é de nº 19, inscrita em 1919. Entretanto, deram-me a sugestão de procurar o Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (CETIQT), que pertence ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), mas, infelizmente, não obtive informações sobre a indústria têxtil do período relativo a este estudo.

Pesquisei no Catálogo de Material Visual, na Hemeroteca Digital Brasileira e na Biblioteca Digital Brasileira, ambas pertencentes ao site da Biblioteca Nacional e consegui informações relevantes que contribuíram significativamente para a construção desta dissertação. Localizei os seguintes jornais de circulação da época do meu recorte temporal: *O Globo Ilustrado*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Minas Gerais e A Reforma*. Esta fonte de pesquisa também foi importante para localização de imagens referentes a Companhia Brasil Industrial do século XIX e do mapa da Província do Rio de Janeiro no mesmo período.



A partir do acervo pessoal do Professor Marcelo Armond Costa<sup>4</sup> obtive informações que me levaram à localizar uma reportagem sobre a Companhia Brasil Industrial no jornal *O Malho*, que também foi encontrado na Biblioteca Nacional.

Entrei em contato com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro com o intuito de descobrir a Comarca que pertencia Macacos e, desse modo, verificar a possibilidade de localizar processos que envolvessem crianças da época. Todavia, seria difícil eu conseguir informações a respeito, porque para abrir um processo era necessário um fato incomum, ou seja, o motivo do óbito, principalmente, numa época em que a mortalidade infantil era muito comum.

Apesar de não conseguir a informação que eu procurava, orientaram-me a procurar a Igreja Católica, que era responsável pelos registros de nascimentos, casamentos e óbitos. Ao procurar a Diocese de Nova Iguaçu um funcionário me forneceu a cópia do censo de 1872, que contribuiu com informações relevantes para meu trabalho.

Por fim, os documentos necessários à pesquisa foram localizados na Biblioteca Nacional, situada no município do Rio de Janeiro.

Através dos dados coletados e do levantamento bibliográfico, estruturei o trabalho de forma a organizá-lo para possibilitar uma compreensão do contexto histórico no qual se insere a pesquisa, passando pelo conceito de infância e chegando até a prática e metodologia utilizadas na escola operária, objeto central deste estudo.

O estudo apresenta-se com a seguinte organização: no primeiro capítulo, tem-se a introdução do tema abordado, a implantação e trajetória da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial, seguida da justificativa, na qual são apresentados os motivos que contribuíram para apreciação da relevância do tema. São também abordados os objetivos do estudo, bem como a metodologia utilizada e os caminhos percorridos para a realização da investigação proposta.

No capítulo 2, subdivido em duas seções, é apresentada, primeiramente, uma breve contextualização histórica do processo de industrialização, responsável por significativas mudanças no contexto socioeconômico no Brasil e no mundo, durante o

---

<sup>4</sup> Marcelo Armond Costa (1951 - 2014), professor aposentado da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro e superintendente da Secretaria Municipal de Qualidade de Vida da Terceira Idade de Paracambi, que montou um grande acervo de imagens sobre a Companhia Brasil Industrial.

século XIX. A segunda seção deste capítulo foi dedicada a abordar a criação da Companhia Brasil Industrial e contemplar a estrutura que se formava ao seu redor.

O terceiro capítulo está dividido em três seções, dentre as quais, a primeira destina-se a descrição da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial, objeto central deste estudo. Para uma melhor contextualização da clientela atendida por esta instituição, apresento, na segunda seção, um pouco da realidade vivenciada pelas crianças da época, tanto no distrito de Macacos quanto no município Neutro da Corte. Por fim, discuto o projeto educacional da Escola Operária, visando compreender o modelo educacional utilizado e as perspectivas que regiam a educação operária na Companhia Brasil Industrial.

Para finalizar são apresentadas as considerações que este estudo permitiu alcançar e ainda os anexos relevantes para a pesquisa.

## 2. A INDUSTRIALIZAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO E NOVAS FORMAS DE VIDA NO BRASIL

Diversos fatores internos e externos influenciaram o processo de industrialização no Brasil, sobretudo o significativo crescimento da indústria do algodão, alavancando a produção têxtil no país.

Segundo Clark (1998), um fato histórico que influenciou diretamente o crescimento da indústria do algodão no Brasil foi a Guerra de Secessão. Trata-se de um confronto militar que ocorreu no período de 1861 a 1865 entre os estados do Sul e Norte dos Estados Unidos da América (EUA). O primeiro possuía uma economia baseada no latifúndio escravista e o algodão era seu principal produto de exportação. O segundo defendia a abolição da escravidão e sua economia era baseada na indústria. Esta diferença foi a principal motivação do conflito. Os estados do Norte venceram e impuseram seus interesses sobre o país e os do Sul, passaram por uma crise e perderam influência política. A produção de algodão sofreu uma grande queda no país depois da derrota dos estados do Sul. Em decorrência da escassez do produto, houve um forte crescimento na cultura do algodão no Brasil, período denominado por Urban (1995) como *boom* do algodão. Neste período, o algodão tornou-se, durante alguns anos, o principal produto de exportação do Brasil, superando até mesmo outro produto de forte expressão para a economia do país, o açúcar.

Os impactos causados pela Guerra de Secessão influenciaram positivamente no Brasil que, além de ser o grande responsável pelo abastecimento de algodão na Europa, poderia se transformar numa referência mundial da indústria têxtil, conforme aborda o jornal *A Reforma*, de 9 de junho de 1874.

Si durante a guerra da sucessão na America do Norte, foi o Brazil quem mais concorreu para supprir de algodão as grandes fabricas europeas, na tremenda crise que atravessaram, porque não será lícito esperar que, em alguma dessas eventualidades ainda envoltas nas brumas do porvir, chegaremos á dominar o mercado não só com os fructos deste ubérrimo sólo, mas também com os productos aperfeiçoados das nossas manufacturas? (p. 2, ANEXO O)

Além da guerra civil americana, outras diversas questões influenciaram o investimento em fábricas de tecidos no Rio de Janeiro no final do século XIX.

Alguns fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro investiram em fábricas de tecidos de algodão nos anos setenta e oitenta, quando uma

combinação de fatores – a erosão do solo, a queda dos preços do café e a escassez de mão-de-obra escrava – ameaçava a estabilidade da agricultura cafeeira. O colapso do boom algodoeiro que se desenvolvera no Brasil durante a guerra civil americana representou um novo incentivo para a indústria têxtil do algodão. [...] Havia, ainda, força hidráulica em abundância perto da cidade do Rio e nas províncias de Minas e de São Paulo (STEIN, 1979, p. 36-37).

Segundo Furtado (2012), a industrialização no Brasil era um projeto que complementava o mundo agrário e se constituía como uma alternativa ao momento econômico e político que se encontrava o Vale do Paraíba, em plena decadência do café. O projeto industrial estava dentro de uma lógica de futuro, de modernização da economia do Império brasileiro.

De acordo com Hees (2011), no século XIX, por volta de 1844, outro fator de grande relevância para a questão foi o decreto de lei do então ministro da Fazenda Manuel Alves Branco, que ampliou as taxas de importação, protegeu a indústria nacional e gerou um significativo crescimento da indústria têxtil no Brasil. Em 1850, a proibição do tráfico intercontinental de escravos, propiciou que parte do capital que era empregado na compra desses escravos ficasse disponível para o setor industrial.

A entrada dos imigrantes no Brasil também criou um novo mercado consumidor para a indústria têxtil. A produção interna atendia as camadas mais pobres da população, os escravos e a demanda de sacaria para a produção agrícola (ATEM, 1989).

A contribuição dos imigrantes ultrapassou o mercado econômico na direção da educação, pois segundo Paganí (2012), houve um aumento considerável do número de escolas, de vagas e de professores no Rio de Janeiro.

Mais que uma contribuição para o desenvolvimento das políticas públicas para a educação no Brasil, os imigrantes italianos no Estado do Rio de Janeiro reforçaram a implementação da escolarização de massa, a construção de escolas e a contratação de professores, tanto para os filhos de agricultores, como para os filhos dos operários das fábricas, influenciando, portanto, à ampliação do atendimento educacional da população residente neste Estado, aceitando, inclusive, nas escolas italianas, os filhos de imigrantes de outras nacionalidades e os próprios brasileiros (p. 133).

Outro fator de grande relevância para o sucesso da indústria têxtil no Brasil foi a abundância de recursos hídricos no país, que possibilitava a sua utilização como fonte primária na produção de energia.

Em 1866, o país contava com nove fábricas têxteis de algodão, cinco delas na Bahia. A concentração nesta região deveu-se à presença de matéria-prima, fontes de energia e mercados rurais e urbanos; possuía um excelente sistema portuário e fluvial, ótimas fontes hidráulicas e uma enorme população escrava e de trabalhadores livres que consumiam os tecidos grossos que eram produzidos (STEIN, 1979).

Porém a partir de 1870, outra região passou a figurar o cenário como destaque na produção têxtil. Suzigan (1986) afirma que neste período a indústria de algodão desenvolveu-se na cidade e na Província do Rio de Janeiro, com dez fábricas instaladas na década seguinte, tornando-se o principal centro da indústria têxtil de algodão do Brasil e contribuindo, conseqüentemente, para a economia fluminense.

A partir desse contexto econômico e ainda tratando-se de uma região com diversos rios e quedas d'águas, a localidade de Macacos foi escolhida para acolher a Companhia Brasil Industrial. Os diretores da Fábrica utilizaram este argumento como forma de propaganda visando atrair investidores para o empreendimento (KELLER, 1997).

Vale ressaltar que a Companhia Brasil Industrial, em prospecto impresso em 1870<sup>5</sup>, corroborou que o desenvolvimento da indústria algodoeira no Brasil se deu em função das mudanças econômicas.

[...] a expansão do consumo de bens manufaturados em todo o mundo, o seu encarecimento progressivo nos países estrangeiros, as taxas alfandegárias brasileiras e o câmbio desfavorável, tudo concorria para o estabelecimento da indústria têxtil algodoeira (STEIN, 1979, p. 33).

O então presidente da diretoria da Fábrica o Sr. Francisco de Assis Vieira Bueno em nota no Jornal *A Reforma*, de 19 de março de 1872, demonstra a satisfação com a escolha do local para a construção da Companhia Brasil Industrial.

Nas continuadas visitas, que eu e meus illustres collegas, fazemos á fazenda do Ribeirão dos Macacos para inspeccionar as obras de construcção, folgamos antecipadamente com a satisfação, que d'aqui a mezes contamos gosar, quando em logar do acervo de pedra e cal ainda embryonario, que agora se apresenta, erguer-se um edificio de construcção singella, mas imponente por sua vastidão, destacando-se da verdura das risonhas collinas que os circumdam e do aprazivel e extenso valle, em cuja extremidade vai surgindo; quando ao troar das pedreiras, e ao tinir

---

<sup>5</sup> Publicação intitulada Vantagens mais importantes possuídas pelo Brasil para o sucesso da manufatura Citado por Stein (1979, p.38).

da picareta e do martello do constructor tiver succedido o sussurro das aguas engolphando-se nas turbinas e o vertiginoso rumorejar de uma infinidade de machinas postas em movimento para produzirem os ovos de ouro da alchimia de Arkwright; quando emfim, n'aquelle ameno sitio, distante d'esta grande emporio commercial menos de duas horas de viagem pela via ferrea, a solidão de outr'ora tiver sido trocada pelo bulicio de uma villa industrial que, remunerando proveitosamente os capitaes empregados, poderá abrigar muitos desvalidos, os de menor idade principalmente, prestando assim ao mesmo tempo ao paiz serviços valiosos (p. 3, ANEXO P).

Neste período, até o final da década de 1880, a Companhia Brasil Industrial foi considerada, entre as dez Fábricas que haviam sido instaladas na referida região, a maior fábrica de tecidos de algodão do Brasil. Além disso, para destacar sua relevância econômica e social, vale ressaltar que a Fábrica recebeu prêmios em várias Exposições que participou no período de 1875 a 1904.

Diploma de Honra na Exposição Nacional de 1875; Diploma de Honra da Cooperation da Exposição Internacional do Chile de 1875; Notavel Recompensa da Exposition Internacional Exhibition de 1876; Mensão Honrosa da Exposição Artístico-Industrial de 1881; Medalha de Ouro da Exposição Continental do Club Industrial Argentino de 1882; Diploma de Honra na Exposição de Industria Nacional de 1882; Grande Premio na Exposição da Republica Argentina de 1884; Diploma de Honra da Associação Industrial do Rio de Janeiro de 1884; Diploma Commemorativo da Exposição Continental Sul Americana de 1887; Diploma de Honra da Exposição Preparatoria da Universal de Paris de 1888; Medalha de Prata na Exposição Universal de 1889; Grande Premio na Exposição Universal de São Luiz em 1904 e outras mais, cujos premios conferidos não foram recebidos por motivos alheios á vontade da Directoria (48º RELATORIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL 1871-1921, p. 17/18).

Os jornais de circulação do século XIX apontavam a significativa relevância da instalação da Companhia Brasil Industrial para o desenvolvimento do povoado de Macacos. Isto porque toda infraestrutura que se formou nos arredores da Fábrica contribuiu para a transformação e prosperidade da localidade.

Foi a 7 de setembro de 1871, que sôu na terra a primeira enchadada, á cavar os grossos alicerces da fabrica; Macacos era então um ponto abandonado; suas casas cahiam em ruinas. Hoje, reparadas e habitadas, dão já soffrivel renda; a povoação cresce; prospera e promete ser em futuro pouco remoto uma das mais importantes localidades da província do Rio de Janeiro (A REFORMA, 9 de junho de 1874, p. 2, ANEXO O).

Além de contribuir para o desenvolvimento da localidade de Macacos, a Companhia Brasil Industrial se destacou no século XIX devido à qualidade dos tecidos

produzidos, que eram semelhantes aos fabricados nas indústrias estrangeiras. Nesse contexto, o Jornal *O Globo*, de 5 de abril de 1875 ao noticiar a visita do Imperador à Fábrica, que acompanhou o processo de produção de tecidos juntamente com outros convidados, reforçava sua relevância para indústria têxtil nacional.

A fábrica de tecidos da Companhia Brasil Industrial. Situada em Macacos, foi ante ontem honrada com a augusta presença de S. M. o Imperador, que, partindo de São Cristóvão às 9 chegou ali às 11 da manhã, parando o trem junto ao edifício.

Grande foi o concurso de senhoras e cavalheiros que ao gracioso convite da direção assistiram a essa festa do trabalho inteligente.

Os convidados assistiram uma por uma, a todas as operações do fabrico do algodão, começando pelo descaroçamento cardação do capulho primitivo até a dobradura do tecido para ser entregue em peças ao mercado.

Observou-se que os produtos obtidos não cedem nem no delicado urdidura e igualdade do fio aos melhores que neste gênero importamos das fábricas de Manchester e Liverpool (p. 2, ANEXO R).

Com a crescente importância política e econômica da região centro-sul do Brasil, especialmente, do Rio de Janeiro, esta região foi escolhida para abrigar a maior parte das fábricas têxteis, 33 das 48, existentes em 1885.

No século XIX, os tecidos grossos de algodão, produzidos nas primeiras indústrias têxteis, “roupas para trabalhadores, escravos e livres, da cidade e do campo; panos para ensacar açúcar e, particularmente, o café exportado em quantidade cada vez maior” (STEIN, 1979, p.38), serviram de aprendizado para este setor, pois a mão de obra não precisava ser qualificada, o maquinário era simples e o produto era absorvido tranquilamente pelo mercado.

Acompanhando as mudanças na indústria têxtil, a Companhia Brasil Industrial, em sua Petição ao Corpo Legislativo de 10 de junho de 1875 (Anexo I)<sup>6</sup>, descreveu a transformação que indústria têxtil vinha sofrendo, ao dizer que o país produtor de algodão, que só fabricava tecidos grosseiros, implantava uma fábrica de tecidos para atender às novas tendências, ou seja, produzir tecidos mais finos e de geral consumo.

Desta forma, a Companhia Brasil Industrial se destacou tanto na economia nacional, no século XIX, que teve o privilégio de receber visitas da família Imperial, conforme consta no seu 48º Relatório. A primeira foi em julho de 1879, quando “havia toda a família Imperial honrado a fábrica com a sua visita, tendo S.M. o Imperador

---

<sup>6</sup> Cópia do documento adquirido na Biblioteca Nacional.

examinado detidamente todas as secções e o trabalho da fábrica pelo que mostrou-se satisfeito”(p.8). A segunda ocorreu em 3 de novembro de 1885, na reinauguração do prédio, que sofreu um incêndio em 21 de dezembro de 1883 “S.M. o Imperador e S.S.A.A. Imperiais dignaram-se honrar, com suas presenças, a festa industrial de reinauguração da fábrica; tendo S.M. o Imperador pronunciado palavras benévolas e animadoras do cometimento, que serviram de estímulo para o desenvolvimento da indústria” (48º RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, 1871-1921, p. 11 ).

As visitas da família Imperial a Macacos, além de serem registradas nos Relatórios anuais da Companhia, eram noticiadas em jornais nacionais e internacionais de circulação da época. Representantes do *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Noticias*, *Diário de Noticias*, *El Eco de España e La Prensa*, de Buenos Ayres fizeram cobertura deste evento. Nesse contexto, o periódico *Diário de Notícias* aborda, com detalhes, a presença das autoridades, o número considerável de pessoas e a grandiosa cerimônia de reinauguração da Fábrica.

Recebidos pela directoria ao descer do wagon, Sua Magestade e Suas Altezas Imperiaes dirigiram-se ao edificio principal, seguidos do Sr. Visconde de Tamandaré, seu camarista e dos convidados, e tocando no botão que abria a comunicação do vapor, deu começo aos trabalhos, entrando em movimento immediato todos aquelles variados machinismos. Percorreram depois as diversas officinas, subindo no ascensor ás que ficam nos pavimentos superiores, e examinando as plenas funcções o amestrado pessoal (...) Seguiu se um abundante lanche, servido n’um dos armazens da fabrica, no qual foram servidas para mais de 700 pessoas; regressando a família imperial pouco depois das duas e meia (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 4 de novembro de 1885, p. 2, ANEXO L).

Além da notoriedade atribuída a Fábrica pelos meios de comunicação da época, os significativos investimentos realizados para a implantação dessa categoria industrial na cidade e província do Rio de Janeiro favoreceu para que essa região se tornasse o principal centro da indústria têxtil de algodão do Império.

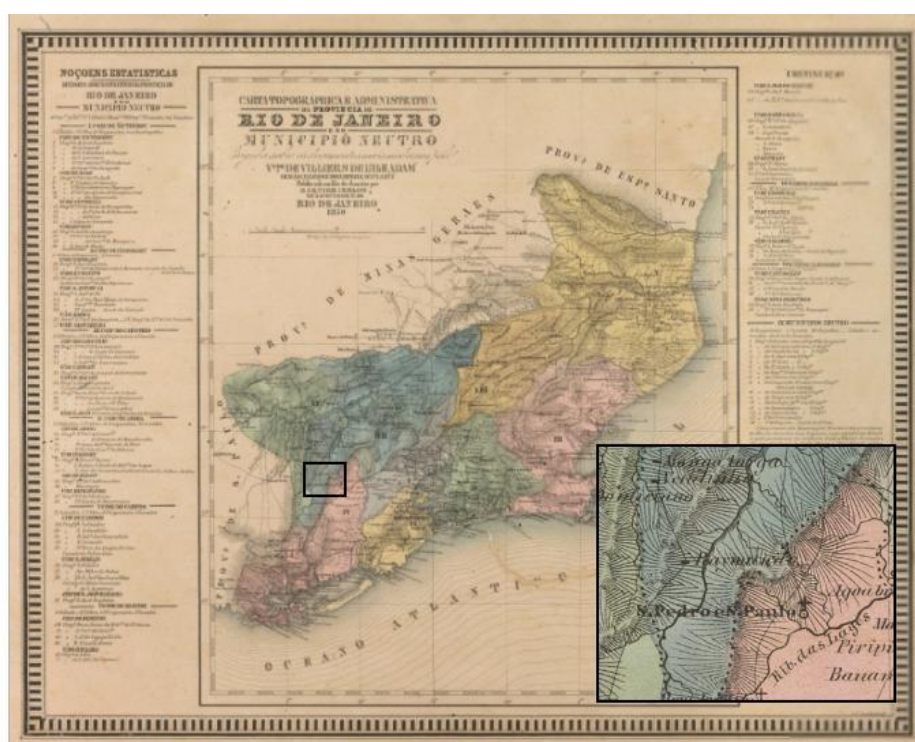
## **2.1. A CRIAÇÃO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO**

A Companhia Brasil Industrial foi fundada em 6 de dezembro de 1871 na região então chamada de Macacos, que como já citado anteriormente, pertencia a dois municípios e a divisão se dava a partir do Rio dos Macacos. À margem esquerda, localizava-se a parte



industrial, pertencente ao 3º distrito do município de Itaguaí; à direita, localizava-se a parte comercial, pertencente ao 7º distrito do município de Vassouras. Esta região deu origem ao município de Paracambi, emancipado em 1960 (NATAL & NATAL, 1987).

Na Figura 4 é possível verificar a localização do povoado onde foi instalada a Fábrica, que inicialmente denominava-se São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages. (NATAL & NATAL, 1987). Foi neste povoado que se iniciou a habitação e desenvolvimento da localidade de Macacos, atual Paracambi.



**Figura 4 – Carta Topográfica e Administrativa da Província do Rio de Janeiro e do Município Neutro - 1852**

**Fonte: Catálogo da Biblioteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional**

A localidade servia como caminho obrigatório para Minas e São Paulo, o que impulsionou o seu progresso, que se acentuou devido à inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1861.

Com a implantação do ramal de Macacos da estrada de ferro foi facilitado o transporte agrícola na região, fato que contribuiu para a implantação da Companhia Brasil Industrial nessas terras (KELLER, 1997).

A formação da Brasil Industrial se inseriu, portanto, em movimento ligado à lógica de desenvolvimento do projeto nacional do Império, que se localizava na simultaneidade e complementaridade da atividade agrícola, visando à modernização da economia brasileira. Não são à toa os esforços e investimentos da Coroa numa estrutura que permitisse a modernização econômica brasileira, como a implementação de ferrovias, melhorias urbanas e serviços de comunicação. O projeto fabril têxtil da Companhia Brasil Industrial estava englobado no ideal de progresso e modernização, que compreendia a necessidade de transformação da economia brasileira. Construída sob os moldes industriais do Velho Mundo, a fábrica modificou a paisagem, estruturou e desenhou o lugar, instalando um verdadeiro complexo composto por fábrica e vila operária (FURTADO, 2012, p. 24).

Em 1870, ainda em projeto, a Companhia destacou algumas vantagens em se estabelecer na Fazenda dos Macacos. O Brasil era o quarto maior produtor mundial de algodão e poderia utilizar a força dos rios na geração de energia. Outro ponto a favor da Companhia era sua localização, pois a região de Macacos estava situada “a uma hora e meia de viagem do Rio” (STEIN, 1979, p. 38 ) através da Estrada de Ferro D. Pedro II, que viabilizava o transporte gratuito de todo o maquinário e materiais para a Fábrica, concedidos pelo governo imperial.

A citação, a seguir, demonstra como estavam organizadas as instalações da Fábrica, de acordo com a elaboração do projeto realizado pelo engenheiro norte americano William S. Elison, que foi responsável também pela construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Fábrica de tecidos montada com 400 teares, construindo-se para ella o competente edificio, com 500 pés de comprimento sobre 50 de largura, com 3 andares, além das lojas, com alicerces de pedra, e grossas paredes de pedra rústica até o vigamento do 1º andar; e com paredes de tijolos d’ahi para cima.

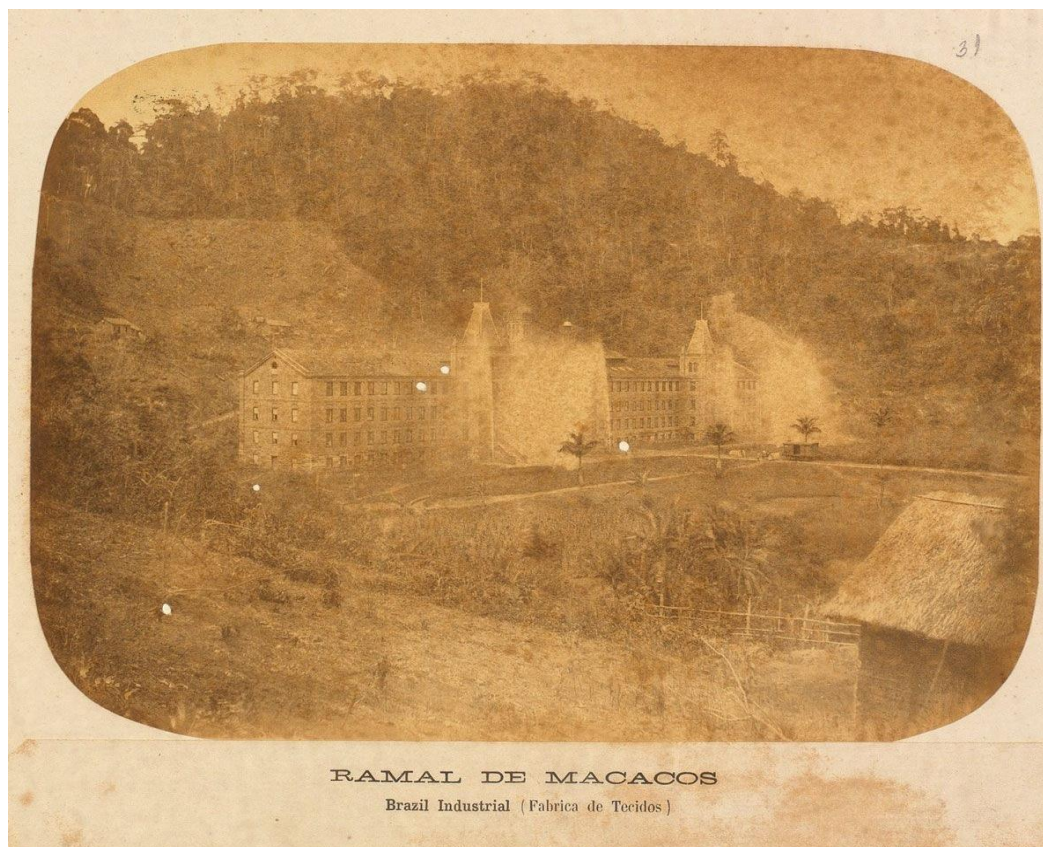
Aproveitar para motor de todo o machinismo da fábrica um dos ribeiros que banham a supra-mencionada fazenda; sendo para esse fim derivadas as águas a considerável distancia e canalizadas até a cima da montanha próxima ao local do edificio d’ahi descerem para as turbinas, por um rapido declive, e de uma altura de 268 pés, em encanamento de ferro.

Utilisar as mesmas águas assim empregadas para motor do machinismo em um vasto e poderoso aparelho para extinção de incêndios.

Construir um kilometro de via-ferrea para ligar a Fábrica com a Estrada de Ferro de D. Pedro II, na estação de Macacos (48º RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, 1871-1921, p.4).

A primeira diretoria eleita da Fábrica foi composta por Francisco de Assis Vieira Bueno, Zeferino de Oliveira e Silva, e Joaquim Dias Custódio de Oliveira, considerados os fundadores da Companhia Brasil Industrial.

A Figura 5 apresenta uma fotografia referente ao prédio da Companhia Brazil Industrial tirada em 1881, ou seja, dez anos após sua inauguração.



**Figura 5 – Companhia Brazil Industrial, 1881.**

**Fonte: Catálogo de Material Visual - Biblioteca Nacional**

Através da imagem é possível perceber a transformação do cenário ocorrida devido à instalação dessa Companhia de grande porte. Uma região rural do interior da Província, ainda pouco habitada, passou a abrigar uma construção imponente, trazendo benefícios significativos para o desenvolvimento econômico da região.

A grandiosidade do edifício que abrigava a Fábrica, até hoje, impressiona moradores e visitantes que, impreterivelmente, remetem suas lembranças ao período em que a Companhia Brasil Industrial estava em plena atividade.

Vale ressaltar que, atualmente, o prédio abriga, através de parcerias da Prefeitura Municipal de Paracambi com instituições educacionais, o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), o Centro de Educação Tecnológica e

Profissionalizante (CETEP), a Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ), o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Escola de Música Villa Lobos. Instituições vinculadas a Prefeitura Municipal de Paracambi também ocupam espaços na Companhia Brasil Industrial: Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Ballet Municipal Canto do Curió, Espaço de Cultura, Cinema e Arte, Almoxarifado Central, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social. Para finalizar a Prefeitura disponibilizou espaços para instalação de pequenas empresas privadas, visando a geração de emprego na região. A utilização do espaço para fins educacionais e culturais agrada grande parte população da região que, ainda hoje, se recorda das histórias contadas por seus antepassados do tempo em que a região girava em torno da Fábrica.

Retomando a realidade do século XIX, como a região era predominantemente agrária, foi necessário criar um complexo fabril para atender às necessidades básicas dos operários, que contava com uma Vila Operária e uma rede de serviços (escola, armazém, clube social, farmácia, cemitério, etc). A Companhia Brasil Industrial concedia benesses aos seus operários com o intuito de estimular a permanência desses trabalhadores na Fábrica. Antes da criação da Vila Operária existiam os dormitórios, nos quais os trabalhadores ficavam alojados e longe da família.

Devido ao crescimento da indústria têxtil esses dormitórios começavam a não comportar o número de alojados e foram necessárias providências visando o aumento do número dessas acomodações.

Como se pode calcular, a expansão das fábricas têxteis de algodão na década de noventa e, em consequência, a superlotação dos antigos dormitórios obrigaram os industriais a construir habitações em propriedades adjacentes à fábrica (STEIN, 1979, p. 70).

Segundo Stein (1979, p. 69) “Nos últimos anos do século, houve, aparentemente, uma interrupção na tradição dos dormitórios; os industriais começaram a alojar os operários, segundo o ‘plano inglês’, no que ficou conhecido no país como as ‘vilas operárias’”.

A Figura 6 apresenta o complexo Fábrica e Vila Operária da Companhia Brasil Industrial, que reunia diversos estabelecimentos com o intuito de fixar a mão de obra na Fábrica.



Acervo de Paulo Fernandes Keller, autor desconhecido, 1908 – “Complexo fábrica e vila operária da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial”.

**Figura 6- Complexo fabril da Companhia Brasil Industrial, 1908.**

**Fonte: CIAVATTA, 2007, p.127.**

Como previa o “plano inglês”, a Vila Operária da Fábrica contava com diversos estabelecimentos que forneciam os subsídios necessários para os operários e suas famílias, que podem ser observados na figura acima como edificações em torno da Fábrica. Sendo assim, a estrutura era de fundamental importância para o efetivo funcionamento da Companhia, uma vez que, também visava motivar os trabalhadores a permanecer na localidade sem a necessidade de se deslocarem para aquisição de mantimentos ou serviços básicos.

Além disso, Gomes & Ferreira (1987) destacam que uma das principais estratégias utilizadas pelos industriais do Rio de Janeiro, desde o século XIX, visando à formação, controle e fixação do operário ao redor das fábricas, era a construção de escolas.

De acordo com Keller (1997), essa estrutura apresentava benefícios sociais para o operariado, mas também, constituía elementos legitimadores de dominação e transformava o que seria uma simples relação entre patrão e empregado em um relacionamento complexo. A oferta de moradia servia como estratégia para recrutar e alojar os operários. Se um operário deixasse de trabalhar na Fábrica, mas continuasse na moradia era obrigado a pagar uma taxa que se somava ao aluguel da casa. Esta taxa também era cobrada de todos os filhos maiores que não trabalhassem na mesma, demonstrando um controle sobre a vida do operário e um poder sobre suas decisões.

Para o bem dos trabalhadores industriais e o bom funcionamento das fábricas têxteis, para assegurar a disciplina e inibir a indolência, alguns industriais criaram um sistema de serviços sociais destinado a assistir o

trabalhador desde o berço até, literalmente, o cemitério, pois em uma fábrica um “lugar especial está reservado para aqueles cujos serviços já não estão disponíveis”. Um conceito básico cimentava o sistema de serviços oferecido pelas fábricas: a força de trabalho era entendida como um grupo de famílias vivendo juntas sob “a administração verdadeiramente paternal” dos gerentes e acionistas (STEIN, 1979, p.69).

Segundo Leite Lopes (1988), as fábricas com Vila Operária e sua rede de serviços, conceituada pelo autor como “aparatos institucionais”, constituem um padrão específico de relações de dominação, em que “subordinam diretamente seus trabalhadores para além da esfera da produção” (LEITE LOPES, 1988, p.16).

Keller (1997), afirma que essa forma de dominação demonstrava uma invasão da vida privada dos trabalhadores, controlando as crianças que se banhavam nos rios, o fechamento dos portões que separavam a vila do comércio, o impedimento de circulação na vila após as 22h e obrigatoriedade do fechamento das portas das casas após o mesmo horário, e até mesmo a escolha da cor dos cômodos das casas.

Para Stein (1979) a “rede de serviços” era vista como um sistema de serviços sociais que assistia o trabalhador desde o berço até o seu falecimento. Outro ponto importante, diz respeito à manutenção realizada nas moradias. Todo e qualquer conserto era de responsabilidade da Companhia, bastava o operário solicitar o reparo.

Pode-se inferir, a partir dos relatos de ex-operários fornecidos à Aguiar (1994) e Keller (1997), que apesar de existir uma relação de dominação esta não se fazia por meio de controle violento ou repressivo, mas sim através de regras impostas não só na Fábrica mas em todos os espaços de convivência.

Apesar dessas ações, demonstrarem a relação de dominação patronal, estas eram vistas de forma positiva pelos operários. A constatação deste fato pode ser observada através da entrevista relatada por Ciavatta (2007).

Então tudo isso era contado como salário: você morava em uma casa barata, tinha os consertos gratuitos, a conservação gratuita, tinha facilidade de arrumar emprego para os filhos ou parentes e agregados; tudo isso se transformava em salário e trazia uma certa tranquilidade para a gente trabalhar. Não era o grande salário, porque não tinha um salário alto, mas era o somativo da família trabalhando (p.54).

Esse formato de complexo fabril, Fábrica junto com Vila Operária, foi implantado em outras indústrias no Brasil até mesmo no século seguinte, conforme Mattos (2012) observa.

Desse modo, é preciso analisar que a implantação da indústria em Arraial do Cabo trouxe um modelo já em prática no Brasil, em que as indústrias estabeleciam o parque fabril construindo uma vila residencial, cooperativas para oferecer alimentos, medicamentos e outros serviços para os operários. Assim, mantinham-se os empregados próximos à linha de produção, fazendo com que suas vidas girassem em torno da influência da produção e do capital (MATTOS, 2012, p. 36).

Segundo Stein (1979) e Keller (1992) a Companhia Brasil Industrial iniciou suas atividades com a mão-de-obra estrangeira, técnicos mestres, alguns operários ingleses e famílias de imigrantes alemães recrutadas em Santa Catarina, que preparariam os trabalhadores nacionais para o desempenho das funções exercidas no ramo têxtil. Aguiar (1994) destaca também que a Companhia dispunha de “Agentes” que tinham a função de persuadir trabalhadores de áreas rurais, prometendo melhores condições de vida e trabalho, a se mudar com sua família para trabalhar na Fábrica, conforme entrevista do filho do responsável pelo primeiro cartório de Paracambi relatada por Aguiar (1994).

A fábrica chegava a trazer trem fretado de famílias de Minas Gerais para trabalhar aqui na Brasil com casa arrumada, passagem paga. Vinha um trem completo para morar aqui. (...)  
O Sr. Dico, esse era o apelido. Ele é que ia lá buscar essas famílias. Trazia uns trens fretados. Trem mesmo, completo. Trem da Leopoldina, trazia até Japeri. Dali eles vinham para trabalhar aqui (p.124).

Para Aguiar (1994), de acordo com as entrevistas colhidas de ex-operários da Companhia, além dos Agentes, havia a vinda espontânea de parentes ou amigos de trabalhadores da Fábrica, buscando conhecer a Fábrica e pleitear um lugar para si próprio e para pessoas de sua família. A Companhia também se incumbia de selecionar individualmente algumas pessoas devido a sua qualificação profissional, como foi o caso de uma professora contratada exclusivamente por possuir diploma (AGUIAR, 1994).

Além da moradia, a Companhia construiu, no “tempo do Seu Level”<sup>7</sup> por intermédio da direção da Fábrica em conjunto com a ajuda física e financeira dos

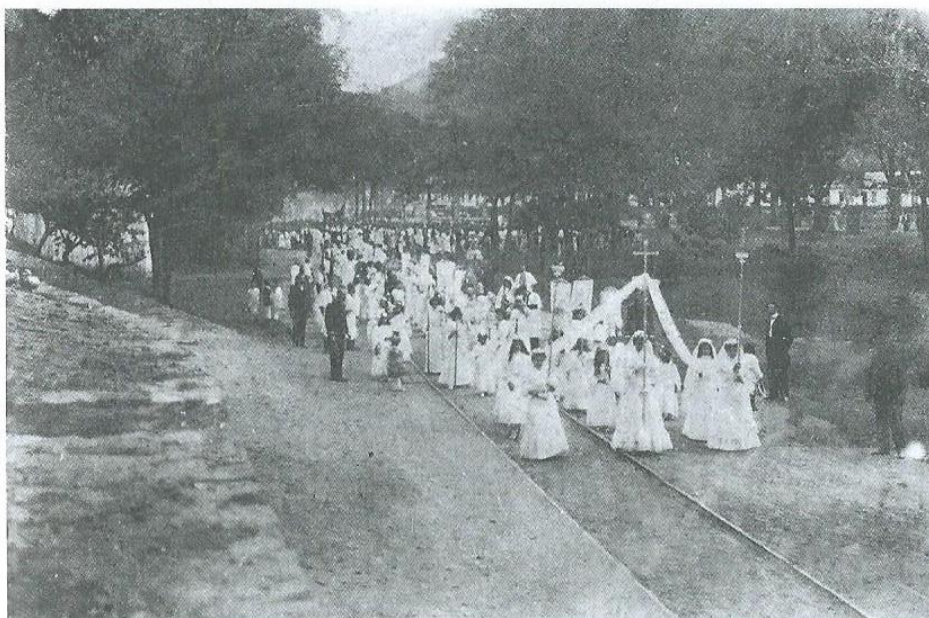
---

<sup>7</sup> “Seu Level” era a forma como os operários se referiam ao Dominique Level, Diretor da Companhia Brasil Industrial eleito em 03 de setembro de 1889 em Assembléia Geral Ordinária.

operários, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, conforme o 48º Relatório da Companhia Brasil Industrial.

Tendo o Gerente da fábrica, empregados e operários promovido uma subscrição entre si e procurado donativos para construção de uma pequena capella, a Directoria concedeu a área do terreno necessária, para tão justo fim; no dia 1º de Novembro foi lançada a pedra fundamental e inaugurada à 6 de Maio de 1880, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição (48º RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, 1921, p. 7)

A esposa de Dominique Level era católica, muito devota da referida Santa e foi quem solicitou a construção da igreja. Os operários entrevistados por Keller (1994), também devotos de Nossa Senhora da Conceição, acreditavam que a causa do incêndio, ocorrido em 1883, estaria relacionada ao fato da Companhia não haver realizado a festa da padroeira no ano do incidente. Depois do ocorrido, a Fábrica deliberou o dia 08 de dezembro como dia festivo da Nossa Senhora da Conceição e esta se tornou, conforme mostra a Figura 7, a maior festa da região.



Acervo de d. América Zanella, Paracambi, autor desconhecido, década de 1910 – “Procissão de Nossa Senhora da Conceição na entrada da Fábrica Brasil Industrial”.

**Figura 7 – Procissão de Nossa Senhora da Conceição.**

**Fonte: CIAVATTA, 2007, p. 49.**



O 48º Relatório da Companhia registrou o incêndio assim como alguns dos danos causados pelo mesmo:

À 21 de dezembro de 1883, às 5 horas da tarde, durante forte tempestade caiu uma fâisca electrica n'uma das extremidades da fábrica e percorrendo as machinas foi queimando todo o algodão em processo e tomando conta n'um momento de todo o edificio; os prejuízos foram enormes (48º RELATÓRIO DA CIA BRASIL INDUSTRIAL – 1871/1921, p. 9).

O incidente aconteceu apesar da diretoria da Fábrica ter demonstrado preocupação com a segurança, adotando algumas medidas para evitar incêndios, como a instalação de extintores e de chafarizes na frente do edificio, cuja água atingia a parte mais alta do prédio, conforme nota divulgada no Jornal *O Globo*

Para prevenir qualquer incendio que se possa manifestar no edificio, estão os differentes pavimentos providos de aparelhos de extincção completos, contando além disso o edificio oito pilastras em sua circumferencia que jogam a agua em grossa chuva a uma altura extraordinaria, excedendo a aresta do telhado e as expolas dos torreões (5 de abril de 1875, p. 2, ANEXO R).

Além disso, os operários, que na ocasião eram de aproximadamente 600 e, em sua maior parte, compunham famílias, ficaram sem condições de se sustentar até a reconstrução do prédio para retomar as atividades normais.

Visando socorrer as famílias, a diretoria tomou algumas providências para que elas tivessem acesso aos itens de primeira necessidade. A direção tomou a decisão de criar o armazém de mantimentos, para atender às necessidades básicas das famílias operárias, vendendo gêneros fundamentais que seriam descontados futuramente dos salários.

A directoria teve de ir em seu auxílio, abrindo em um dos prédios da Companhia um armazém de mantimentos de primeira necessidade que lhes fornecesse os meios de esperarem pelos trabalhos da reinstalação da fábrica, nos quaes foram de preferênciã empregados (48º RELATÓRIO DA CIA BRASIL INDUSTRIAL, 1891/1921, p. 9).

Após a reconstrução da Fábrica, o armazém foi mantido como um dos aparatos institucionais oferecidos até 1919, ano em que a diretoria resolveu fechá-lo para evitar transtornos, pois na ocasião havia um movimento de resistência e crítica dos operários com relação ao Armazém de Mantimentos, devido a questões como o lucro obtido pelos patrões e as formas de paternalismo mantidas com esse lucro (KELLER, 1997).

Ou seja, a Companhia através da administração do armazém de mantimentos conseguia: 1/ promover a reprodução de sua força de trabalho e; 2/ promover outras formas de paternalismo, além do próprio armazém de mantimentos, como a bonificação, sem prejuízo nenhum de seu capital (p. 59).

Keller (1994) afirma que a rede de serviços que compunha a Companhia Brasil Industrial também contava com um açougue administrado por terceiros, que funcionava em um dos prédios da Fábrica, uma leiteria e um armarinho, que fornecia tecidos, vestimentas, calçados, aviamentos, material escolar, etc.

Ainda de acordo com o autor, para a realização de atividades de lazer, que era um aspecto com significativa relevância no século XIX, foi criada uma estrutura chamada Clube Cassino. Tratava-se de um clube social no qual se festejava a festa da padroeira, promovia a confraternização, realizava exposições dos produtos fabris, além de apresentação de espetáculos teatrais.

De acordo com a Figura 8 é possível perceber que o espaço do clube também era utilizado para festividades pessoais, como a realização de casamentos.



Acervo de d. América Zanella, Paracambi, autor desconhecido, 1910 – “Festa de casamento de operários no Cassino da Companhia Têxtil Brasil Industrial”.

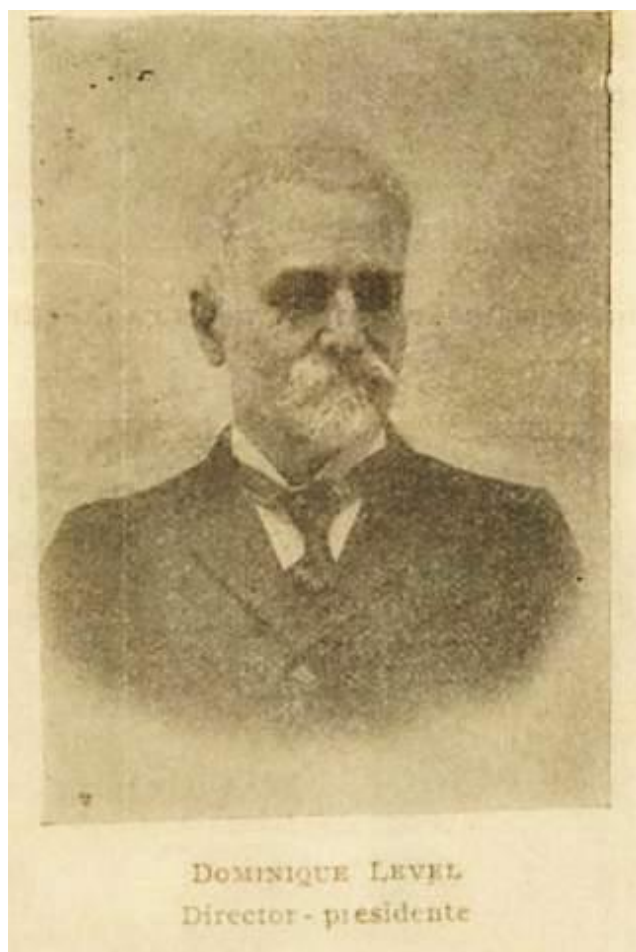
**Figura 8- Casamento no Cassino, 1910.**

**Fonte: CIAVATTA, 2007, p. 47**

Em entrevista concedida a Aguiar (1994) pelo filho do antigo responsável pelo Cartório de Paracambi percebe-se que os operários ficavam agradecidos pelos espaços que a Companhia Brasil Industrial disponibilizava para as atividades de lazer.

Tinha o campo de futebol, porque a fábrica também dava o campo, dava a sede. Pegava um operário para limpar o campo, um zelador para pintar, para limpar. Todos os times de operários também. Admitia a gente porque...não tinha outra coisa aqui...pagava-se uma taxa. O cassino, lá tinha dança, teatrinho, tinha aqueles bailes, domingueiras, essas coisas, também feito por ela (a fábrica) (AGUIAR, 1994, p. 146).

Nos horários de folga, apesar da extensa jornada de trabalho, os operários conseguiam tempo para praticar esporte no Paracambi Futebol Clube, mais tarde passando a chamar Brasil Industrial Esporte Clube. Este espaço era dedicado à prática do futebol desde julho de 1912, com a aprovação de um estatuto no qual foi empossada a primeira diretoria tendo como presidente de Honra o Diretor Dominique Level, cuja imagem consta na Figura 9, a seguir.



**Figura 9 – Diretor-presidente Dominique Level**  
**Fonte: Jornal O Malho, 19 de setembro de 1903, p. 18.**

A Companhia Brasil Industrial prestava assistência aos seus operários nas questões de saúde, pois possuía enfermaria desde o último semestre de 1882, o que, de acordo com o 48º Relatório da Brasil Industrial, contribuiu para combater as epidemias de febre amarela, de varíola, da gripe e da malária, que surgiam, respectivamente, nos anos 1893, 1913, 1918 e na década de 1920. Para manter a enfermaria era descontado uma porcentagem dos salários dos operários. Em caso de morte, a Fábrica possuía seu próprio cemitério e prestava assistência funerária. Segundo Keller (1997), “sobre a assistência às famílias dos operários mortos, é provável que fosse fornecida somente em casos de operários mortos por acidentes de trabalho e segundo critérios deliberados pela diretoria” (p.101).

O 48º Relatório da Companhia Brasil Industrial (1871-1921), aborda a necessidade e a implementação da construção de um novo cemitério, em terras da Companhia, no ano de 1891. Dessa forma, percebe-se a preocupação da Fábrica em oferecer aparatos que acompanhassem o ciclo de vida dos seus operários, desde o nascimento até sua morte.

Amanhã terá lugar a benção solemne do novo cemiterio situado nas terras da importante fabrica de fiação e tecelagem Brasil Industrial, situado na fazenda do Ribeirão dos Macacos, estrada de ferro Central do Brasil. Officiará o acto o Revm. Parocho da freguezia de S. Pedro S. Paulo do Ribeirão das Lages (GAZETA DE NOTÍCIAS, 6 de junho de 1891, p.1, ANEXO M).

É oportuno salientar, que toda a rede de serviços disponível aos operários e suas famílias não onerava os cofres da Companhia, pois assim como a assistência médica, os outros serviços também eram descontados dos trabalhadores. Por vezes, esses descontos poderiam render mais do que valiam os bens adquiridos, como por exemplo, os alimentos adquiridos no armazém da Vila eram 5% mais caros que os praticados na capital (KELLER, 1997).

Essa rede de serviços ou aparatos institucionais além de estimular a permanência do operariado na Companhia Brasil Industrial, segundo Aguiar (1994), servia para manter vigilância sobre as famílias e, sobretudo, a dirigida a seus jovens por intermédio da atuação de um corpo de guardas e, em certas situações, da própria gerência. Esta vigilância se fazia diretamente no espaço da rua, no interior da casa, no trabalho e na escola.

Neste contexto, a Fábrica demonstrava um forte poder patronal sobre a vida profissional e pessoal de seus operários. Todos, inclusive os demais integrantes das famílias deveriam seguir as regras estabelecidas pela Companhia.

Apesar de permanecer sempre como uma fábrica de tecidos, a Companhia Brasil Industrial passou por algumas mudanças durante seu tempo de atividade. Segundo Keller (1997), a principal delas pode estar atribuída as constantes mudanças dos cargos de direção e propriedade da Fábrica. Estas transformações começam a ocorrer em 1917 após a morte de Dominique Level, quando o presidente passa então a ser o Antonio Cândido de Azambuja que exerceu o cargo por apenas 28 meses. Após a morte precoce de seu antecessor, o Antônio de Andrade Botelho assume a presidência da Fábrica, que teve ainda dois outros presidentes até a sua venda para o grupo Othon Bezerra de Mello em 1955. Este grupo fica responsável pela Companhia até 1980 quando ocorre sua venda definitiva para a Cia. São Pedro de Alcântara (Petrópolis/RJ).

Outra questão essencial para este gradativo declínio, segundo Keller (1997), foi a promoção da venda dos terrenos e casas que compunham a Vila Operária na década de 1970, além da apropriação de muitos de seus prédios, onde funcionavam aparatos institucionais, pela prefeitura de Paracambi, que transforma o Clube e o Esporte Clube em patrimônio público municipal,

De acordo com entrevistas concedidas a Aguiar (1994), a expressão nacional da Fábrica foi diminuindo gradualmente nos anos 1990, devido à falta de modernização de máquinas e equipamentos, o que ocasionou uma significativa baixa no número de operários. Além disso, a Companhia não aderiu às novas tendências do mercado e não produzia os tecidos mais procurados como, por exemplo, a malha.

Sendo assim, depois de mais de um século de intensa atividade a Companhia Brasil Industrial fechou definitivamente suas portas em 1996, “(...) depois de um processo prolongado de crise econômico-financeira” (CIAVATTA, 2007, p.30).

No início dos anos 2000 a Prefeitura de Paracambi adquiriu as instalações da Fábrica e firmou parcerias estaduais e federais para a implantação de diversas unidades educacionais, com cursos de Ensino Médio Regular e Técnico, Ensino Superior, entre outros cursos (CIAVATTA, 2007).

(...) Uns ficam, assim, se emocionam pelo fato da fábrica não existir mais. Outros se emocionam pelo fato dela não ter ficado fechada, dela estar aberta e oferecer o que está oferecendo. Nós agora apelidamos a

fábrica, e fazemos questão de espalhar o máximo para todo mundo de “Fábrica do Conhecimento” (...) (ibidem, p. 81).

A Figura 10 mostra o prédio que abrigava a antiga Companhia Brasil Industrial nos dias atuais, exatamente como no tempo em que funcionava a Fábrica de tecidos.



**Figura 10 – Fábrica do Conhecimento, antiga Companhia Brasil Industrial, 2014.**

**Fonte: Acervo pessoal de Gilmar dos Santos Zão.**

Talvez, a Escola Operária da Companhia Brasil Industrial tenha contribuído de alguma forma para que hoje, o mesmo prédio, seja destinado a projetos educacionais com a implementação da atual “Fábrica do Conhecimento”, que pretende oferecer educação de qualidade a jovens e crianças da região.

Mesmo que naquele tempo o modelo educacional em vigor estivesse longe do ideal que é vislumbrado hoje, é possível que este tenha sido um modelo precursor, de acordo com a realidade da época, que foi se aperfeiçoando e se adaptando as transformações sociais e culturais até chegar ao que se observa hoje.

### 3. A ESCOLA OPERÁRIA DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL

No século XIX pode-se dizer que não havia uma política de educação sistemática e planejada. As mudanças tendiam a resolver problemas imediatos, sem encará-los como um todo. De acordo com Romanelli (2003), as transformações nas escolas durante o século XIX, ocorreram devido à vontade da classe dominante em colocar seus filhos o mais rapidamente possível no rol dos homens cultos. Essa demanda impulsionou o surgimento de algumas mudanças na legislação, que não exigia mais a frequência obrigatória às aulas e acabou com o processo de seriação, transformando os colégios literalmente em “meros cursinhos preparatórios para os exames de admissão ao ensino superior existente” (p. 40).

Aos poucos as discussões sobre questões educacionais vão ganhando espaço na sociedade brasileira e em 1879 exibem maior visibilidade a partir da lei de autoria de Leônicio de Carvalho<sup>8</sup> na qual foram estabelecidas normas para o ensino primário, secundário e superior. Defendia-se a obrigatoriedade da instrução primária, a liberdade de ensino, a laicidade da educação entre outros inúmeros fatores que contribuíam para ampliação do acesso à educação e a qualidade do ensino (MELO E MACHADO, 2009).

Porém, apesar dessa nova vertente educacional, ainda existia no Brasil neste período a tendência de criar escolas religiosas predominantemente católicas, diferente do que se praticava no restante do mundo, que era a defesa de uma educação laica.

Além disso, o ensino profissionalizante ainda não era uma prioridade, o que levava às fábricas a escassez de mão de obra preparada para o ofício. Sendo assim, os donos das fábricas iniciaram o processo de educação operária, que consistia em a própria fábrica oferecer escola elementar aos trabalhadores e seus filhos, com o intuito de prepará-los para a execução do ofício fabril.

A indústria têxtil necessitava de mão de obra especializada e sua estratégia foi trazer imigrantes para trabalhar em suas máquinas e também ensinar o ofício para os operários brasileiros.

---

<sup>8</sup> Carlos Leônicio da Silva Carvalho (1847 – 19120). Nomeado pelo imperador D. Pedro II em 5 de janeiro de 1878 como Encarregado dos assuntos relacionados a instrução pública. [www.uff.br/trabalhonecessario;ano10,n.15/2012](http://www.uff.br/trabalhonecessario;ano10,n.15/2012). Acesso em julho de 2014.

Os proprietários das fábricas precisavam de técnicos competentes e estavam dispostos a contratar homens e mulheres no exterior para manejar as suas máquinas e treinar operários brasileiros de ambos os sexos [...] Acreditava-se na época que essa mão-de-obra especializada, complementando o emprego de rapazes e moças do campo que recebiam salários mais baixos, e a criação de escolas de ofício iria possibilitar a formação de operários, mecânicos e manufaturas inteiramente nacionais (STEIN, 1979, p. 64).

Desta forma, logo após a implantação da Fábrica foi criado o Corpo de Aprendizes, constituído por crianças que trabalhavam durante o dia na Fábrica e a noite recebiam aulas de “instrução elementar” (48º RELATÓRIO DA CIA BRASIL INDUSTRIAL 1871-1921), da mesma forma que acontecia na Europa após a Revolução Industrial.

Devido à carência de mão-de-obra, a direção da Companhia buscava, junto aos juízes de órfãos, menores dependentes da Santa Casa de Misericórdia, na Província do Rio de Janeiro, justificando que essas crianças teriam grandes benefícios ao trabalhar na Fábrica, conforme aborda o jornal *A Reforma*, de 9 de junho de 1874.

Soubemos com prazer, que o ilustrado Sr. Conselheiro Zacharias prometeu auxiliar-os opportunamente em tão nobre intuito, confiando-lhes alguns menores dependentes da Santa Casa de Misericórdia. Fôra para desejar que as autoridades seguissem tão bello exemplo. Os juízes de orphãos, que são obrigados á dar de soldada os meninos desvalidos, podiam aproveitar com vantagem as facilidades que offerece-lhes o Brasil Industrial para o desempenho de tão benéfica attribuição. Que melhor destino pode ter esses desamparados da sorte? Além de vestuario, sustento e educação, adquirirão alli um meio de vida, que affastal-os-ha dos máos tractos, da necessidade e da miseria, e irão desde logo constituin lo aos poucos um peculio, que servirá para se estabelecerem, attingida a maioridade (p. 2, ANEXO O).

A partir dessa iniciativa, a Companhia obteve, no 1º semestre do ano de 1876, por volta de 265 operários, dentre os quais 40 eram aprendizes. No 2º semestre este quantitativo aumentou para 300 operários, incluindo 50 aprendizes. Em média, 15% do total dos trabalhadores eram aprendizes. Vale ressaltar que neste mesmo ano os operários da Fábrica, que vieram da Inglaterra, tiveram seus contratos rescindidos, pelo fato da Companhia já possuir operários brasileiros para o desempenho das funções (QUARTO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1877, ANEXO B).

Em 1878, eram 72 aprendizes de um total de 132 meninos-operários. Estes meninos ficavam alojados em uma casa da fazenda com dormitórios, refeitório e local



para aula. O fornecimento de educação elementar visava não só preparar o operariado, como também obter o reconhecimento da Corte pela benfeitoria concedida.

Este benefício, que a Companhia faz á aquelles jovens, preparando-os para serem cidadãos uteis ao paiz, da-nos o direito de esperar, que os poderes públicos prestem razoável protecção á este nosso grande comettimento industrial, sem igual, segundo affirmão, nos paizes mais adiantados neste espécie de indústria (QUINTO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1878, p. 8, ANEXO C ).

Apesar dos relevantes serviços prestados por esse Corpo de Aprendizes, suas atividades foram encerradas em 1881. Isto porque a Fábrica já possuía número suficiente de operários e não se fazia necessário prolongar o investimento que fora feito para mantê-lo.

Havendo já número regular de operários com filhos ou parentes menores, em quantidade sufficiente para o trabalho da fábrica, foi dissolvido o Corpo de Aprendizes que tão bons serviços opportunamente havia prestado, continuando porém, a funcionar a escola nocturna que lhe pertencia, regida pelo professor da Escola Pública de Macacos, mediante o pagamento de uma mensalidade (48º RELATÓRIO DA CIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1871/1921, p. 8).

A existência do Corpo de Aprendizes, desde o início das atividades da Companhia Brasil Industrial, a sua extinção e a existência das escolas noturnas visando atender as crianças das famílias operárias foram noticiados no jornal *O Globo Illustrado* de 8 de janeiro de 1882.

Manteve, desde o começo dos trabalhos de fabricação, um corpo de aprendizes, dando-lhes todo o necessario; casa, comida, medico, botica e escola para primeiras letras, até o anno de 1880 em que passaram os aprendizes a operarios, e ficou extincto esse corpo, deixando um prejuizo á Companhia de mais de vinte contos de réis. Hoje o pessoal menor faz parte das familias de operarios que ali trabalham e frequentam duas escolas nocturnas para ambos os sexos (p. 2, ANEXO J).

No Relatório da Companhia Brasil Industrial do ano de 1882 verifica-se que a Fábrica não possui mais aprendizes ao descrever o quadro de operários. Nesta época havia 451 operários, sendo 209 homens, 97 meninos, 96 mulheres e 49 meninas (NONO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1882, ANEXO D).

Em 1882 a Escola Noturna que, após a extinção do Corpo de Aprendizes continuava a funcionar, contou com a instalação de duas turmas novas, das quais uma era

dedicada a meninas e a outra, de desenho linear, era cursada exclusivamente por meninos. Em 1888, já contava com 240 alunos matriculados de ambos os sexos, mas de acordo com Keller (1997), apesar do significativo número de matrículas entre adultos e crianças, a frequência diária na Escola girava em torno de apenas 180 alunos.

Já em 1890 o Relatório da Companhia informava que requereu, ao Estado do Rio de Janeiro, investimentos para a manutenção de uma escola visando atender aproximadamente 400 crianças, entre os operários da Fábrica e os moradores da região. Acreditava-se que uma visita do governador do Estado do Rio de Janeiro<sup>9</sup> à Companhia o sensibilizaria para liberar o recurso solicitado, pois perceberia a necessidade de oferecer ensino regular para um grande número de crianças, além de verificar que a mesma não teria condições de manter os gastos sozinha. Enquanto não existia parecer favorável ao pedido pleiteado funcionava o curso noturno, só de primeiras letras, administrado por um dos operários e frequentado pelos trabalhadores da Fábrica (DÉCIMO OITAVO RELATÓRIO DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM BRAZIL INDUSTRIAL, 1891, ANEXO E).

Após cinco anos da solicitação de investimentos para a educação, que a Companhia Brasil Industrial havia feito ao governo do Estado do Rio de Janeiro, foi divulgado um parecer favorável para criação de escolas, contando com a cessão de espaços físicos da Fábrica para o funcionamento das mesmas. Apesar da instalação dessas duas novas instituições, a Escola Noturna da Companhia continuava em plena atividade.

É com viva satisfação que, aproveitando esta oportunidade, vos communicamos que o governo do Estado do Rio de Janeiro, resolveu crear no perimetro da fabrica duas escolas para o ensino de menores de ambos os sexos, filhos do pessoal do dito estabelecimento e dos habitantes de Macacos e de suas circumvisinhanças. Tão util medida começou a vigorar desde 24 de Março d'este anno, prestando a companhia, para os trabalhos escolares, as mesmas casas de suas escolas nocturnas que continuam a funcionar a expensas suas, com o crescido numero de 133 alumnos que d'ellas se utilizam com assidua frequência sem perturbação de seus trabalhos donde tiram proveito pecuniário em auxilio da família (VIGÉSIMO SEGUNDO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1895, p. 8, ANEXO F).

---

<sup>9</sup> O mandato do governador Francisco Portela foi de 16 de novembro de 1889 a 10 de dezembro de 1991. Disponível em:<<http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/rj-governadores.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2014.

Apesar do pleno funcionamento da Escola Noturna, após a instalação das escolas estaduais, ocorreu uma significativa redução do número de alunos matriculados nas aulas para instrução primária. Em 1897, a frequência da Escola Noturna era de 97 alunos de ambos os sexos, ou seja, uma redução de aproximadamente 54%, em relação ao ano de 1888, quando 180 alunos frequentavam as aulas dos 240 matriculados (VIGÉSIMO QUARTO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1897, ANEXO G).

Com o passar do tempo esta realidade começa a mostrar alterações e, segundo o 33º Relatório da Companhia, nota-se um aumento significativo na frequência dos alunos na Escola Operária e o reconhecimento da Companhia da importância do ensino oferecido:

É digno de mencionar o proveito que tem tido o nosso pessoal com a instrução primária proporcionada pela Companhia. As aulas são frequentadas actualmente por 184 alumnos de ambos os sexos (TRIGÉSIMO TERCEIRO RELATORIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, 1906, p. 7, ANEXO H).

Porém, em 1918, uma nova queda na frequência escolar fez com que a diretoria da Fábrica traçasse estratégias que possibilitassem um aumento do número de alunos/operários na Escola. Desta forma, foi constituída a, chamada por Keller (1997), Escola Operária Mista, na qual todas as crianças com pelo menos 10 anos, empregadas na fábrica, cursavam as aulas em turmas separadas por sexo, em dias alternados aos de trabalho.

De acordo com entrevista concedida a Aguiar (1994), da última professora da Escola Operária, o encerramento das atividades da Escola foi na década de 1970, quando só funcionava com uma turma, após o destelhamento do prédio provocado por um forte temporal.

### **3.1 A CRIANÇA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO E NO DISTRITO DE MACACOS**

As ciências sociais e humanas nem sempre abordaram a criança e a infância como objetos de pesquisa. Na realidade, segundo Nascimento (2008), este foi um processo longo, podendo ser considerado relativamente recente principalmente no Brasil.

A busca pela interpretação das representações infantis de mundo é objeto de estudo relativamente novo, que vem objetivando entender o complexo e multifacetado processo de construção social da infância e o papel que a escola vem desempenhando diante desta invenção da modernidade (NASCIMENTO, 2008, p.2).

Como a criança é o objeto central deste estudo, mostra-se pertinente realizar uma síntese histórica que possibilite um esclarecimento sobre o conceito de infância. É necessário também esclarecer que este conceito é, na verdade, formado por adultos, pois na maioria das vezes, não tem influência de crianças em sua concepção.

Resgatar os antecedentes históricos da infância é dar voz a diferentes documentos hoje pesquisados e que em determinados períodos testemunharam o papel da criança na sociedade. Reis, padres, professores, pais, mães, vizinhos, gente rica, gente pobre são porta-vozes da construção da infância no passado e continuam a ser no presente. Ou seja, a concepção de criança é vivida e apreendida a partir das construções feitas pelos adultos, nas quais, muitas vezes, a criança não pode discursar, defender-se ou falar sobre si mesma (ROCHA, 2002, p. 52).

Devido ao longo período no qual é possível abordar o conceito de infância, fez-se um recorte temporal e social visando melhor associação deste conceito ao restante da pesquisa. Desta forma, Câmara (2010) foi a principal autora utilizada na busca de compreender uma infância minorizada existente naquela época.

Menor passou a significar uma situação social da criança localizada como delinquente ou abandonada e sobre a qual deveria pairar além da “mão protetora do estado”, a mão fiscalizadora e vigilante da justiça que demarcou o reconhecimento do poder interventor que se exerceria sobre ela a partir de então (CÂMARA, 2010, p.7).

A autora aborda a temática a fim de compreender a realidade na qual estavam inseridas as crianças daquela época e como esta realidade influenciava diretamente em todo seu desenvolvimento, fazendo de seu futuro algo que, na maioria das vezes, poderia ser antecipadamente definido.

Câmara (2010) expõe os motivos que contribuía para que a criança minorizada das camadas populares, que vivia na Província do Rio de Janeiro na década de 1920, acabasse por exercer práticas duvidosas e muitas vezes criminosas.

Os sentidos da infância configuraram-se como demarcadores do seu pertencimento a lugares enraizadores de seu ser no mundo. As preocupações relativas ao alto número de crianças pelas ruas e à precariedade em que muitas viviam em seus lares direcionavam os

diagnósticos que acabavam por associar o empobrecimento e a miséria dos pais a um destino natural para os seus filhos, qual seja, a miséria, a delinquência, a vadiagem. Parte constitutiva das reflexões que envolviam as condições de vida das camadas populares, a criança foi tomada como aspecto central na composição do universo de questões sociais da cidade (CÂMARA, 2010, p. 66).

As atitudes demonstradas pelas crianças das camadas populares eram utilizadas para culpá-las e excluí-las do meio escolar. Desta forma, essas crianças não tinham acesso ao conhecimento instituído na escola, o que não lhes permitia o contato com diferentes instrumentos que pudessem estimular a transformação da sua realidade. Acaba-se então por se instaurar um ciclo vicioso, no qual filhos das camadas populares pertenceriam necessariamente a esta classe, sem nenhuma perspectiva de mudança.

Vários comportamentos, tais como as brincadeiras de rua, a traquinagem, a mendicância, a vadiagem, as atividades de ambulantes, peculiares às classes populares, foram indicadas e acionadas como formas de incriminar as crianças pobres, mas também como dispositivo de sua exclusão do espaço escolar e dos conhecimentos identificados como apropriados às camadas populares (CÂMARA, 2010, p. 58/59).

Nesta época não havia nenhum tipo de aparato legal que visasse proteger as crianças. Estas não desfrutavam de nenhum instrumento dedicado especificamente para compreensão deste período da vida. Nem mesmo sua morte era motivo para tristeza profunda ou remorso, uma vez que a mortalidade infantil era extremamente comum, não tinha grande relevância sentimental naquela época.

Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número. Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época. [...] Será que simplesmente as crianças mortas muito cedo eram enterradas em qualquer lugar, como hoje se enterra um animal doméstico, um gato ou um cachorro? A criança era tão insignificante, tão mal entrada na vida, que não se temia que após a morte ela voltasse para importunar os vivos (ARIÉS, 1981 p. 45).

Apesar de existir, desde a década de 1910, o movimento de instituição de leis, visando a proteção da criança, foi a partir de 1921 que o Brasil começou a produzir legislações, que segundo Câmara (2010) se fazia necessário para compreendê-la e protegê-la, evitando, assim, que ficasse desamparada e vulnerável para o envolvimento com a criminalidade.

A produção das leis de proteção à infância, realizadas no Brasil a partir de 1921, configurou-se como expressão de um pensamento que se encontrava conectado aos debates mais atuais no sentido de interpretar a infância e os agravantes que contribuía para a criminalização e abandono (CÂMARA, 2010, p. 24).

É possível observar que a assistência dedicada à infância estava ainda engatinhando, e que as medidas aprovadas pouco poderiam contribuir para a efetiva proteção das crianças. Câmara (2010) ainda indica a realidade econômica e social como fatores que influenciaram significativamente no comportamento das famílias e das crianças da época.

A crise de emprego, a falta de condições adequadas de vida, o surto industrial que impossibilitava os pais de cuidarem dos filhos, após longas jornadas de trabalho, a inexistência de creches e escolas, bem como de outros aparatos voltados para o atendimento das crianças, foram indicados como fatores que corroboravam para o aumento da criminalidade infantil, da prostituição, da pobreza, do abandono que compunha o quadro imposto pelo progresso e pela civilização (CÂMARA, 2010, p. 70).

Além disso, outras inúmeras situações em que se encontravam os integrantes das camadas populares que viviam na capital do país sinalizavam a necessidade de tomar providências que visassem melhorias, não só para esta camada da sociedade, mas para o bem comum.

A doença, a mendicância, o analfabetismo, a criminalidade, a vadiagem, o alcoolismo, a prostituição eram vistos como chagas que assolavam a Capital do país e, como tais, deveriam ser tratadas em nome do bem-estar social. Representadas como tristes, doentes, esqueléticas, sujas, maltrapilhas e esfomeadas, as camadas populares constituía-se em risco potencial para a sociedade moderna e higiênica que se objetivava instituir (CÂMARA, 2010, p. 77).

Diante desta realidade a criança poderia ser vista como um ser mais frágil, e conseqüentemente mais facilmente manipulável. Tal vulnerabilidade deixava as crianças expostas a todo tipo de corrupção, o que culminava em trabalhos e demais situações excessivamente degradantes.

O abandono moral e material em que se encontrava a infância, bem como o crescimento da exploração realizada de diferentes formas nas fábricas, nos subempregos, na prostituição, na mendicância, no próprio seio familiar, compunha um cenário nefasto e entristecedor que impulsionava as crianças a ingressarem, compulsivamente, no mundo da delinquência e do vício (CÂMARA, 2010, pág. 40).

O crescimento industrial aliado aos interesses dos empresários e ao baixo nível de vida de grande parte da população impulsionou a mão-de-obra feminina e infantil para o trabalho fabril. A força de trabalho infantil era muito utilizada na indústria têxtil desde meados do século XIX. Segundo Moura (1982) o emprego dessa mão-de-obra encontrou no setor têxtil seu ápice, totalizando 25% de crianças do total de operários nos quatro estabelecimentos industriais da capital paulista em 1894.

Apesar do recorte desta pesquisa ser uma indústria têxtil em outra localidade, especificamente na Província do Rio de Janeiro, o panorama de São Paulo reflete bem o encontrado na Companhia Brasil Industrial. Nessa Companhia em 1876 havia 343 trabalhadores, sendo 166 crianças, ou seja, 48% do total de operários (QUINTO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, 1878, p.8, Anexo C).

Braga (1993) descreve que, devido à falta de mão-de-obra adulta, as crianças eram retiradas de orfanatos e instituições de caridade a partir de cinco anos de idade para serem utilizadas na indústria têxtil, com a justificativa de estarem praticando um ato benevolente e educativo.

Segundo Moura (1982) a única diferença entre as crianças e os demais operários era o salário que recebiam, pois apesar de desenvolverem o mesmo ofício, as crianças sempre tinham menor remuneração que os adultos.

Nos estabelecimentos industriais, mulheres e menores e crianças de ambos os sexos – estas muitas vezes de tenra idade – são submetidos às mesmas condições de trabalho sob as quais os demais operários desenvolvem sua atividade. Igualmente sujeita a jornadas de trabalho excessivamente longas, a mão-de-obra feminina, menor e infantil também é empregada em atividades exaustivas, muitas vezes insalubres e frequentemente perigosas. O salário é, entre as condições de trabalho, o único elemento que a diferencia dos demais operários: em verdadeira discriminação sexual e etária, a remuneração proporcionada a essa mão-de-obra é sempre inferior à dos operários adultos de sexo masculino, ainda que no desempenho das mesmas funções (p. 37).

Além disso, não havia uma preocupação com a extensiva jornada de trabalho a que essas crianças eram submetidas, tampouco aos possíveis acidentes de trabalho a que estariam expostas.

O trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval: a precocidade da passagem para a idade adulta. Toda a complexidade da vida foi modificada pelas diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo (ARIÉS, 1981, p. 184).

Assim como acontecia em todo o país, a Companhia Brasil Industrial também se valia da mão-de-obra infantil em seu quadro de operários. Antes mesmo da Fábrica estar em plena atividade, algumas crianças que viviam em Macacos já trabalhavam na construção da referida Companhia, conforme aborda o relato de uma entrevista concedida a Ramos (2004).

Meu avô, Sr. Pedro José Soares, nasceu no povoado de Macacos, que se chamava São Pedro e São Paulo, tal povoado era localizado hoje no quartel. Filho do dono da “Fazenda dos Soares” com uma escrava, e recebeu o mesmo nome de seu pai. Com nove anos trabalhou como pedreiro na construção da Fábrica Brasil Industrial, desde seu alicerce. (RAMOS, 2004, pág. 23).

O trabalho infantil iniciava-se precocemente e existem relatos que testemunham crianças com cinco anos de idade já exercendo algum tipo de ofício que contribuía para o efetivo funcionamento da Fábrica. Tal fato era considerado de “grande valia” por “contribuir” com um “futuro mais promissor” para estas crianças, uma vez que o tempo de trabalho as impedia de estar ociosas na rua.

Entre os meninos e meninas ha crianças de cinco annos que já prestam valioso auxílio com seus pequenos serviços, e assim realiza a instituição mais de um fim nobre, aproveitando o concurso dessas pequenas força e habituando ao trabalho crianças que a vagabundagem das ruas só poderia tornar entes desgraçados (O GLOBO, 5 de abril de 1875, p. 2, ANEXO R).

A prática da Companhia empregar algumas crianças retirados da Santa Casa de Misericórdia, com autorização dos juizes de órfãos, se tornou exemplo e recebeu elogios nos jornais de circulação da época, conforme abordado em *A Reforma*, de 9 de junho de 1874.

Façam os juizes de orphãos uma excursão ao – Brazil Industrial; acompanhe-nos os chefes de policia da côrte e de Nictheroy, que tanto trabalho têm com os pequenos vagabundos, e quando lá virem, como nós, bom numero de crianças, de ambos os sexos, sadios, alegres, fartos e bem cobertos, reconhecerão que a viagem não será inutil para os deveres de seus cargos (p. 2, ANEXO O).

Portanto, para essas crianças, o trabalho na Fábrica significava a retirada de um cenário de abandono e de poucas possibilidades para o futuro.

Também existiam as crianças residentes nos arredores da Companhia, filhos dos operários, que apesar de também pertencerem ao extrato mais empobrecido da sociedade,



a realidade que as cercava era significativamente diferente das que viviam no Município Neutro da Corte <sup>10</sup>. De acordo com Aguiar (1994), dispunham de uma infraestrutura criada para manter os trabalhadores no local, além de poderem e deverem frequentar a Escola Operária e ainda tinham um ofício garantido pela Companhia.

Essas crianças da comunidade de Macacos não viviam soltas e abandonadas, muito pelo contrário. Existia pelos arredores da Fábrica, um corpo de guardas destinado a controlar os horários que as crianças deveriam estar na escola ou se já era tarde demais para estarem na rua. Este corpo era bem numeroso e em cada rua havia um desses guardas. Mas esta fiscalização não se limitava as ruas, pois existiam horários estipulados para estar com a porta e janela de casa fechada e ainda regulamentação sobre a roupa que homens e mulheres deveriam vestir. Apesar de bastante controladora, essa realidade contribuía para que as crianças desta região não estivessem tão expostas a criminalidade e delinquência quanto àquela que viviam no Município Neutro da Corte.

No caso da CBI a vigilância sobre a família operária e sobretudo a dirigida a seus jovens era feita, declaradamente, através da atuação de um corpo de guardas e, em certas situações, da própria gerência. Esta vigilância se fazia diretamente no espaço da rua, no interior da casa, no trabalho e na escola (AGUIAR, 1994, p.153).

As crianças deveriam necessariamente estar na Escola ou na Fábrica, caso contrário um guarda era encarregado de procurá-la e trazê-la de volta a instituição, a qual deveria frequentar naquele momento. Como é possível verificar em entrevista concedida a Aguiar (1994), pela filha de um casal de professores que lecionava na Escola Operária, não era permitido exercer nenhuma outra atividade durante os turnos de estudo ou trabalho.

[...] A escola da fábrica era para atender os filhos... era para atender os que trabalhavam na fábrica, menores. Eram obrigados a frequentar. E então tinha diurno e tinha o noturno, porque de primeiro trabalhava de noite e de dia e os que trabalhavam de dia iam no turno da noite. [...] Quando faltava um ou outro eles telefonavam para ver se estava na escola ou não. Então o guarda ia procurar. Se estava tomando banho no Rio, o guarda trazia cá pra escola. Era assim: carrancismo. [...] Eles controlavam porque queriam saber, porque se não estava lá, tinha que

---

<sup>10</sup> Foi a designação da situação administrativa da cidade do Rio de Janeiro entre 12 de agosto de 1834, quando foi proclamado o Ato Adicional à Constituição de 1824 e 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a república no Brasil. Porém, só deixou de existir oficialmente com a promulgação da Constituição de 1891. Disponível em:<[pt.wikipedia.org/wiki/Municipio\\_Neutro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Municipio_Neutro)>. Acesso em: Julho de 2014.

estar na escola. Se não estavam na escola estavam ganhando... né? Então eles controlavam porque tinha que frequentar(...) (p. 165).

As crianças que viviam nos arredores da Fábrica tinham seu cotidiano bem definido por esse controle. Da escola para Fábrica e da Fábrica para casa, podiam ter alguns poucos momentos de brincadeira e lazer desde que esses não acontecessem nos períodos em que deveriam estar nesses lugares predeterminados ou durante a noite.

Apesar da iniciação precoce ao trabalho e da relação de poder patronal bem explícita pelo excessivo controle, segundo Aguiar (1994), a comunidade se sentia segura diante dessa realidade. Como já citado anteriormente, apesar de parecer um pouco exagerado, o controle exercido pelos donos da Companhia Brasil Industrial poderia, na visão dos operários residentes, proteger as crianças dos males e perigos que assolavam a infância na Província. Além disso, tinham garantido a educação elementar e um salário no final de cada mês.

Dentro desta realidade, teoricamente, estas crianças estavam mais “protegidas” dos males sociais, porém estavam expostas a uma longa e desgastante rotina de trabalho. Apesar de terem acesso a educação, elas recebiam salários menores do que os adultos e ficavam expostas a extensas jornadas de trabalho em locais insalubres o que poderia ocasionar doenças graves, podendo chegar a óbitos.

A desigualdade dos salários das crianças, que trabalhavam na Companhia Brasil Industrial, em relação aos valores pagos às mulheres, foi noticiada nos jornais de circulação da época. No jornal *Minas Gerais* de 1895, edição 265, página 5, foi informado que, enquanto as primeiras recebiam aproximadamente 600 (seiscentos) réis, as mulheres recebiam 2\$500 (dois mil e quinhentos) réis. As crianças recebiam, em média, 25% do valor pago às mulheres para exercer os mesmos trabalhos de teares e de fiação.

A única reserva que existe, por parte do empresário, quanto ao trabalho industrial da criança, do menor e da mulher é, portanto, com relação a atividades que exigem maior qualificação da mão-de-obra. No mais, a presença de mulheres, de menores e de crianças constitui, sobretudo nas indústrias em que é mínima a especialização requerida, verdadeiro lugar comum. Assim, o emprego dessa mão-de-obra ocorre, com maior incidência, naqueles setores em que a atividade manual desqualificada é, de certa forma, presumível, ou em que a mecanização já tenha atingido índices mais expressivos de aproveitamento, caso da própria indústria têxtil (MOURA, 1982, p. 36).

Como o jornal *Diário de Notícias* destaca, muitas crianças trabalhavam na Fábrica, contratadas pela Companhia, “(...) examinando o amestrado pessoal, que se compõe grandemente de mulheres e crianças, às quaes a empresa assim assegura profissão honesta e remunerativa” (4 de novembro de 1885, p. 2, Anexo L), o qual corrobora a informação contida em alguns estudos de história da educação que descrevem o trabalho fabril infantil como natural naquela época e considerado de extrema valia para o desenvolvimento da sociedade (AGUIAR, 1994; MOURA, 1982; DEL PRIORE, 1991).

No século XIX as crianças começaram, apesar de vagarosamente, a ser alvo de preocupação do Estado. Como aborda Del Priore (1991), isto ocorreu devido à população que começava a mostrar sua indignação em relação aos adultos que desvirtuavam os “inocentes”. Consequentemente, o povo passou a exigir dos presidentes das províncias providências visando à garantia de proteção desses indivíduos, que adquiriam direitos e deveres de cidadão.

Assumindo proporções consideráveis inclusive na pequena indústria, o emprego dessa mão-de-obra atinge, no setor têxtil, seu mais alto grau de aproveitamento. <Impressão desagradável causa ao visitante o excessivo número de menores em trabalho>, conclui em 1912, Departamento Estadual do Trabalho com relação a um desses estabelecimentos, nos quais verifica que mulheres e menores e crianças de ambos os sexos são utilizados nas mais variadas funções, quer manuais, quer mecânicas (MOURA, 1982, p. 30-31).

O enorme número de crianças nas linhas de produção, que anteriormente era visto como natural, passou a causar uma impressão desagradável aos olhos da população e do Estado.

### **3.2 O PROJETO EDUCACIONAL DA ESCOLA OPERÁRIA**

Conforme citado anteriormente, com a dissolução do Corpo de Aprendizes a Escola Noturna foi mantida para atender os filhos dos operários que também trabalhassem na Companhia. A Escola também se constituía como um dos aparatos institucionais visando suprir a necessidade de fornecer às famílias operárias uma infraestrutura para que se mantivessem na localidade de Macacos.

A exemplo do capitalismo industrial nos países europeus e como outros complexos fábrica e vila operária, os empresários da Brasil Industrial

cuidaram para ter os filhos dos operários preparados nas primeiras letras e na aprendizagem fabril desde muito pequenos, através das escolas operárias. A instrução dos “menores” integrava o sistema de controle das famílias operárias, que ocorria no espaço da rua, no interior da casa, no trabalho e na escola (CIAVATTA, 2007, p.74).

A existência da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial sempre foi motivo de elogios nos meios de comunicação da época que destacavam a relevância do oferecimento de instrução básica as crianças e operários.

(...) é ainda uma empresa praticamente fecunda em resultados benéficos, como uma grande escola de educação industrial, em que se hão de formar mestres e operários adestrados para outros estabelecimentos; e onde desde já está achando emprego adequado para suas forças não pequeno número de mulheres e de menores de ambos os sexos; sendo que destes últimos todos os que estão a cargo da Companhia recebem instrução primária em uma escola nocturna (PETIÇÃO AO CORPO LEGISLATIVO, 1875, p. 10).

A estrutura física da Escola era bastante módica, oferecendo o estritamente necessário para a realização das aulas. O importante era acomodar, mesmo que de forma não tão cômoda, o máximo de alunos ao mesmo tempo.

Até o final da década de trinta a Escola Operária funcionou em duas casas adaptadas na Avenida dos Operários. Não havia pátio para recreação. As aulas eram dadas em duas grandes salas separadas por uma parede divisória, que permitia a comunicação pelo alto e por uma passagem em um dos cantos. Cada sala comportava cerca de 35 alunos e seu mobiliário era composto por três tabladros onde ficavam as mesas dos professores, as mesas para alunos no formato de pranchetas – caixão com suporte para que o material escolar não caísse, com a possibilidade também, de levantar o tampo para guardar o material. De um lado e de outro destas carteiras ficavam compridos bancos que acomodavam quantos alunos coubessem (AGUIAR, 1994, p. 167).

A existência da Escola Operária se fazia necessária para garantir o interesse das famílias em se alocar naquela localidade, uma vez que toda a família, incluindo crianças e mulheres, era de grande utilidade para a operação de máquinas e outros trabalhos fabris. Além disso, a utilização desse tipo de mão de obra garantia aos donos das fábricas um operariado eficiente e com menor custo.

Assentado sobre largas bases, com a maquinas as mais aperfeiçoadas, e os processos os mais adiantados, e tendo como força motriz águas superabundantes; o nosso estabelecimento industrial está nas condições de tirar das forças mecânicas o máximo proveito, reduzindo ao mínimo o emprego do trabalho manual, cuja carestia é o escolho de nossas empresas industriais; acrescentando que mesmo nessa parte

comparativamente diminuta, com que o trabalho manual tem que contribuir, precisando-se mais de destreza do que de força muscular, podem ser aproveitadas em grande escala por módicos salários, os serviços das mulheres e meninos, como neste ramo de indústria em toda parte se pratica (PRIMEIRO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL, 1874, p.12).

Existiam três formas de admissão de trabalhadores na Fábrica, e todas elas davam prioridade aos filhos e familiares de operários. Menores que tivessem instrução mínima e famílias inteiras que servissem como mão de obra e fossem indicadas por outra família operária tinham emprego garantido na Companhia:

1 – Aos filhos de famílias operárias da própria vila – “prata da casa”. Prata da Casa são os operários, filhos de famílias operárias locais criados na vila e formados no ambiente da própria fábrica (daí a importância de empregar menores) [...]

2 - Aos menores de 14 anos que soubessem ler e escrever - “para aprender tudo ali”. No caso de menores, mandava-se um talão para a professora da escola operária para dizer se o menor sabia as quatro operações, ler e escrever. Caso não soubesse, era obrigado a frequentar a escola noturna, saindo da escola após passar nos testes ou então após os 18 anos.

3 – Às famílias grandes, para que pudessem empregar todos na fábrica. As famílias grandes vinham por intermédio de outras famílias operárias empregadas na fábrica que, em sua chegada, sempre se hospedavam na casa de familiares na Vila (KELLER, 1997, p. 52).

Segundo Marx apud Keller (1997), na Inglaterra acontecia algo semelhante. “Segundo a lei fabril inglesa, os pais não podem mandar seus filhos com menos de 14 anos para as fábricas subordinadas a essa lei, sem colocá-los ao mesmo tempo na escola primária.” (p. 68). O fabricante é responsável pela observância da lei, pois “O ensino às crianças empregadas nas fábricas é obrigatório e é uma das condições para o trabalho” (KELLER, 1997, p.68).

Por conta da necessidade da instrução mínima para realização do trabalho na Fábrica, segundo Aguiar (1994), o operário menor preenchia uma ficha que constava a pergunta se este possuía documento que comprovasse escolaridade, caso contrário, este candidato prestava um exame para verificar se sabia ler, escrever e contar. Se o menor possuísse tal conhecimento e tivesse mais de 14 anos, poderia ser admitido sem a necessidade de frequentar a escola da Companhia.

Como boa parte das crianças não possuía essa instrução, a frequência na Escola Operária era obrigatória e contribuía para a assiduidade dos alunos, que, naquela época, contava com um significativo corpo discente a frequentar as aulas.

De acordo com entrevista concedida a Keller (1997) por uma ex-operária da Companhia Brasil Industrial, a escola funcionava com duas turmas que estudavam em dias alternados. No dia em que uma estava estudando, a outra estava trabalhando, de forma que todos os alunos frequentassem o mesmo número de aulas.

Então eu comecei... eu comecei o trabalho na Brazil Industrial no ano de 1918. Era assim: eles pediam operários para a seção de fiação, mas todos menores, menores de 14 anos. De forma que trabalhava muitas crianças, mas era... alternava, 2 turmas, porque além da gente trabalhar, estudava também. Então, uma turma trabalhava hoje, a outra turma estava no colégio, estudando. Amanhã a turma que trabalhou hoje ia para o colégio e a que terminou o colégio, hoje, trabalhava novamente no dia seguinte. Então, quer dizer que era assim alternado. Quer dizer que a gente estudava... trabalhava 15 dias e estudava 15 dias. Porque naquele tempo a lei, não tinha lei, trabalhava-se de segunda a domingo e de domingo a segunda. A gente trabalhava nos domingos também (KELLER, 1997, p. 68). Grifo da autora

A citação acima exemplifica bem o cenário em que as crianças viviam na Fábrica, trabalhavam sem descanso, sem contar com a excessiva carga horária a que eram submetidas. Naquela época não havia leis trabalhistas tampouco que protegessem as crianças do trabalho fabril.

Somente em 1891, o governo através do Decreto 1313 instituiu a idade mínima de 12 anos para o trabalho nas fábricas de tecido e com no mínimo 8 para ser admitido como aprendiz. Apesar do avanço em reconhecer a necessidade de proteger essas crianças, o Decreto não chegou a ser regulamentado (BUSNARDI, 2007).

Outro ponto que merece destaque da fala da entrevistada é o horário diferenciado para os estudos, em dias alternados, ajustado a conveniência para o trabalho na Fábrica, que foi mantido até praticamente a extinção da Escola Operária (AGUIAR, 1994). Este horário foi proposto em 1918 pela Companhia, a fim de aumentar a frequência das crianças na Escola. Keller (1997) denomina essa “nova escola” com dias alternados de Escola Operária Mista.

A Escola Operária da Companhia Brasil Industrial só atendia operários e filhos de operários, de forma que outras crianças que vivessem naquela localidade, mas não

trabalhassem na Fábrica, eram atendidas por uma escola pública que funcionava em um prédio cedido pela Companhia.

Pelo que podemos perceber nos depoimentos dos entrevistados, a Escola Pública que funcionava em uma casa de esquina, de propriedade da fábrica, próxima ao Cassino, atendia apenas a uma clientela específica: menores de 14 anos não trabalhadores, pois o seu próprio horário de funcionamento gerava esse tipo de seleção (AGUIAR, 1994, p. 161).

A Escola Operaria foi criada exclusivamente para treinar e atender o operariado, pois até o horário das aulas era pensado de forma a atender exclusivamente esses trabalhadores. “Porque não tinha horário. O horário não dava, o horário da escola operária era de acordo com o do trabalho” (AGUIAR, 1994, p. 161).

O currículo oficial da Escola Operária possuía somente conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, segundo entrevista concedida a Aguiar (1994), outras disciplinas acabavam por serem ensinadas mesmo que sem obrigatoriedade e com menor relevância.

Não era assim um programa para você então pegar o livro de História e aí dar o 1º e o 2º ponto... Não era nem para dar, mas a mamãe dava Geografia, História... Era só ler, escrever e contar. O gerente mesmo chegava lá dizia: para que?! Porque era obrigada a manter a Escola para que eles assinassem o nome para votar para eles, porque era obrigado a votar para eles (p. 176).

Além da exaustiva carga de trabalho as crianças, tanto de Macacos quanto de outras regiões do país, também eram expostos a um regime educacional colonialista, que, além da instrução básica, abordava também os costumes e interesses da classe dominante.

A educação em Manaus (1856-1877) se baseia no modelo colonialista, com ênfase na alfabetização em Língua Portuguesa e a aprendizagem de noções básicas de Matemática. Isso serviu ao propósito de não só fornecer mão de obra dócil à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que objetivava legitimar os interesses dominantes (CIAVATTA, 2010, p. 60).

Os professores da Escola Operária também ensinavam para as meninas que quisessem aprender, trabalhos manuais, principalmente crochê, que eram os únicos trabalhos que podiam ser levados para a casa. De acordo com Keller (1997) todas as atividades eram desenvolvidas na Escola Operária e não existiam tarefas a serem realizadas em casa.

Outra questão observada em escolas operárias é uma educação voltada para o desenvolvimento de princípios morais considerados importantes principalmente pela classe dominante. Ou seja, era desejável que operários e seus filhos tivessem comportamento minimamente aprovável além de estarem conscientes do seu lugar na sociedade.

Observamos também que a infância recebia nestas escolas um ensino moral, pautado pela inculcação dos “bons costumes” tais como hábitos de higiene, repulsa aos “vícios” e sobretudo obediência aos hierarquicamente superiores (AGUIAR, 1994, p.200).

Para os professores da Escola Operária ensinar para uma turma tão heterogênea, em termos de faixa etária e nível de conhecimento, era tarefa difícil, como abordado na entrevista concedida a Aguiar (1994) pela filha e ajudante do casal de professores.

Não era fácil! A mamãe...um em cada série e cada um com um livro. Cada um... passava lá num quadro pequenininho que eles botavam lá. Então passava conta para aqueles e para outros tinha que passar no caderno, um por um: aqueles de somar, aqueles de diminuir. Toda hora tinha que ir lá (na mesa do aluno) porque não sabiam. Agora aprendia mais porque... não sei se porque um por um... mas dava trabalho pra ela. Se você tomar a lição de um por um... o aluno faz a descrição, uma carta e você vem e lê junto, ali, e mostra onde está o erro, eles aprendem mais. Mas te dá montões de trabalho. Agora dividindo em série vai mais rápido porque você ensina pra aquela turma. Então aquela turma depois faz e a gente corrige em casa ou ali. Mas se você pegar um por um e mostrar ali (risos), para o aluno é bom, mas não tem professora que aguentasse isso. Então ficava com pena da mamãe e ajudava. E o papai também, de noite (AGUIAR, 1994, p.180).

Nesse contexto, o método simultâneo abordado por Vasconcelos (2005), retrata a realidade que os professores vivenciavam no século XIX.

O método simultâneo consistia em um só professor encarregar-se de um número proporcional de alunos, fazendo com que eles trabalhassem associadamente, mesmo que estando em graus diferentes de aprendizagem. Nesse caso, o professor atendia a cada um dos alunos, disponibilizando e determinando aquilo de que cada um necessitava. Esse método era considerado vantajoso, pois permitia o ‘espírito de associação no trabalho, a harmonia e a concorrência de seus esforços, o espírito da ordem e de emulação’. No entanto, não poderia ser aplicado a muitos alunos e sua desvantagem era atribuída a que, estando os alunos em graus de progresso diferentes, ‘necessariamente os mais adiantados ficarão estacionários à espera dos mais atrasados’, ou então os mais atrasados ficariam ‘embaraçados’ à espera do professor (p. 92).



Essa também era a realidade na Escola Operária da Companhia Brasil Industrial que não apresentava sistema de ensino seriado. Ou seja, alunos com diversos níveis de instrução frequentavam a mesma turma, o que sem dúvida dificultava o trabalho do professor e conseqüentemente o processo de aprendizagem dos alunos.

Como a estrutura de ensino da Escola Operária não era seriada, não havia o sistema de exames finais. Os professores avaliavam os alunos apenas no dia-a-dia e solucionavam o problema da existência de alunos com nível de conhecimentos diferenciados, separando-os em pequenos grupos dentro da mesma sala de aula. Desta maneira os professores desenvolviam na turma conteúdos diversos para cada grupo (AGUIAR, 1994, p. 182).

Vasconcelos (2005) aborda que o conceito de educação naquela época era baseado apenas na memorização e repetição de conteúdos sem qualquer preocupação com a compreensão do que se estava aprendendo.

[...] obrigavam a criança a decorar, repetindo corretamente as palavras sem compreendê-las, bem como ensinando por meio de regras, fazendo com que, quando essas regras faltavam, o jovem não soubesse o que fazer, além de que tomavam a curiosidade infantil por “malícia” (VASCONCELOS, 2005, p. 82).

Apesar disso, em entrevista concedida à Aguiar (1994) por uma ex-tecelã, percebe-se que os pais dos alunos estavam satisfeitos com o ensino oferecido pela Escola.

[...] - Fulana, o que você acha do colégio?  
Seu filho está aprendendo?  
- Tá.  
- A mesma coisa o meu. Graças a Deus está aprendendo.  
Achavam que estava tudo muito bom, porque a maioria do povo sabia ler...escrever o seu próprio nome. Ler, porque pegavam os jornais, ajuntavam alí e liam. Mas dizer que estavam sabendo...  
- Fulano, sabe ler?  
- Sabe.  
Mas era difícil encontrar um que soubesse ler e entender o que estava lendo.  
Viu? O negócio era esse. Então o que os filhos apresentavam em casa, os pais achavam que estava muito bom. É.  
- O colégio está ensinando muito bem.  
Está vendo? Era assim. [...] (p. 196).

As regras disciplinares impostas aos alunos que frequentavam a Escola Operária eram bastante claras e severas, o que acarretava atitudes indisciplinadas por parte dos alunos com o intuito burlar estas regras e fugir desta realidade. De acordo com Aguiar

(1994), tal comportamento culminava em dolorosos castigos físicos, que eram constantemente utilizados por professores no intuito de coibir estes comportamentos.

Além disso, Vasconcelos (2005) também salienta a frequência da utilização dos castigos físicos e morais com o objetivo de corrigir tudo aquilo que fosse julgado como uma atitude indisciplinar. Não decorar o conteúdo da maneira esperada, não chegar pontualmente a escola, desobedecer a ordens e regras eram atitudes que acabavam acarretando a aplicação de castigos, que tinham como objetivo uma severa repreensão para correção do mal procedimento dos alunos.

[...] a utilização de castigos físicos, associados à educação e ao ensino havia sido empregada “primitivamente” pela igreja em seus seminários fundados sob o princípio religioso de contrição e penitência, nos quais o caráter de veneração e provações tornava-os “respeitáveis”, distinguindo-se substancialmente do que acontecia então na educação de crianças e jovens do século XIX. (VASCONCELOS, 2005, p. 85)

Aguiar (1994) traz a tona a entrevista de um ex aluno da Escola Operária que confirma a incidência dessa prática como algo frequente e naturalizado por alunos e professores da época.

Era aula normal!, ué?! Sentava aquela molecada, aquela garotada naquelas carteiras, aquelas carteiras de pau...grandes...É, compridona! Aquele palmo de pau assim. Ficava tudo sentado ali e o professor ficava perguntando. Dava ditado, passava conta no quadro negro: dividir, multiplicar...Quem não sabia apanhava. Apanhava de palmatória! É! Tapa na cara! Era ruim pra caramba! É!”

(...) Ele botava a turma lá no quadro, começava...soletrar. Se a pessoa não soubesse, ele chamava um outro aluno. Se o outro soubesse aquilo, tinha que bater naquele que não sabia. Senão apanhava, apanhava os dois.(...) Então a pessoa...Ele passava no quadro negro uma conta de dividir ou de multiplicar, tinha que fazer aquela conta. Depois ele ia olhar o caderno. Então, a maior parte tinha que aprender, forçado! Não podia dizer: - Ah. Não vou fazer. Tinha que fazer porque senão, ficava ruim (AGUIAR, 1994, p. 180/181).

Ex-operários relatam que os castigos físicos eram praticados com régua e palmatórias em diferentes partes do corpo, como nas mãos, cabeça e no rosto.

Ah! Esse professor eu estudei nele, ele era muito rigoroso. Eu mesmo uma ocasião apanhei lá no colégio. É que eu estava conversando. Conversando com um colega, ali, batendo papo e ele não gostava. Me chamou lá na mesa e me deu uma reguada na palma da mão (risos). (...) tinha palmatória, mas ele me bateu com a palmatória não, ele me bateu com a régua. Mas lá, batia com a régua na cabeça. Ele era muito disciplinador (AGUIAR, 1994, p. 190).

No mesmo sentido, Moura (1982) salienta que este tipo de castigo era colocado em prática por adultos com diversas funções não só no ambiente escolar, como também durante a execução do ofício fabril.

No caso do menor e da criança operários, a disciplina, posta em prática por mestres, contramestres e mesmo por patrões que muitas vezes não hesitam em apelar para recursos violentos, encontra nos castigos corporais sua manifestação mais frequente (MOURA, 1982, p. 44).

Na escola, os castigos físicos causavam temor aos alunos para que estes, forçosamente, aprendessem o conteúdo, temendo punições se não o conseguissem. Era uma das estratégias de ensino que os professores utilizavam para estimular o conhecimento.

(...) aula expositiva, utilização de quadro negro e giz, atendimento individual aos alunos mesclados por uma atitude exigente e severa do professor compõem a forma como os professores desenvolviam os conteúdos que se propunham a ensinar. Tal atitude dos professores leva os alunos a se empenharem em aprender. O temor às represálias do professor que chegam até a castigos corporais, obrigam os alunos a manterem os conteúdos “na ponta da língua” (AGUIAR, 1994, p. 181-182).

Apesar do controle de frequência que a Fábrica mantinha sobre seus operários estudantes, percebe-se, após análise em Relatórios da Companhia, considerável evasão nas aulas. O nono Relatório da Companhia Brasil Industrial (1882), registra que na turma direcionada para meninos existia uma frequência diária de 45 alunos dos 67 matriculados, e nas aulas para meninas, 30 das 42 compareciam para os estudos. A evasão de aproximadamente 30% deveu-se, de acordo com Keller (1997), ao fato dos alunos não suportarem uma jornada de trabalho exaustiva e/ou estudarem à noite na Escola Operária. O reduzido tempo livre aliado ao não direito a férias implicava em um número significativo de abandono dos estudos.

Na verdade, a jornada de trabalho estafante a qual se submetiam os operários da Fábrica limitava a disposição dos mesmos em frequentar as aulas, pois de acordo com Pagani (2012) “a situação nas fábricas não era melhor que nas fazendas e os trabalhadores, homens, mulheres, e crianças, tinham condições de trabalho exaustivas e muito precárias” (p. 52). Ou seja, apesar de considerado de grande valia fornecer a seus operários o acesso a educação, nem sempre este se concretizava devido a fatigante realidade trabalhista a qual estes estavam expostos.

Na realidade, em um primeiro momento, o desenvolvimento da indústria não precisava de uma massa de operários qualificados – aliás, empregou, em sua maioria, trabalhadores analfabetos e crianças, já que a introdução das máquinas possibilitava mão de obra com menor força física. O emprego de criança nas fábricas e a jornada de trabalho de doze ou mais horas tornava praticamente impossível a frequência às aulas [...] (PAGANI, 2012, p.74).

De acordo com Aguiar (1994) o público atendido pela Escola Operária era formado, em geral, por filhos de trabalhadores que se mantinham nos mais diversos níveis hierárquicos da indústria e que o ensino era ministrado da mesma forma que em outras escolas localizadas no entorno da Companhia. Quem não trabalhava na fábrica também podia estudar na Escola Operária, desde que fosse descontada uma taxa na folha de pagamento do operário responsável.

O critério de aprovação na Escola Operária era saber as quatro operações, ler e escrever, que seria o necessário para o trabalho fabril. No final da aprendizagem, o estudante não recebia nenhum diploma ou certificado que comprovasse sua escolaridade, havia somente a representação do documento através de uma ficha especificando a aprovação do aluno, para ser remetido para o escritório da fábrica. O estudante sabia do resultado oralmente e o máximo que conseguia era uma declaração de próprio punho do professor para exercer a profissão. As fichas de aprovação ficavam expostas num quadro no escritório da fábrica. Os alunos interessados poderiam confirmar sua aprovação observando o quadro (KELLER, 1997).

De acordo com Aguiar (1994) com a proclamação da república, passou a existir também um outro objetivo ao oferecer educação fundamental ao operariado. Era necessário instrução básica para que um cidadão fosse considerado apto a votar durante o processo eleitoral.

[...] as escolas mantidas pelas indústrias têxteis desempenham, também, o papel de formadora de futuros eleitores na medida em que, de fato, alfabetizavam a infância operária dotando-a da instrução necessária para que, quando adulta, tivesse, de acordo com a lei, o direito de votar. (AGUIAR, 1994, p.215).

Porém esse direito que lhes era concedido nem sempre era exercido de forma democrática como deveria, uma vez que os patrões persuadiam o maior número de operários possível a votar no candidato que fosse de seu interesse. De acordo com um ex-contramestre que trabalhava na Fábrica, “Os operários quase que eram obrigados a votar

ali, porque não tinha esse negócio de voto secreto não. Era ali no pau! Ali, eles olhando” (Aguiar, 1994, p. 218).

Observa-se, portanto, uma tendência da educação na Escola Operária de dedicação, primordialmente, à formação de novos operários, não abordando nenhum outro aspecto educacional além daqueles estritamente necessários para a execução do ofício fabril. Além disso, era também uma forma de exercer um controle disfarçado, ou nem tanto, sobre seus funcionários que tinham horários, regras e ordens bem claras a serem seguidas e qualquer desobediência seria passível de punição moral ou até mesmo física.

A gente ia estudando... enquanto era obrigada. Freqüentava, mas esquecia o que sabia. Não aprendia mais do que já havia aprendido. Não. Para te dizer a verdade, era mesmo. A gente não aprendia mesmo não. E por isso muita gente desviava. A gente não desviava, porque era obrigada, porque era chamada na fábrica. Se faltasse dois, três dias era chamada no escritório: - Porque é que você não está indo à aula? Entendeu? A gente ia por obrigação, mas não porque era para aprender não (AGUIAR, 1994, p. 195).

A fala acima reflete a dominação a qual os operários eram submetidos e a relação entre a educação e o trabalho naquele contexto. A freqüência à escola era imposta não por uma preocupação com a aprendizagem desse aluno, e sim com que propósito um ou outro conteúdo era ensinado. O ensino era restrito ao desejável para que aquele aluno-operário pudesse desempenhar suas funções a contento.

É possível encontrar inúmeras ressalvas em relação ao ensino e à metodologia abordados na Escola Operária, mas esta foi por muito tempo a única opção para que estes cidadãos/operários tivessem acesso, pelo menos, à instrução elementar. Era a única opção porque, apesar de existirem escolas públicas na localidade, as crianças operárias não tinham a possibilidade de estudar lá, devido a sua extensa jornada de trabalho que coincidia diretamente com o horário de aulas com desta instituição. A escola operária tinha o horário das aulas destinado especificamente para os trabalhadores o que possibilitava a freqüência do operariado.

Desta forma, é possível diversos questionamentos sobre o modelo educacional aplicado na Escola Operária, não esquecendo de levar em consideração a realidade social e cultural da época de seu funcionamento.

A exposição precoce a trabalhos desgastantes, o excessivo controle e os castigos físicos aplicados por patrões e professores, talvez sejam as questões que mais

incomodaram a mim e, supostamente, aos leitores, por mais que estas práticas fizessem parte da realidade da época.

A Escola Operária funcionou durante muito tempo nas instalações da Companhia Brasil Industrial, mas durante a década de 1970, uma tempestade atingiu o prédio no qual a Escola funcionava causando alguns estragos que culminaram no fechamento definitivo da Instituição.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa histórica-documental pretendeu recompor uma parte da história que envolveu a Escola Operária da Companhia Brasil Industrial. Além das fontes históricas primárias, como jornais e imagens da época, relatórios da Companhia, também foram utilizadas fontes secundárias, para extrair as falas de operários e pessoas diretamente ligadas a estes.

O referencial bibliográfico usado foram os estudos de Ciavatta (2007;2008) para analisar a história através das imagens, Câmara (2010) para entender a realidade em que viviam as crianças no período enfocado, e finalmente, Keller (1997) e Aguiar (1994) para investigar o cotidiano da Companhia e da Escola Operária pertencente a Fábrica.

O recorte escolhido foi de 1874, ano da criação da Escola, até 1921, quando a Companhia comemorou seus 50 anos de existência.

O interesse pela temática deu-se devido à importância dessa Companhia para o desenvolvimento da localidade de Macacos, atual município de Paracambi, onde nasci e resido até hoje.

Diversos fatores, incluindo a Guerra de Secessão nos EUA, contribuíram para a transformação da economia brasileira. Uma economia agrária, basicamente cafeeira, deu espaço a uma atividade alternativa, que teria o objetivo de dinamizar, complementar e modernizar a economia do país. O processo de industrialização foi responsável por significativas mudanças, não só no cenário econômico, como também no aspecto social do país.

Nesse contexto de desenvolvimento econômico, a Companhia Brasil Industrial ganhou destaque durante o século XIX por ser uma das maiores e mais importantes indústrias brasileiras, gerando grande prosperidade para a economia fluminense.

A fundação da Companhia Brasil Industrial fazia parte de um projeto de modernização da economia brasileira que englobava não apenas seu funcionamento em si, mas toda infraestrutura, como ferrovias e aplicação de recursos em melhorias nos mais diversos setores, que contribuiriam para o desenvolvimento econômico do país.

Com a expansão do processo de industrialização no Brasil, foi necessário criar alternativas para a escassez de mão de obra que assolava a indústria. Não existiam

operários treinados ou ainda com o mínimo de instrução necessária para exercer o trabalho fabril. Tal realidade freava a prosperidade da indústria no país e contribuía para que os donos das fábricas adquirissem qualquer tipo de mão de obra que estivesse disponível e fornecesse treinamento mínimo para o desempenho dessas atividades.

Desta forma homens, mulheres e muitas crianças tinham seu poder de trabalho solicitado pelas fábricas, na qual se destacava a indústria têxtil. Até mesmo os maquinários utilizados na produção do algodão eram compatíveis com a pequena e delicada mão infantil, que conseguia manuseá-las com destreza e eficiência.

Devido à dificuldade de fixar a mão de obra trabalhadora no entorno das indústrias têxteis, apesar do crescimento e do surgimento de oportunidades de trabalho, a necessidade de criar políticas assistencialistas para a execução do ofício fabril torna-se imprescindível.

A Companhia Brasil Industrial percebeu essa necessidade e como anteriormente a atividade econômica em Macacos era basicamente agrária, foi necessário investir não só na construção do prédio de funcionamento da Fábrica, mas também em uma rica estrutura para alocar operários e suas famílias. Esta estrutura envolvia estabelecimentos que atendiam às necessidades básicas do operariado, incluindo uma Escola Operária que fornecia instrução elementar a esses trabalhadores.

A Escola Operária, foco central deste estudo, tinha como objetivo oferecer aos funcionários a instrução mínima para a execução do ofício fabril e também preparar as crianças da localidade para exercer esta função. Isso se dava devido a escassez de mão de obra especializada para este tipo de trabalho, realidade esta que obrigava os proprietários da Fábrica a oferecer essa formação.

A escola iniciou suas atividades em 1874, com a chegada dos meninos-operários que formaram o Corpo de Aprendizes. Mesmo após a dissolução do referido Corpo, a escola permaneceu com suas atividades para além do período estudado neste trabalho.

O processo de industrialização foi, de certa forma, responsável por uma ampliação do sistema educacional brasileiro, pois com a necessidade de se recrutar mão de obra, seja de imigrantes ou brasileira, veio também a necessidade de alocá-la e instruí-la para o trabalho.

Assim, o processo de industrialização foi o principal responsável pela fundação da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial, pois o funcionamento da Fábrica



dependia da mão de obra de crianças minimamente instruídos. Desta forma, crianças eram admitidas na Companhia caso comprovassem escolaridade básica, ou eram obrigadas a frequentar a escola até que a tivessem.

Tal realidade contribuía para que as crianças começassem a trabalhar precocemente, o que era considerado de “grande valia” para seu futuro. Elas não tinham tempo para ficar na rua brincando ou “aprontando”, pois tinham uma rotina rígida entre trabalho e estudo. Porém a situação poderia também ter efeitos negativos sobre a vida e o futuro dessas crianças que, na maioria das vezes, faziam a transição para a vida adulta de forma extremamente precoce devido às responsabilidades que lhe eram conferidas.

As crianças estavam expostas às mesmas condições de trabalho que qualquer outro operário, sem ter nenhum privilégio ou benefício devido a sua idade. Uma jornada de trabalho exaustiva e muitas vezes perigosa era parte inevitável do cotidiano das crianças que ali viviam. Apesar de exercerem a mesma função e estarem expostas aos mesmos perigos, mulheres e crianças recebiam um salário extremamente inferior, comparado com outros operários.

Visando a aprendizagem dos conteúdos propostos, os castigos físicos eram muito utilizados como medida educativa no recorte temporal deste estudo, além de serem adotados para coibir comportamentos indisciplinados no ambiente escolar. Como já citado anteriormente este é o aspecto de maior inquietação referente às práticas educativas exercidas naquele período. Apesar das inúmeras ressalvas pedagógicas que podem ser feitas hoje em relação à educação naquela época, é necessário manter certo distanciamento e relembrar a realidade na qual se insere esta pesquisa.

Apesar da dedicação de alguns professores e do esforço para ensinar conteúdos em turmas heterogêneas, a aprendizagem muitas vezes ficava comprometida. Alguns pais verificavam que os alunos decoravam os conteúdos mas não os compreendiam pois não sabiam interpretar o que aprendiam.

Talvez essa seja uma realidade ainda bastante verificada na educação brasileira atual, na qual alunos decoram os conteúdos, mas não conseguem efetivamente compreendê-los ou perceber sua serventia no seu cotidiano.

Na observação do cenário estudado chega-se ao questionamento principal dessa investigação: que motivos levaram a construção da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial e como era pensada a educação nesta instituição?

A conclusão que se chega após análise de referências e documentos que retratam a realidade vivida na época de plena atividade da Companhia Brasil Industrial, é que seus operários tinham à disposição uma interessante infraestrutura para atender as suas necessidades básicas, que incluía a escola, mas lhes era cobrado um alto preço por essas benesses, em forma de excessiva jornada de trabalho na Fábrica e controle rigoroso sobre sua vida pessoal e profissional.

As crianças, filhos de operários, dispunham de instrução básica gratuita na Escola Operária, mas estavam expostos as mesmas condições trabalhistas dos demais funcionários. Ou seja, era oferecido um benefício que era cobrado como força de trabalho.

Apesar de terem a possibilidade de frequentar uma escola de instrução básica, uma questão a ser pensada era o aproveitamento dos conteúdos expostos em sala de aula. Uma vez que estas crianças estavam expostas a uma jornada de trabalho intensa, sem tempo para descanso ou brincadeiras, elas ainda teriam condições de apreender os conhecimentos que lhes eram apresentados? Ou frequentavam a escola por uma imposição para manter o trabalho e conseqüentemente o salário?

Pode-se inferir que os proprietários da Fábrica não estavam preocupados com o desenvolvimento educacional de seu operariado, e sim com o seu próprio interesse, o de adquirir mão de obra capacitada para execução do trabalho fabril. Sobretudo, os “menores-operários”, apesar de serem submetidos a condições de obediência e subserviência, sentiam-se agradecidos e amparados pela Companhia.

Além disso, os princípios morais abordados e exigidos pela escola eram convenientes apenas para a classe dominante e, muitas vezes, não fazia nenhum sentido para o cotidiano do operariado. A frequência obrigatória à escola e a vigilância em relação às crianças que viviam nos arredores da Companhia era excessiva, mas acabava por tranquilizar os pais já que, teoricamente, afastava-as de perigos mundanos, protegendo-as da realidade a que estavam expostas crianças que viviam em outras comunidades.

Apesar da existência de uma Escola Prática de Música e de eventuais aulas de teatro, o número de operários beneficiados por estas era muito pequeno, o que descarta efetiva relevância das mesmas para o operariado em geral.

Esta pesquisa não encerra a temática enfocada. Na verdade, ela recompõe um pequeno recorte da história da educação brasileira, mais especificamente da educação fluminense, e pretendeu compreender a relação entre educação e trabalho, a partir de

mudanças advindas do processo de industrialização, no período compreendido entre a “virada” do século XIX para o XX. Pesquisar outros sujeitos envolvidos ou ainda inserir outras escolas operárias no campo de estudo, pode ser uma interessante alternativa para o desenvolvimento de investigações posteriores, bem como a de outros períodos históricos do funcionamento da Companhia Brasil Industrial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ana Isabel. **Entre o discurso e a prática: a Educação da Infância em Escolas de Fábrica com Vila Operária.** Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1994. Mestrado em Antropologia Social.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e do Brasil.** São Paulo: Moderna: 2006.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ATEM, Suely M. **Indústria têxtil: estrutura de mercado, inovação tecnológica e estratégia empresarial.** São Paulo: PUC/SP, 1989. Dissertação de Mestrado.

BARBOSA A. A., MAGALHÃES M. G. S. D. **A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância.** Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais. v. 1, n.1, 2008.

BEDIAGA, Begonha. **Diário do Imperador D. Pedro II.** Organizado por Begonha Bediaga. Petrópolis. Museu Imperial, 1999.

BRAGA, Ana Beatriz. **A construção social da infância trabalhadora na Primeira República.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

BUSNARDI, Elaine Cristina. **A criança e o adolescente no mercado de trabalho: possibilidades e limites.** Monografia – Direito – Universidade do Vale do Itajaí, SC, 2007.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920.** Rio de Janeiro: Quartet – 2010.

CIAVATTA, Maria (Coord); Elisa Tavares Duarte ...[et al]. **Memória e temporalidades do trabalho e da educação.** Rio de Janeiro: Lamparina editora: Faperj: 2007

CIAVATTA, Maria & REIS, Ronaldo Rosas (Orgs). **A pesquisa histórica em trabalho e educação.** Brasília. Liber Editora, 2010.

CIAVATTA, Maria & ALVES, Nilda (Orgs). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CLARK, Philip. **Guerra da Secessão nos Estados Unidos.** Editora: Ática, São Paulo, 1998 4. Edição.

COSTA, Maria das Graças da Rocha Costa (coord). **Coletânea de nossas memórias – Itaguaí e Cidade do Porto.** Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 2010. 1ª edição

DEL PRIORI, Mary (org.). **História da criança, no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DURKHEIM, Emile, 1965. **Educação e sociologia** com estudo da obra de Durkheim pelo prof. Raul Fauconnet. Tradução Prof. Lourenço Filho, São Paulo, Edições Melhoramentos.

FAUSTO, Bóris. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREITAS NETO, José Alves de e TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. Editora Harbra, São Paulo, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho**: Bases para debater a educação profissional emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FURTADO, Cristiane Silva. **Tecendo as redes do paternalismo**: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918). Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012. 108 f.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro**: Novas Perspectivas de Análise. FGV – Centro Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 1988

HEES, Felipe. **A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956)**. Em *Tempo de Histórias*, v. X, p. 79-99, 2011.

KELLER, Paulo Fernandes. 1992 – “**A formação dos trabalhadores têxteis em Paracambi (RJ) e o Sistema “Fábrica com Vila Operária”**” Orientador: José Ricardo Ramalho NUPES / Programa de Iniciação Científica/LPS/IFCS/UFRJ, mimeo.

\_\_\_\_\_. **Fábrica e Vila Operária**: A Vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ. Editora Solon Ribeiro Ltda. 1997

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **A circulação das ideias sobre a educação das crianças**: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed., São Paulo, Atlas, 2003.

LEÃO, Antonio Carneiro. **A Educação no Brasil**. *Revista Atlântida*. Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil, vol. 3, 1916, p. 1.037.

\_\_\_\_\_. **Educação**. Conferência produzida no Salão Nobre do Ginásio de São Bento em São Paulo. I Congresso Brasileiro dos Estudantes. Recife: Imprensa Industrial, 1909, p. 15-16.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo. Marco Zero; Brasília-DF, Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.

MATTOS, Márcia Simões. **“Educação em foco”: A Escola 20 de Julho nas páginas do Álcalis Jornal (1969 a 1974)** – Memórias da Educação em Arraial do Cabo (RJ). Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, Mestrado em Educação, 2012.

MELO, Cristiane Silva & MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Notas para a história da educação**: Considerações acerca do decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 34, p. 294-305, jun. 2009.

MINEIRO, Beatriz Sofia. **Código de Menores dos Estados Unidos do Brasil** – Comentado. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1929.

MORAES, Evaristo de. **Criminalidade da infância e da adolescência**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

\_\_\_\_\_. **Crianças abandonadas e crianças criminosas**. Notas e observações. Capital Federal: Typografia Moraes, 1900.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Mulheres e menores no trabalho industrial**: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis, Vozes, 1982.

NASCIMENTO Cláudia Terra; BRANCHER Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **A construção social do conceito de infância**: Algumas interlocuções históricas e sociológicas. UFSM – Santa Maria, 2008, 17p.

NATAL, Clélia Ramos Nogueira & NATAL, Gilson. 1987 - **História de Paracambi de 1800 a 1987**, RJ, Guavira Editores.

PAGANI, Carlo. **A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes (1875-1920)**. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, Mestrado em Educação, 2012.

PALMEIRA, Álvares. **O ensino profissional e a reforma**. Boletim da Educação Pública. Publicação trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, janeiro/março, 1930, p. 370.

RAMOS, Albertina. **Paracambi**: a história que o povo conta. Rio de Janeiro, Fábrica de Livros, 2004.

RIZZINI, Irene. **A lei no Brasil**. Revisitando a História (1822-2000). Rio de Janeiro: UNICEF-Ceppi/USU, 2002.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. **História da infância**: Reflexões acerca de algumas concepções correntes. Unicentro. Guarapuava, Paraná v. 3 no 2 p. 51-63 jul/dez. 2002

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 2003.

RUGAI, Delia. **A literatura e a escola primária**. In: Costa, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denílson Roberto (orgs.). I Conferência Nacional de Educação. Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 309.

SOUZA, Thiago Ferreira de. **Interpretação ambiental da trilha do jequitibá-rosa no Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi, RJ** (PNMCP). Monografia – Engenharia Florestal – UFRRJ – RJ, 2011.

STEIN, Stanley. **Origens e Evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850/1950**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo. Brasiliense. 1986.

URBAN, Maria Lucia de Paula, *et al.* **Desenvolvimento da produção de têxteis de algodão no Brasil**. Informações econômicas. São Paulo, v. 25, n. 12, dez 1995.

VASCONCELLOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (Orgs.). **Histórias de pesquisa na educação**- pesquisa na história da educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

VIANNA, Adriana de Resende B. **Internação e domesticidade: Caminhos para a gestão da infância na Primeira República**. In: GONDRA, José Gonçalves (org). História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mal que advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado *et al.* **História da educação: A escola no Brasil**. FTD, São Paulo, 1994

## Fontes Documentais

Relatórios Oficiais Companhia Brasil Industrial - Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro  
Jornais de circulação pesquisados na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

A **REFORMA**, 19 de março de 1872.

A **REFORMA**, 9 de junho de 1874.

**DÉCIMO OITAVO RELATÓRIO DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM  
BRAZIL INDUSTRIAL – 1891**

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**, 4 de novembro de 1885.

**GAZETA DE NOTÍCIAS**, 6 de junho de 1891.

**MINAS, GERAIS**, 2 de outubro de 1895.

**NONO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL – 1882**

**O GLOBO**, 5 de abril de 1875.

**O GLOBO ILLUSTRADO**, 8 de janeiro de 1882.

**O MALHO**, 19 de setembro de 1903.

**PETIÇÃO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL AO CORPO LEGISLATIVO  
-10 DE JUNHO DE 1875.**

**PRIMEIRO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL – 1874**

**QUARTO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL – 1877**

**QUINTO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL – 1878**

**TRIGÉSIMO TERCEIRO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL  
– 1906.**

**VIGÉSIMO QUARTO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL –  
1897**

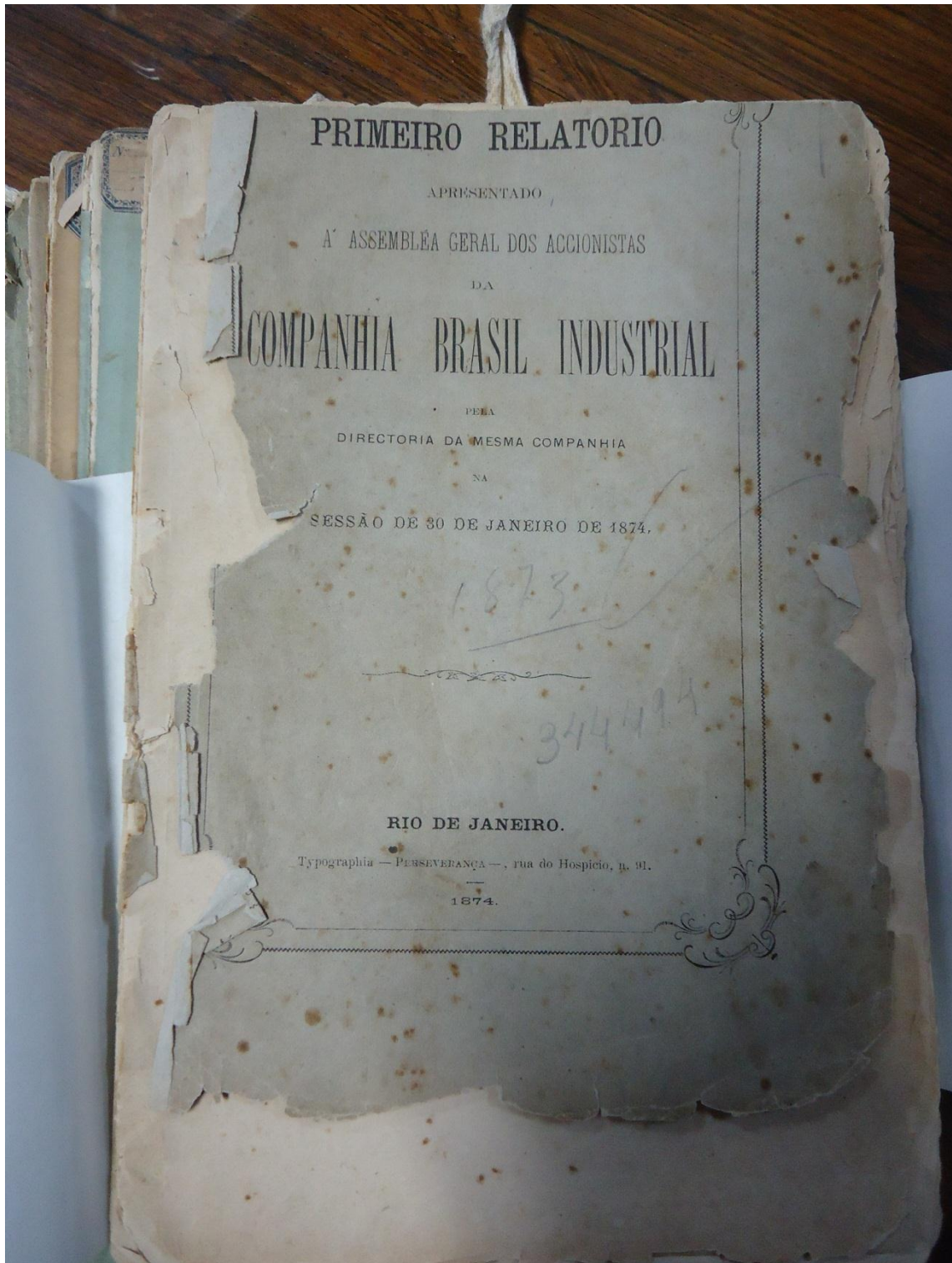
**VIGÉSIMO SEGUNDO RELATÓRIO DA COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL –  
1895**

**48º RELATÓRIO DA COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL – 1871/1921**



## ANEXO A

Primeiro relatório da Companhia Brasil Industrial, 1874



moverem o machinismo das officinas ; a povoação já alli existente ; e finalmente, a notoria salubridade, de que alli se gosa, formam um conjunto de vantagens, que plenamente justificam a escolha da mencionada fazenda para séde do grande estabelecimento industrial, que se tinha em mira fundar.

Tendo sido a compra effectuada pelo preço autorisado no Art. 30 dos Estatutos, importa o seu custo em 107:186\$080; incluindo-se n'esta somma a importancia do imposto de transmissão, e outras despesas com a aviventação de uma parte dos rumos divisorios; cujo circuito tem 5,421 braças de extensão.

O terreno adjacente á estação da estrada de ferro foi dividido pelos antigos proprietarios em 210 prazos com 10 braças de frente, e fundos de diferentes dimensões, conforme uma planta existente no escriptorio da Companhia; sendo que diversos d'esses prazos estão occupados pelos arrendatarios, cujos predios formam a povoação que circunda a estação.

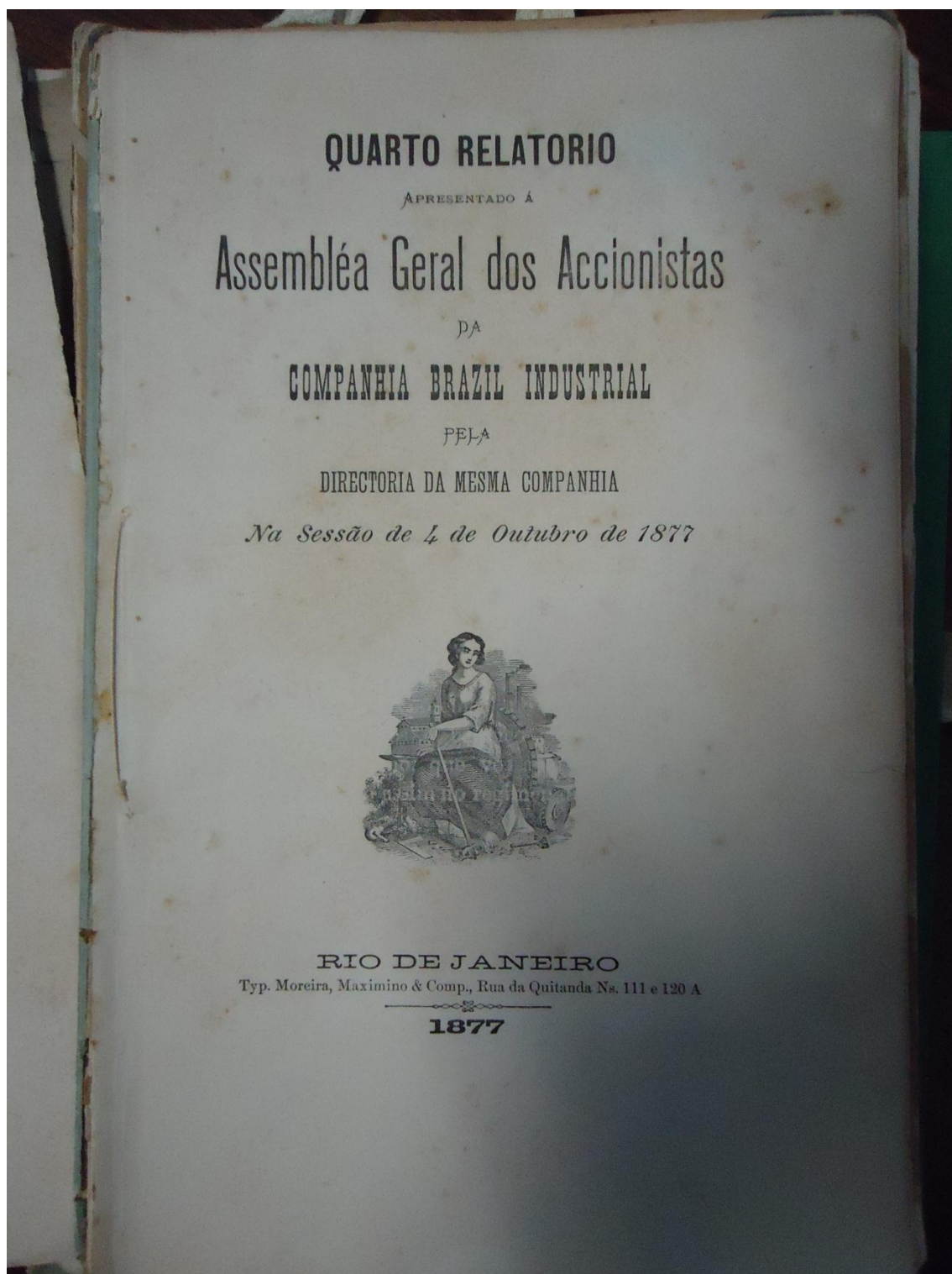
Além d'esses arrendatarios contiguos á estação, existem ainda outros disseminados pela fazenda com suas casas e lavouras.

Nos annexos — **A** e **B** — se dá relação, tanto de uns como de outros.

O povoado, que vai-se aglomerando em redor da estação da estrada de ferro, no qual existe já uma escola publica, e se trata de fundar uma Igreja, em futuro talvez não remoto póde facilitar a venda dos terrenos adjacentes, para reembolso do preço de aquisição da fazenda, com reserva da área precisa para o serviço da Fabrica.

## ANEXO B

Quarto relatório da Companhia Brazil Industrial, 1877



metros cada uma, ou 600 peças por dia; e no primeiro semestre do corrente anno 134 dias, produzindo 103,941 peças de igual dimensão, ou 776 peças diariamente. Estimamos poder annunciar-vos que o producto da fabrica tem tido ultimamente progressiva demanda.

Com o trabalho das novas turbinas tem-se calculado que, não havendo novos tropeços, com que não contamos, a fabrica attingirá a uma producção diaria de 1,000 peças, senão mais, por dia, ou 300,000 peças no anno; que deixarão um liquido que poderá fazer face a uma forte amortisação do passivo e a um pequeno dividendo se assim entenderdes conveniente.

## Operarios

No anno de 1876 foi de 265 o termo medio dos operarios, incluindo-se n'esse numero 40 aprendizes: e nos seis mezes do anno corrente foi o de 300 operarios, inclusive 50 aprendizes. As férias pagas no anno de 1876 importaram em Rs. 111:983\$480 e as do 1º semestre d'este anno em Rs. 67:134\$720.

Todos os operarios da fabrica vindos da Inglaterra se tem retirado no fim de seus contractos, sem prejuizo da marcha regular do estabelecimento, onde temos já operarios nacionaes

que os suprem perfeitamente. Os mestres, porém, continuaram a ser os mesmos desde o principio dos trabalhos da fabrica e desempenharam as suas obrigações satisfactoriamente.

### Pessoal administrativo

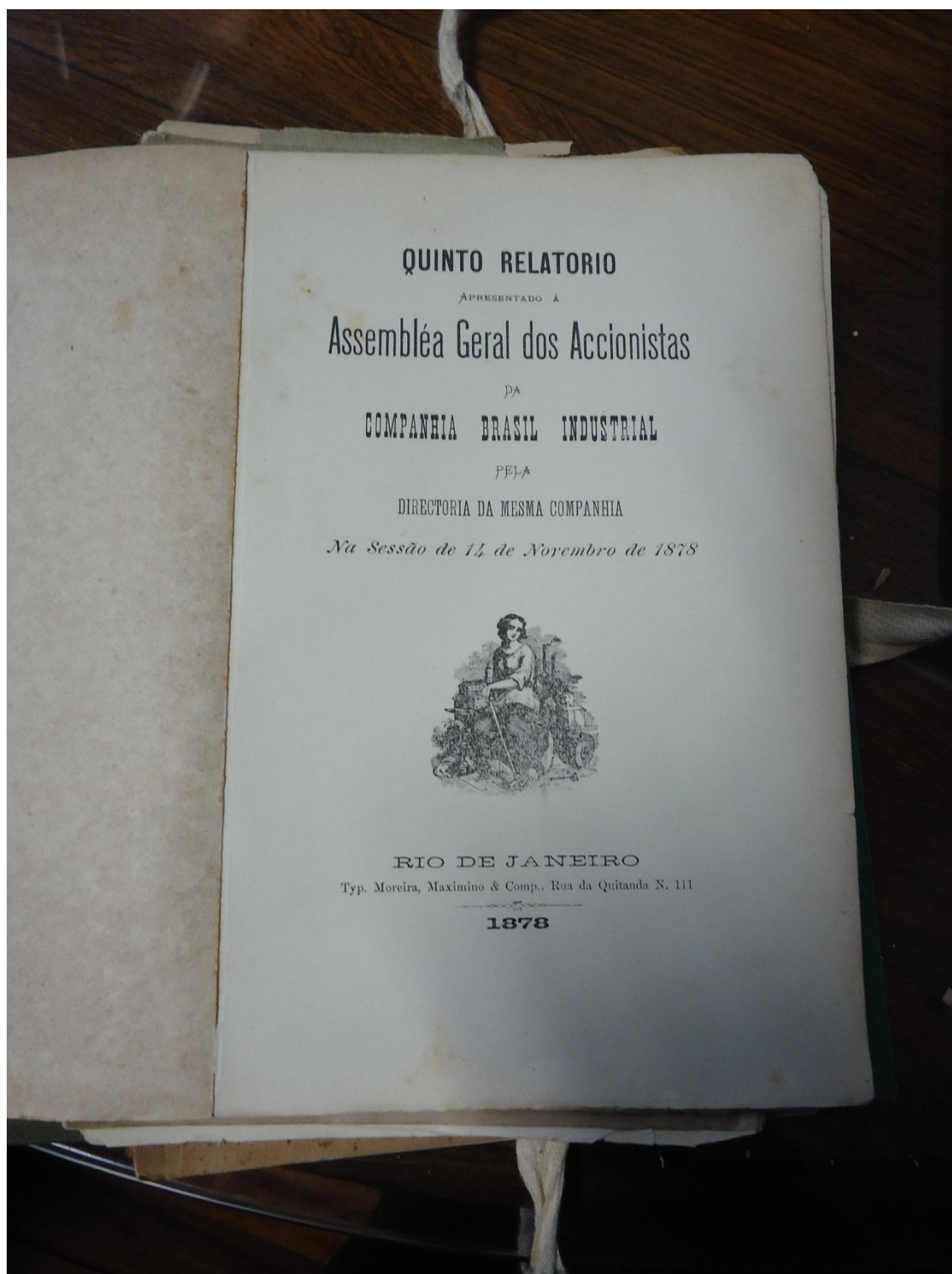
A directoria eleita em vossa ultima reunião se tem conservado na direcção do estabelecimento. O administrador, Sr. Dr. E. dos Guimarães Bonjean retirou-se por vezes por incommodos de saude, deixando em seu lugar, com approvação da directoria, o Sr. Dr. Joaquim Ribeiro da Veiga, que sob a direcção do mesmo Sr. Bonjean tem desempenhado o seu cargo com satisfação da directoria.

### Turbinas novas

O Sr. Dr. Bonjean depois de haver calculado a força das turbinas que deviam substituir as que existiam na fabrica submetteu seus calculos ao exame do Sr. Callon, um dos mais notaveis engenheiros da França e havendo recebido d'elle a segurança de que com o projectado systema de turbinas se obteria a força necessaria com um gasto de agua tão reduzido que ficaria garantido o trabalho em todas as estações do anno, foi o mesmo Sr. Callon

## ANEXO C

Quinto relatório da Companhia Brasil Industrial, 1878



nas pulias de ferro, com o que mais facilmente poderemos pôr em movimento todos os teares.

### Operarios

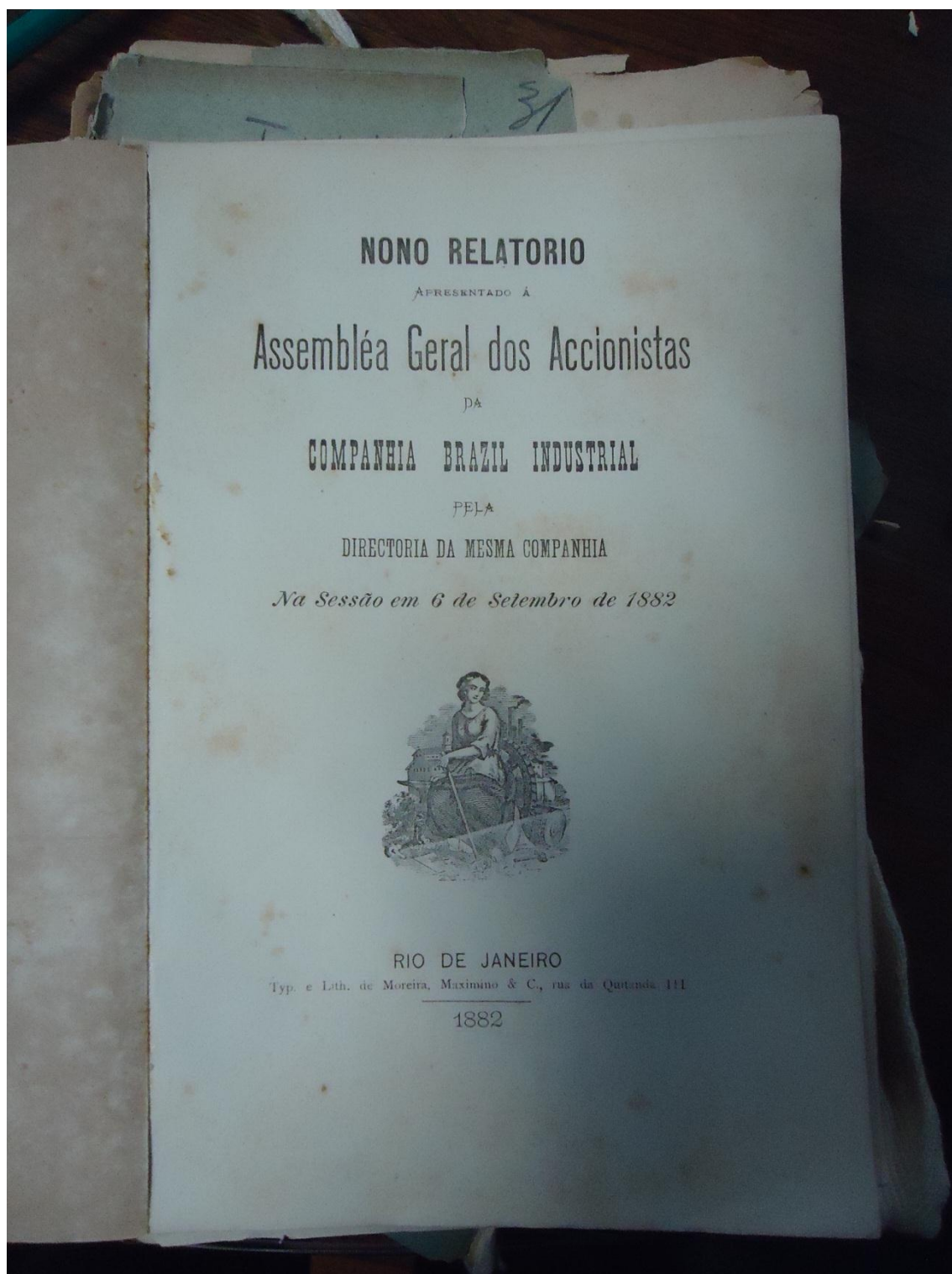
O numero dos operarios que trabalharão no periodo de que se trata foi de 343, sendo 146 homens, 31 mulheres, 132 meninos, e 34 meninas, estando comprehendidos no numero dos meninos 72 aprendizes, que fazem progressos na aula nocturna de instrucção primaria, alguns dos quaes pertencem á huma banda de musica alli organizada pelos operarios. Este beneficio, que a Companhia faz á aquelles jovens, preparando-os para serem cidadãos uteis ao paiz, dá-nos o direito de esperar, que os poderes publicos prestem razoavel protecção á este nosso grande comettimento industrial, sem igual, segundo affirmão, nos paizes mais adiantados nesta especie de industria.

### Pessoal administrativo

Nenhuma alteração tem havido na Directoria, e nos empregados da administração da Companhia. Pelo facto de ter deixado de ser accionista hum dos membros do Conselho fiscal, foi chamado o

## ANEXO D

Nono relatório da Companhia Brazil Industrial, 1882





modo que a sua produção não chega hoje para alimentar as fabricas tanto alli como aqui estabelecidas.

Tendo esta Directoria effectuado um contracto de quatro mil fardos para serem entregues a começar de Julho proximo passado, o vendedor não podendo entregar toda aquella quantidade, de algodão de Santos, vio-se obrigado a mandar vir do de Pernambuco, aonde a procura que desenvolveu-se para supprir na Europa a falta do do Egypto, fez subirem os preços consideravelmente, e é natural que se mantenhão altos emquanto não entrar a nova safra que é esperada em Outubro proximo, e que, felizmente, é calculada como muito abundante.

A somma total das compras monta a 8981 fardos com 500.877 kilogrammas, custando Rs. 296:945\$420 sendo 7574 fardos de S. Paulo e 1407 de Pernambuco.

A media dos preços foi de 594 réis por kilogramma.

### Operarios

O numero total de operarios elevou-se a 451, sendo:

- 209 homens.
- 97 meninos.
- 96 mulheres.
- 49 meninas.

Estão compreendidos no numero dos homens 30 trabalhadores que ultimamente forão empregados no serviço externo da Fabrica.

Continua a funcionar a aula dos meninos com o mesmo professor, e estão n'ella matriculados 67 discipulos, mostrando uma frequencia diaria de 45.

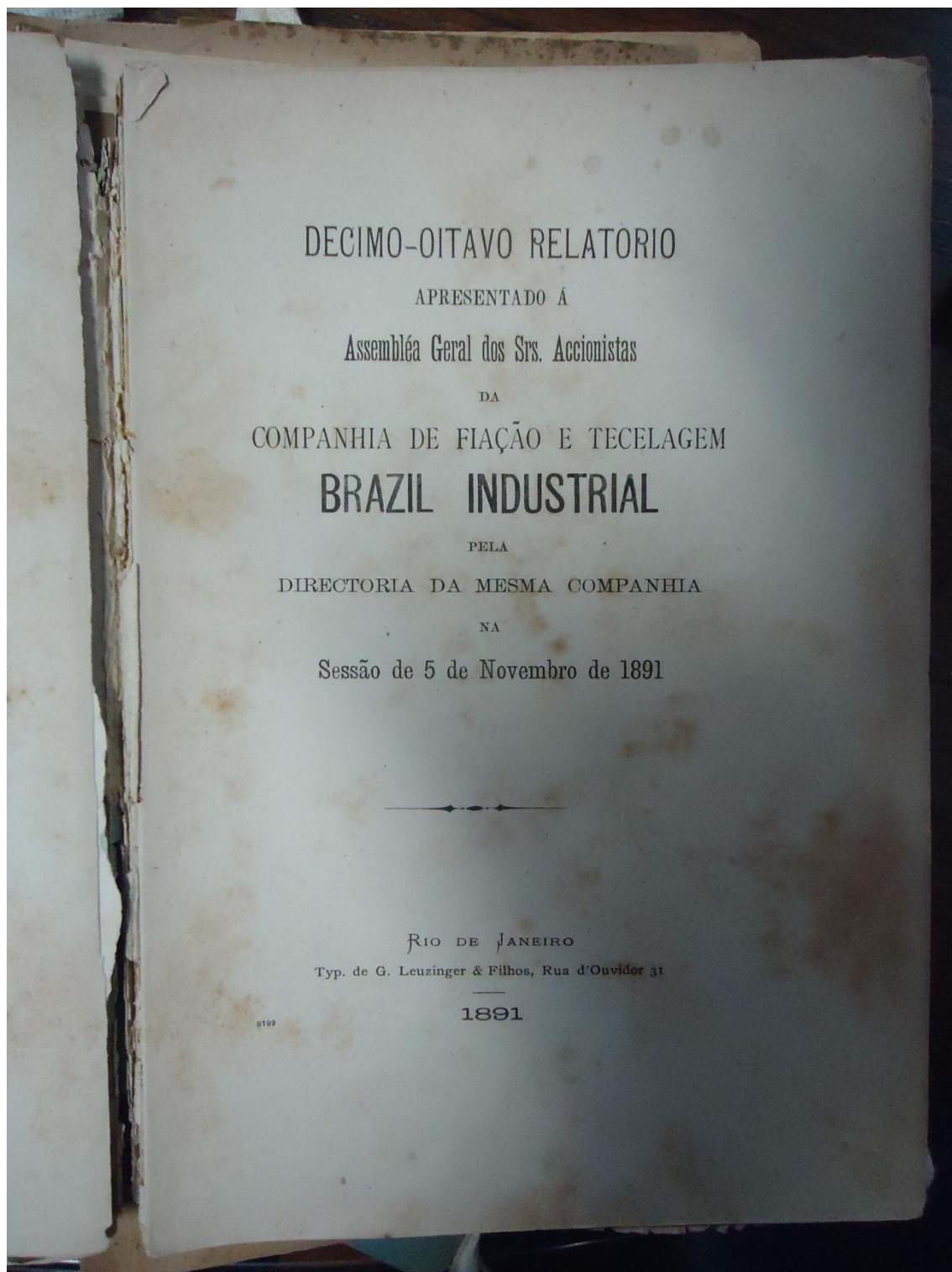
Além desta aula forão installadas na casa da gerencia duas outras, sendo uma para meninas, dirigida pela professora D. Bernarda do Nascimento Azevedo, e outra para desenho linear, pelo Sr. gerente Veiga. A primeira é frequentada por 30 discipulas das 42 que se achão matriculadas e a segunda por 10 meninos.

O serviço medico principiou a ser feito no ultimo semestre por conta da Companhia, em compensação das reduções que se tentou fazer nos salarios do pessoal, importando a despeza com esse serviço em Rs. 6:477\$640; despeza que passamos a conta de lucros e perdas com o saldo do anno anterior.

Não se tendo conseguido a redução que se esperava fazer nas ferias, a Directoria resolveu restabelecer o desconto de uma porcentagem nos salarios para attender a esse serviço, que é indispensavel e de summa vantagem para os operarios e suas familias, pois que, mediante uma modica con-

**ANEXO E**

Décimo oitavo relatório da Companhia de Fiação e Tecelagem Brazil Industrial, 1891



o lisongeiro estado sanitario da localidade, o que considera um dos pontos mais dignos de attenção para os interesses sociaes.

### Escola

Em seu anterior relatorio, esta Directoria vos fez sciente ter requerido do Estado do Rio de Janeiro, uma subvenção annual de 3:000\$000, devendo ella ser applicada á manutenção de uma escola para cerca de 400 crianças, entre as empregadas nos serviços da Fabrica, e as dos moradores das circumvisinhanças. Não tendo ainda sido despachado este requerimento, apenas ha um curso nocturno só de primeiras letras dirigido por um dos operarios; deste curso aufere alguns resultados a parte do pessoal da Fabrica, que o frequenta.

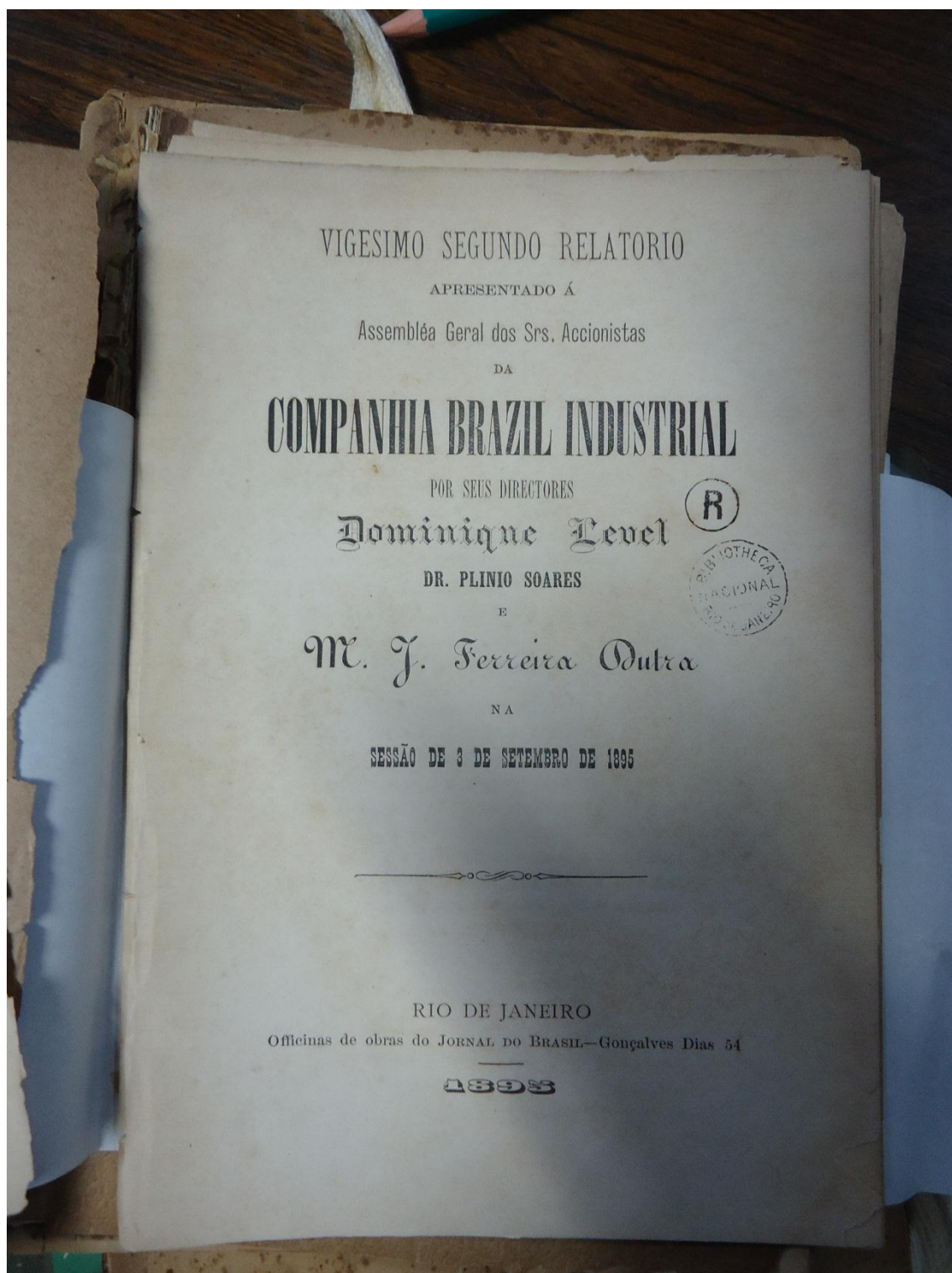
Acredita a Directoria poder ainda alcançar esse auxilio, desde que o illustre Governador do Estado do Rio de Janeiro, dignando-se visitar a Fabrica, conheça o grande numero de crianças, que necessitam de mais regular ensino, cuja falta, não podendo a Companhia supprir, é, a seu modo de vér, uma lacuna.

### Cemiterio

Havendo necessidade de construir-se um novo cemiterio, por não conter mais logares o antigo, depois de ouvir o Conselho Fiscal, a Directoria mandou construir um outro em terras da Companhia; para este elaborou um regulamento já em execução desde 7 de Junho proximo passado, ficando anteriormente resolvido applicar-se a renda proveniente da tabella dos enterramentos, á verba — Serviço Sanitario, cujos beneficios têm sido prestados aos operarios em todos os casos de patente e provada necessidade.

## ANEXO F

Vigésimo segundo relatório da Companhia Brazil Industrial, 1895



moralidade e progresso d'aquelles que concorrem para o engrandecimento da industria promettedora que abraçaram.

Nestas obras dispendeu-se a quantia de 119:167\$097.

### Diversos Melhoramentos

No relatorio do anno proximo passado referio-se a directoria, sob o titulo acima, ao levantamento de uma planta para novas edificações precisas aos batte-dores e engommagem. Esta planta está concluida, mas entendeu a directoria addiar a conclusão das respectivas obras, em attenção ao estado financeiro; e para não perder totalmente tempo precioso, vae pouco a pouco levantando as paredes do edificio e reunindo material tambem necessario á construcção do armazem para deposito da materia prima da fabrica.

### Instrucção do Pessoal

E' com viva satisfação que, aproveitando esta oportunidade, vos communicamos que o governo do Estado do Rio de Janeiro, resolveu crear no perimetro da fabrica duas escolas para o ensino dos menores de ambos os sexos, filhos do pessoal do dito estabelecimento e dos habitantes de Macacos e de suas circumvisinhanças. Tão util medida começou a vigorar desde 24 de Março d'este anno, prestando a companhia, para os trabalhos escolares, as mesmas casas de suas escolas nocturnas que continuam a funcionar a expensas suas, com o crescido numero de 133 alumnos que d'ellas se utilizam com assidua frequencia sem perturbação de seus trabalhos donde tiram proveito pecuniario em auxilio da familia.

### Escola Pratica de Musica

Comprovada pela experiencia a necessidade de proporcionar-se o ensino da musica aos operarios do estabelecimento que mostram gosto por esta arte, foi ahi reorganizada uma banda instrumental que actualmente conta 25 figuras.

A applicação e gosto d'esse pessoal, auxiliado pela directoria, levou esta a dar-lhes um mestre que ultimamente substituido por pessoa de reconhecida idoneidade, tem consideravelmente manifestado o accerto de semelhante reorganisação, que com pequeno dispendio para a Companhia, proporciona a todo o seu pessoal utilissima e agradável recreação, pois é força confessar que a referida banda musical tem feito grandes progressos.

### Pessoal em actividade

O pessoal da fabrica empregado em seus trabalhos durante o anno de 1894 e 1895, tem sido o seguinte, salvo pequenas alternativas:

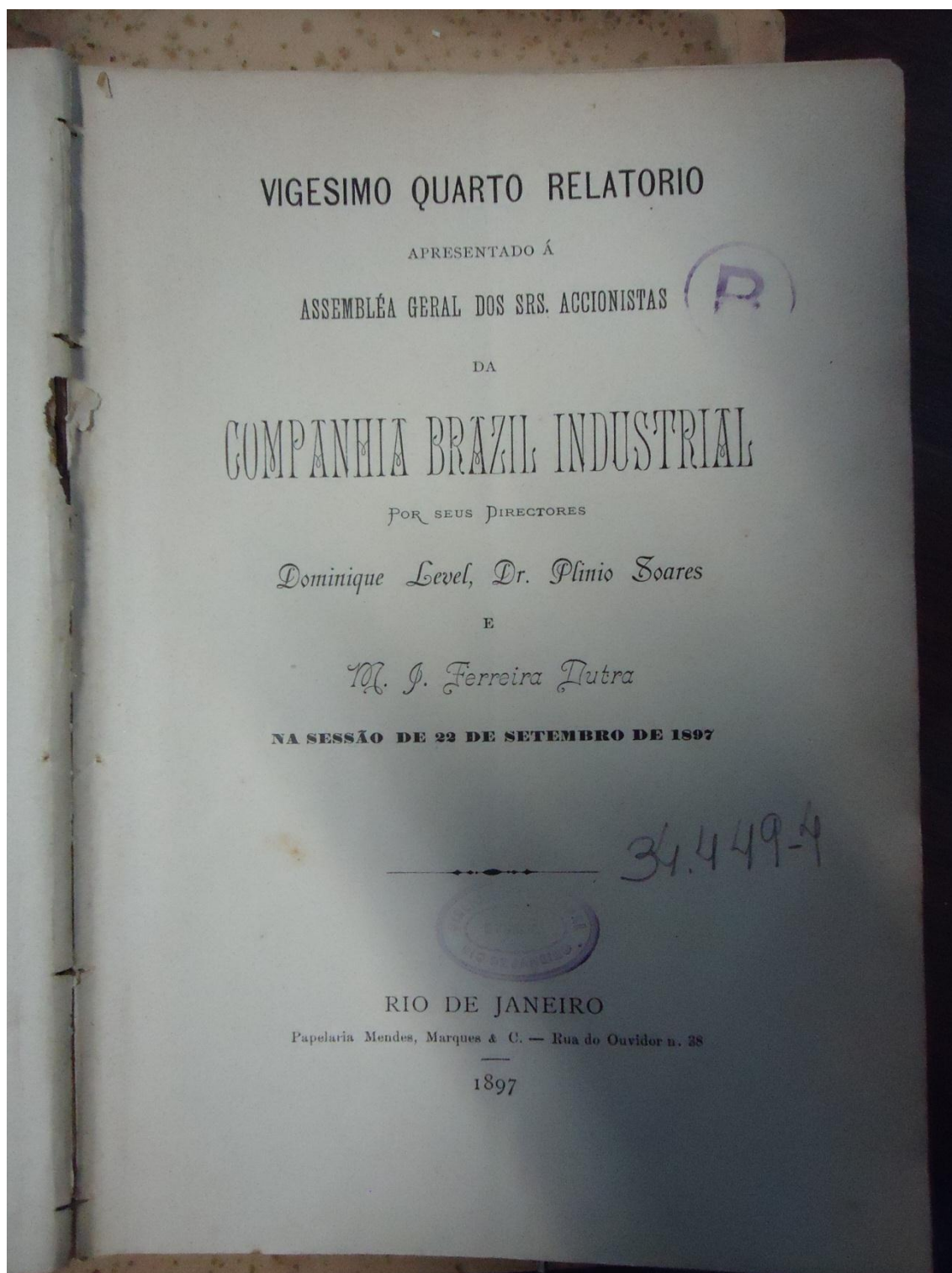
Homens.....	356
Mulheres.....	299
Meninos.....	164
Meninas.....	116
Total.....	<u>935</u>

### Alimentação

Continúa a produzir os melhores resultados a medida adoptada com a creação do armazem para supprimento de comestiveis e outro artigos necessari

## ANEXO G

Vigésimo quarto relatório da Companhia Brazil Industrial, 1897





— 11 —

Com bastante trabalho a directoria tomou a si o encargo de conservar por conta da companhia, o Armazem de Mantimentos, não como fonte de renda, mas, principalmente para proteger os seus operarios concorrendo deste modo para que se alimentem convenientemente afim de que seus serviços possam ser utilizados na fabrica.

#### Estado Sanitario

O estado sanitario é felizmente muito lisongeiro.

#### Escola

As aulas nocturnas para Instrucção Primaria, que são frequentadas actualmente por 97 alumnos de ambos os sexos, continuam a prestar relevantes serviços aos operarios da nossa fabrica.

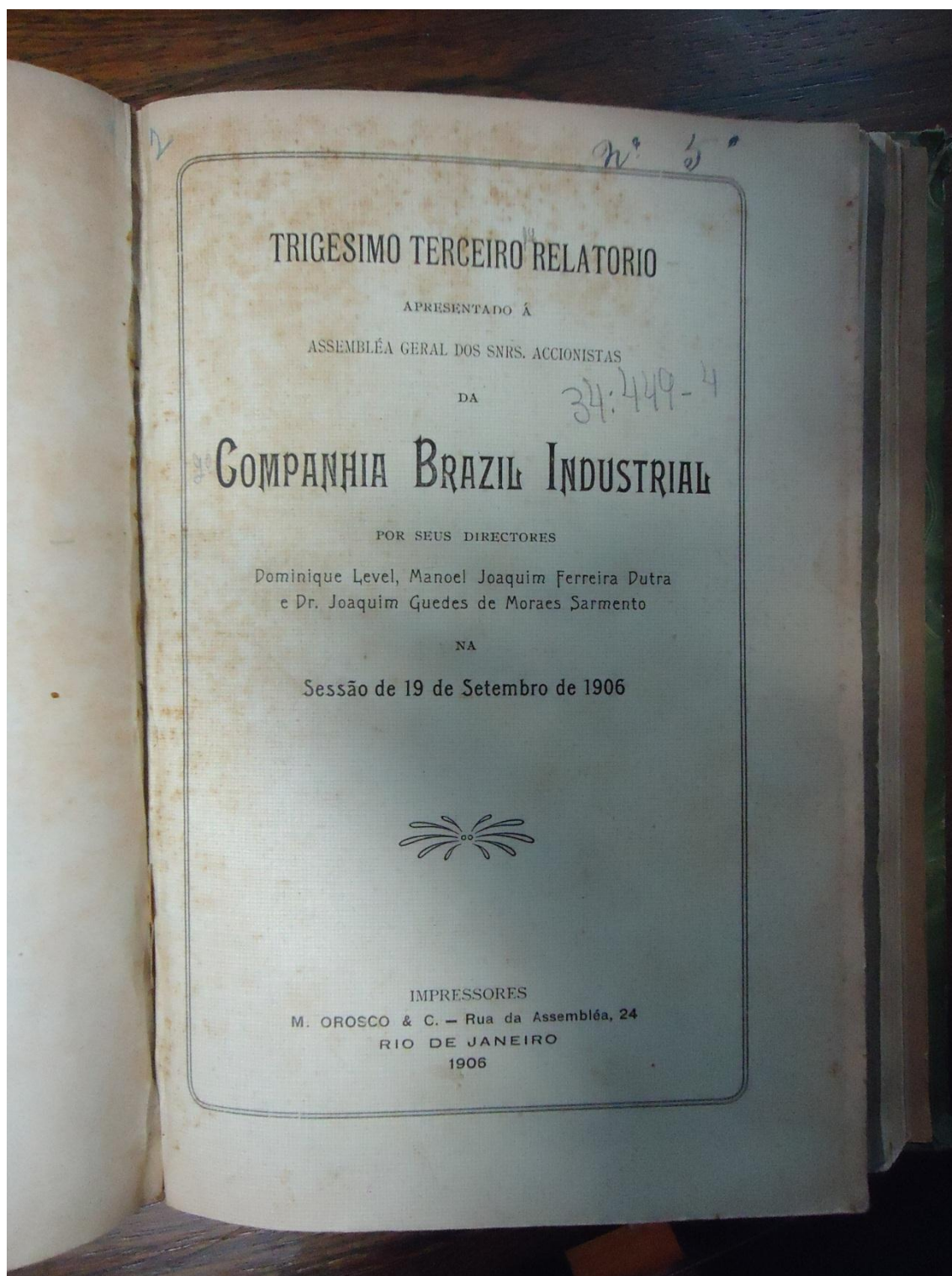
#### Pessoal da Fabrica

O numero de operarios empregados na fabrica em 30 de Junho proximo passado era de 693, sendo :

Homens .....	299
Mulheres.....	233
Meninos.....	96
Meninas.....	65
	<hr/>
Somma.....	693

## ANEXO H

Trigésimo terceiro relatório da Companhia Brazil Industrial, 1906



### Estado sanitario

O estado sanitario de Paracamby é bastante satisfactorio, continuando a cargo do zeloso clinico Sr. Dr. Vicente Pimentel a direcção do serviço sanitario, que tem um saldo a seu favor de Rs. 15:927\$314.

### Escola

E' digno de mencionar o proveito que tem tido o nosso pessoal com a instrucção primaria proporcionada pela Companhia.

As aulas são frequentadas actualmente por 184 alumnos de ambos os sexos.

### Pessoal da fabrica

Sempre ordeiros e disciplinados, existem presentemente na fabrica 1.038 operarios, sendo :

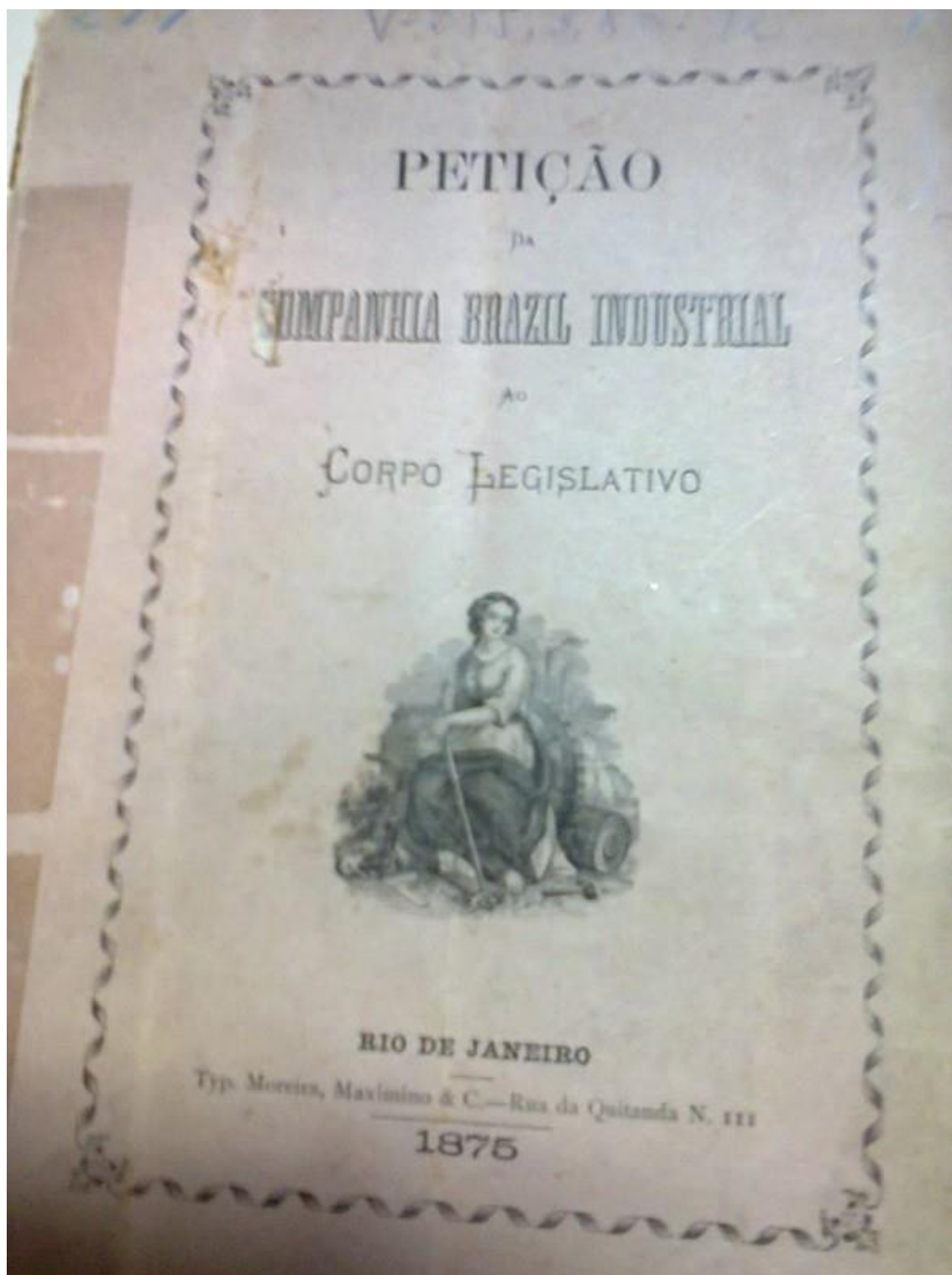
Homens . . . . .	405
Mulheres . . . . .	426
Meninos . . . . .	127
Meninas . . . . .	80
Total . . . . .	1.038

### Transferencias de acções

Durante o anno social foram transferidas 4516 acções, lavrando-se 116 termos, a saber :

## ANEXO I

Petição da Companhia Brazil Industrial ao Corpo Legislativo, 10 de junho de 1875



— 10 —

para a gradual amortização da dívida; ao passo que no estado actual da praça é impossível transportar a mesma dívida para outro estabelecimento de credito.

Eis o concurso de adversas circumstancias que compelle a Companhia Brazil Industrial a impetrar o auxilio dos poderes do Estado, como outras empresas já o tem feito, talvez menos escudadas pela equidade do que ella o faz, e com certeza sem lhe levarem vantagem em resultados beneficos.

Em um paiz productor de algodão, que só fabricava até agora os tecidos grosseiros que serviam para sacos e para vestuario de escravos da roça, a empresa que vem dar um passo para diante estabelecendo uma fabrica de quatro centos teares, que produzem tecidos mais finos e de geral consumo, como são os algodões lisos de meia largura, alem de ser uma empresa patriótica, como iniciadora de um progresso, é ainda uma empresa praticamente fecunda em resultados beneficos, como uma grande escola de educação industrial, em que se hão de formar mestres e operarios adestrados para outros estabelecimentos; e onde desde já está achando emprego adequado para suas forças não pequeno numero de mulheres e de menores de ambos os sexos; sendo que destes ultimos todos os que estão a cargo da Companhia recebem instrução primaria em uma aula nocturna.

Mediante a concessão do auxilio impetrado ha de por sem duvida ser realizado o patriótico empenho

## ANEXO J

O Globo Illustrado, 8 de janeiro de 1882

ANNO I Domingo, 8 de Janeiro de 1882

# O GLOBO ILLUSTRADO

PUBLICAÇÃO SEMANAL N. 4

---

**VERDADEIRA INDUSTRIA NACIONAL**

## FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS

DA  
**COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL**



Fazenda Ribeirão dos Macacos, provincia do Rio de Janeiro

**PRODUCCÃO.---320,000 METROS MENSAES**

<p>450 Teares--20,000 fusos. 350 Cavallos de força motriz d'agua. 240 Ditos de dito a vapor (supplementar).</p>	<p>190 homens, 80 mulheres, 40 meninos e 90 meninas. Total do pessoal 400 pessoas.</p>
---	--

ESCRITORIO E DEPOSITO DA FABRICA

**33 RUA DA CANDELARIA 33**

RIO DE JANEIRO

# VERDADEIRA INDUSTRIA NACIONAL

## FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS

DA

### COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL

A Companhia Brazil Industrial, incorporada em Julho de 1871, com o capital de 1.000.000\$, tendo por objecto a fabricação de fazendas de algodão, ou outras materias textis, no lugar denominado **Fazenda do Ribeirão dos Macacos**, na provincia do Rio de Janeiro, obteve approvação dos Estatutos pelo decreto n. 4.786 de 6 de Setembro do mesmo anno, e no dia seguinte fez começar as obras do grande edificio de sua fabrica para 400 teares.

Além desse edificio, teve a Companhia de mandar construir casas e accommodações para a Administração o para o pessoal da fabrica, no que dispendeu mais de oitenta contos de réis, e fez prolongar o ramal da estrada de ferro D. Pedro II até a porta do edificio, de modo que o serviço de carga e descarga para a fabrica é feito com toda a facilidade.

Em 1874 ficou prompto o edificio principal, com todo o seu numeroso machinismo montado, subindo a perto de 600 machinas; porém, sómente 200 teares e o machinismo de fiação correspondente trabalharam nesse anno, produzindo 500.000 metros de panno, devido isso ao estado de aprendizagem do maior numero dos operarios que n'aquella época era de 240 na totalidade.

A produção da fabrica foi vagarosamente augmentando porque teve de lutar:

- 1.º Com a aprendizagem do pessoal.
  - 2.º Com a falta de extracção dos productos da fabrica, e a difficuldade de introduzir os productos nacionaes, apezar de sua reconhecida superioridade em qualidade.
  - 3.º A calamidade da secca (em tres annos consecutivos) a qual reduziu os mananciaes que fornecem a agua que move a fabrica a 1/3 da quantidade média conhecida.
- A estas difficuldades ajunte-se a falta de capital para as transacções da Companhia e uma divida que a onerava com juros e taxas muito altos.

Teve de estabelecer na fabrica ou junto d'ella todas as pequenas industrias auxiliares, para maior economia.

Manteve, desde o começo dos trabalhos de fabricação, um corpo de aprendizes, dando-lhes todo o necessario; casa, comida, medico, botica e escola para primeiras letras, até o anno de 1880 em que passaram os aprendizes a operarios, e ficou extinto esse corpo, deixando um prejuizo á Companhia de mais de vinte contos de réis.

Hoje o pessoal menor faz parte das familias de operarios que ali trabalham e frequentam duas escolas nocturnas para ambos os sexos.

Em 1880 construíram os operarios, com o auxilio da Companhia uma linda e bem edificada capella, perto do edificio da fabrica.

Só no anno de 1891 pôde a administração consolidar a divida da Companhia e ver-se livre de todos os embarços que a manietavam, attingindo logo ao resultado que esperava.

A media da produção dos seus 450 teares em movimento, foi no ultimo semestre de 32.000 peças mensaes e ainda é susceptivel de melhorar um pouco á medida que tornar-se o pessoal mais adestrado no trabalho da tecelagem.

Possue actualmente a fabrica duas excellentes machinas a vapor da força de 120 cavallos cada uma, para acudir nos casos de falta d'agua.

Consome a fabrica 45.000 kilogrammas de algodão em rama por mez.

O pessoal se compõe de 400 operarios sendo: 180 homens, 80 mulheres, 40 meninas e 90 meninos.

















Industria que tivesse deixado de produzir...

Daí a pessoa desta e inapetente diário...

Reconhecendo entretanto meu irmão...

Para a própria consciência deste subdelegado...

Para a própria consciência deste subdelegado...

Para a própria consciência deste subdelegado...

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

Industria nacional

PARTICULAR EDITORIAL

A Justiça no Juiz de Fora...

PARTICULAR EDITORIAL

A Justiça no Juiz de Fora...

PARTICULAR EDITORIAL

A Justiça no Juiz de Fora...

PARTICULAR EDITORIAL

A Justiça no Juiz de Fora...

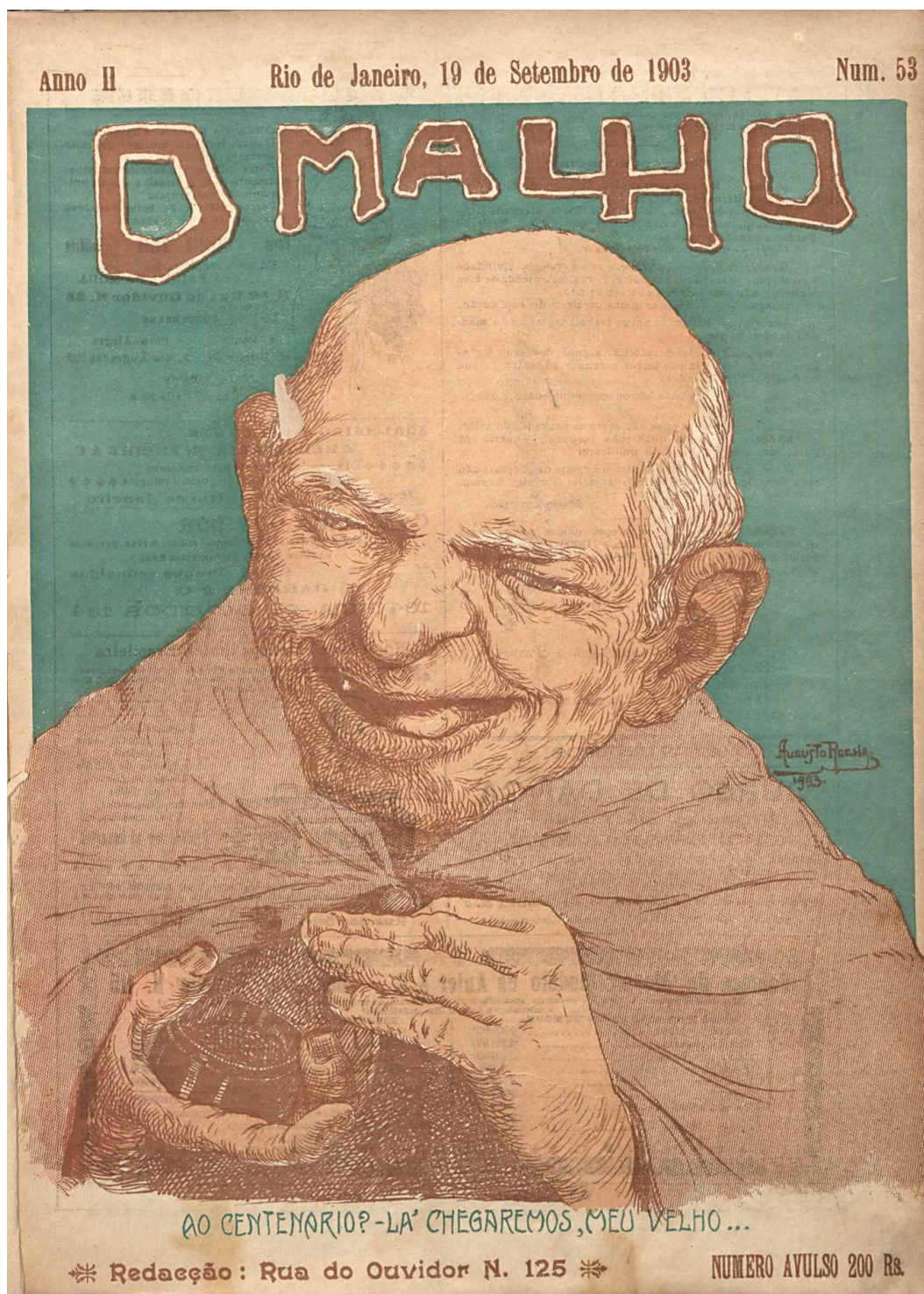
PARTICULAR EDITORIAL

A Justiça no Juiz de Fora...

COMMERCIO
BOLETO DE JANEIRO, 18 DE MARÇO DE 1912.
COTAÇÕES OFFICIAES
Arco-Banco Commercial do Rio de Janeiro...

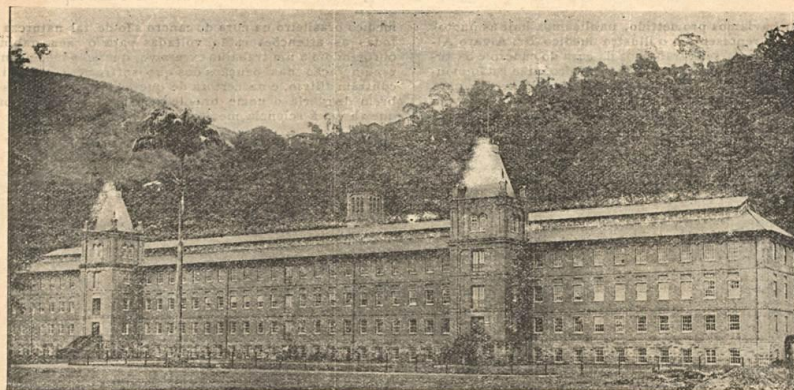
ANEXO Q

O Malho, 19 de setembro de 1903





X COMPANHIA BRASILEIRA INDUSTRIAL A CURA DO CAMALHAU



Vista geral da fabrica em Paracamby

Não permite a indole deste jornal uma descripção detalhada do que é a — **Brasil Industrial**, — a mais antiga das nossas fabricas de tecidos e cuja vista *O Malho* tem satisfação de estampar em suas paginas. Este importante estabelecimento, que é notavel pelos seus productos, foi fundado em 1871, em Paracamby, Estado do Rio, tem hoje 1.061 operarios, a população de seus arredores é calculada em 6.000 almas e salienta-se pelo seu pessoal ordeiro e disciplinado.

A directoria é composta de tres brasileiros tão illustres quanto modestos



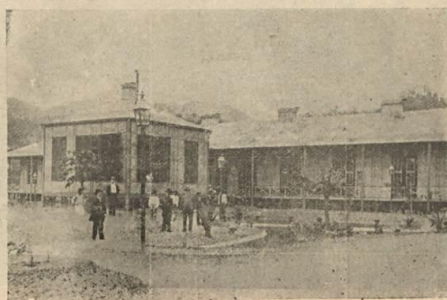
DR. PLINIO SOARES  
Director-secretario



DOMINIQUE LEVEL  
Director - presidente



MANUEL JOAQUIM FERREIRA DUTRA  
Director-thesoureiro



Parque operario, inaugurado em 30 de agosto ultimo

